

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	10
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	21
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	22
Demonstração de Valor Adicionado	23

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	24
---	----

Notas Explicativas	48
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	120
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	124
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	125
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	126

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.516.732
Preferenciais	164.014
Total	9.680.746
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	4.084.994	2.918.824
1.01	Ativo Circulante	390.029	492.381
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	33.846	38.171
1.01.01.01	Caixa	1.312	2.467
1.01.01.02	Aplicação Financeiras	32.534	35.704
1.01.02	Aplicações Financeiras	126.818	149.963
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	126.818	149.963
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	126.818	149.963
1.01.03	Contas a Receber	158.671	214.084
1.01.03.01	Clientes	94.013	130.193
1.01.03.01.01	Concessionárias e Permissionárias	94.013	130.193
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	64.658	83.891
1.01.03.02.03	Outros Créditos a Receber	64.658	83.891
1.01.04	Estoques	8.092	7.438
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.925	31.354
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.925	31.354
1.01.06.01.01	Créditos Tributários	8.925	31.354
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.437	822
1.01.07.01	Pagamentos Antecipados	1.437	822
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	52.240	50.549
1.01.08.03	Outros	52.240	50.549
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro da Concessão	52.240	50.549
1.02	Ativo Não Circulante	3.694.965	2.426.443
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.705.909	1.326.045
1.02.01.03	Contas a Receber	359.726	345.786
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	359.726	345.786
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	38.715
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	38.715
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.346.183	941.544
1.02.01.09.03	Aplicações Financeiras	9	8.331
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	610	610
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	50.052	48.835
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro da Concessão	313.076	103.276
1.02.01.09.08	Bens e Direitos Destinados a Alienação e Renda	2.094	3.044
1.02.01.09.10	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	291.176	362.426
1.02.01.09.11	Indenização Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	1.689.166	415.022
1.02.02	Investimentos	702.284	648.566
1.02.02.01	Participações Societárias	702.284	648.566
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	699.592	645.842
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2.692	2.724
1.02.03	Imobilizado	283.922	447.126
1.02.04	Intangível	2.850	4.706
1.02.04.01	Intangíveis	2.850	4.706

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	4.084.994	2.918.824
2.01	Passivo Circulante	269.696	328.128
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	32.667	30.626
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	32.667	30.626
2.01.02	Fornecedores	53.891	83.225
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	53.891	83.225
2.01.03	Obrigações Fiscais	23.254	32.965
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	23.240	32.965
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	211	18.294
2.01.03.01.02	Contribuição ao Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	3.997	3.884
2.01.03.01.03	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	8.891	6.394
2.01.03.01.04	Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS/PASEP	1.885	1.363
2.01.03.01.05	Parcelamento PIS/COFINS	4.301	908
2.01.03.01.06	Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.719	1.598
2.01.03.01.07	Outros	2.236	524
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	14	0
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	14	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	20.206	29.247
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	20.206	29.247
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.975	29.247
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	13.231	0
2.01.05	Outras Obrigações	62.828	70.474
2.01.05.02	Outros	62.828	70.474
2.01.05.02.04	Obrigações da Concessão	43.136	41.945
2.01.05.02.05	Outros Passivos	19.692	28.529
2.01.06	Provisões	76.850	81.591
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	76.850	81.591
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	18.451	20.006
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	56.114	60.480
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	2.285	1.105
2.02	Passivo Não Circulante	1.633.565	1.108.742
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	281.516	282.253
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	281.516	282.253
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	56.407	72.541
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	225.109	209.712
2.02.02	Outras Obrigações	76.937	77.005
2.02.02.02	Outros	76.937	77.005
2.02.02.02.05	Obrigações com a Concessão	5.194	5.033
2.02.02.02.06	Obrigações Fiscais	16.164	3.330
2.02.02.02.07	Outros Passivos	55.579	68.642
2.02.03	Tributos Diferidos	261.277	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	261.277	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.04	Provisões	1.013.835	749.484
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.013.835	749.484
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	4.528	4.423
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	76.781	72.017
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	854.325	604.371
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	78.201	68.673
2.03	Patrimônio Líquido	2.181.733	1.481.954
2.03.01	Capital Social Realizado	588.447	588.447
2.03.04	Reservas de Lucros	2.057.206	1.209.304
2.03.04.01	Reserva Legal	42.396	0
2.03.04.02	Reserva Estatutária	273.610	0
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	84.790	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.209.304	1.209.304
2.03.04.10	Provisão para Dividendos	129.143	0
2.03.04.11	Dividendos Remanescentes	317.963	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-88.924
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-463.920	-226.873

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.873.147	542.746
3.01.01	Suprimento de Energia Elétrica	330.786	309.071
3.01.02	Disponibilização do Sistema de Transmissão	387.881	351.434
3.01.04	Receita de O&M	-12.991	-18.427
3.01.05	Remuneração do Ativo Financeiro	1.281.752	18.016
3.01.06	Energia Elétrica de Curto Prazo	24.980	11.035
3.01.07	Receita de Construção	376	0
3.01.08	Outras Receitas Operacionais	0	150
3.01.09	ICMS/ISS	-407	-400
3.01.10	PIS e COFINS	-56.000	-55.193
3.01.11	Quota RGR	-5.079	-5.099
3.01.12	Outros Encargos	-18.221	-12.542
3.01.13	Encargos do Consumidor - P&D/MME/FNDCT	-6.040	-5.432
3.01.15	Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-21.051	-17.915
3.01.16	Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	-1.847	-1.364
3.01.17	Compensação Financeira Pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-30.992	-30.588
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-482.006	-440.741
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-127.980	-115.200
3.02.02	Custo de Operação	-354.026	-325.541
3.03	Resultado Bruto	1.391.141	102.005
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-235.668	-88.086
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.959	-2.614
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-87.241	-66.366
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	22.614	17.758
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-176.574	-77.795
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-149.079	-65.409
3.04.05.02	Outras Despesas	-27.495	-12.386
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.492	40.931
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.155.473	13.919
3.06	Resultado Financeiro	63.774	52.500
3.06.01	Receitas Financeiras	161.604	247.883
3.06.02	Despesas Financeiras	-97.830	-195.383
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.219.247	66.419
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-295.465	18.528
3.08.01	Corrente	-1.709	-18.019
3.08.02	Diferido	-293.756	36.547
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	923.782	84.947
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	923.782	84.947
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	95,42	0,22
3.99.01.02	PN	95,42	0,22
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	95,42	0,22

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício	Penúltimo Exercício
		01/01/2016 à 31/12/2016	01/01/2015 à 31/12/2015
3.99.02.02	PN	95,42	0,22

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	923.782	84.947
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-228.437	-51.534
4.02.01	Variação no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	23.905	-35.938
4.02.02	Venda de Títulos do Governo	9.036	37.853
4.02.03	Perda Atuarial	-250.706	-52.799
4.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Outros Resultados Abrangentes	-10.672	-650
4.03	Resultado Abrangente do Período	695.345	33.413

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	193.086	530.355
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	426.473	194.279
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	923.782	84.947
6.01.01.02	Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos de Longo Prazo	-36.443	61.592
6.01.01.05	Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	30.396	26.445
6.01.01.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-9.956	-40.931
6.01.01.07	Constituição de Provisão para Passivos e Outras	108.286	46.299
6.01.01.09	Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.959	6.547
6.01.01.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	292.931	-36.546
6.01.01.11	Baixas do Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	399.753	102.965
6.01.01.12	Variação dos Investimentos em Títulos do Governo	-14.091	-57.039
6.01.01.14	Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	-1.274.144	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-196.054	342.342
6.01.02.01	Concessionárias e Permissionárias	30.275	-81.566
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	22.429	9.737
6.01.02.03	Aplicações Financeiras de Longo Prazo	8.322	-885
6.01.02.04	Estoques	-654	1.051
6.01.02.06	Investimentos em Títulos do Governo	70.177	384.387
6.01.02.07	Pagamentos Antecipados	-615	59
6.01.02.08	Contas a Receber	-463	0
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	-1.217	735
6.01.02.10	Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	0	222.634
6.01.02.11	Ativo Financeiro da Concessão	-211.491	54.121
6.01.02.12	Bens e Direitos Destinados à Alienação	-113	0
6.01.02.13	Outros Créditos a Receber	5.701	-144.974
6.01.02.14	Fornecedores	-29.334	-42.288
6.01.02.15	Obrigações Trabalhistas	2.041	279
6.01.02.16	Provisão para Benefícios a Empregados	-61.015	-52.541
6.01.02.17	Obrigações da Concessão	1.352	8.963
6.01.02.18	Provisão para Passivos Trabalhistas e Cíveis	-38.510	-13.235
6.01.02.20	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.061	-4.135
6.01.03	Outros	-37.333	-6.266
6.01.03.01	Obrigações Fiscais	3.123	26.809
6.01.03.02	Pagamento de Encargos de Dívidas	-11.638	-11.293
6.01.03.03	Outros Passivos	-28.818	-21.782
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-236.539	-503.994
6.02.01	Aumento do Investimento	-176.710	-20.874
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	71.250	-275.153
6.02.03	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-130.187	-206.829
6.02.04	Aquisição de Ativo Intangível	-892	-1.138
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	39.128	-30.335
6.03.01	Incremento de Empréstimos e Financiamentos	88.991	77.015
6.03.02	Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	-49.863	-107.350

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.325	-3.974
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	38.171	42.145
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	33.846	38.171

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	588.447	0	1.209.304	-88.924	-226.873	1.481.954
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	588.447	0	1.209.304	-88.924	-226.873	1.481.954
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	936.826	-237.047	699.779
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	923.782	0	923.782
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	13.044	-237.047	-224.003
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	13.044	-13.044	0
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	0	4.434	4.434
5.05.02.08	Variação Líquida de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	32.941	32.941
5.05.02.09	IR e CS sobre a Variação Líquida no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-10.672	-10.672
5.05.02.10	Registro da Perda Atuarial	0	0	0	0	-250.706	-250.706
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	847.902	-847.902	0	0
5.06.04	Constituição da Reserva Legal	0	0	42.396	-42.396	0	0
5.06.05	Provisão para Dividendos	0	0	129.143	-129.143	0	0
5.06.06	Constituição da Reserva Estatutária	0	0	84.790	-84.790	0	0
5.06.07	Constituição da Reserva Especial de Lucros a Realizar	0	0	273.610	-273.610	0	0
5.06.08	Dividendos Remanescentes	0	0	317.963	-317.963	0	0
5.07	Saldos Finais	588.447	0	2.057.206	0	-463.920	2.181.733

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	588.447	0	1.209.304	-187.951	-166.046	1.443.754
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	588.447	0	1.209.304	-187.951	-166.046	1.443.754
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	99.027	-60.827	38.200
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	84.947	0	84.947
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	14.080	-60.827	-46.747
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	14.080	-14.080	0
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	0	4.787	4.787
5.05.02.08	Variação Líquida de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	1.915	1.915
5.05.02.09	IR e CS sobre a Variação Líquida no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-650	-650
5.05.02.10	Registro da Perda Atuarial	0	0	0	0	-52.799	-52.799
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	588.447	0	1.209.304	-88.924	-226.873	1.481.954

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	2.011.706	670.103
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.012.784	671.279
7.01.02	Outras Receitas	4.881	5.371
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-5.959	-6.547
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-200.534	-181.795
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-127.981	-115.200
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-48.329	-36.560
7.02.04	Outros	-24.224	-30.035
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-10.039	-9.970
7.02.04.02	Custo de Construção	-376	0
7.02.04.03	Outras Despesas Operacionais	-13.809	-20.065
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.811.172	488.308
7.04	Retenções	-180.082	-78.529
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-31.611	-26.445
7.04.02	Outras	-148.471	-52.084
7.04.02.01	Provisões	-148.471	-52.084
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.631.090	409.779
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	173.096	288.814
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.492	40.931
7.06.02	Receitas Financeiras	161.604	247.883
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.804.186	698.593
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.804.186	698.593
7.08.01	Pessoal	311.376	262.520
7.08.01.01	Remuneração Direta	149.055	119.475
7.08.01.02	Benefícios	27.654	29.674
7.08.01.03	F.G.T.S.	21.721	11.468
7.08.01.04	Outros	112.946	101.903
7.08.01.04.01	Plano de Benefícios Previdenciais	64.197	67.223
7.08.01.04.02	Compromissos Previdenciais	48.749	34.680
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	469.080	153.602
7.08.02.01	Federais	467.645	150.720
7.08.02.02	Estaduais	970	183
7.08.02.03	Municipais	465	2.699
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	99.948	197.524
7.08.03.02	Aluguéis	2.118	2.141
7.08.03.03	Outras	97.830	195.383
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	97.830	195.383
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	923.782	84.947
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	923.782	84.947

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	4.180.738	3.036.365
1.01	Ativo Circulante	404.517	502.924
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	37.654	40.332
1.01.01.01	Caixa	5.056	3.893
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	32.598	36.439
1.01.02	Aplicações Financeiras	126.818	149.963
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	126.818	149.963
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	126.818	149.963
1.01.03	Contas a Receber	159.432	214.069
1.01.03.01	Clientes	94.099	130.193
1.01.03.01.01	Concessionárias e Permissionárias	94.099	130.193
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	65.333	83.876
1.01.03.02.03	Outros Créditos a Receber	65.333	83.876
1.01.04	Estoques	8.092	7.438
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.024	31.370
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.024	31.370
1.01.06.01.01	Créditos Tributários	9.024	31.370
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.492	879
1.01.07.01	Pagamentos Antecipados	1.492	879
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	62.005	58.873
1.01.08.03	Outros	62.005	58.873
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro da Concessão	62.005	58.873
1.02	Ativo Não Circulante	3.776.221	2.533.441
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.770.480	1.343.961
1.02.01.03	Contas a Receber	383.953	387.691
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	383.953	387.691
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	38.715
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	38.715
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.386.527	917.555
1.02.01.09.03	Aplicações Financeiras	9	8.331
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	610	610
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	52.610	48.835
1.02.01.09.06	Ativo Financeiro da Concessão	542.561	357.203
1.02.01.09.07	Bens e Direitos Destinados a Alienação e Renda	2.094	3.044
1.02.01.09.09	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	99.477	84.510
1.02.01.09.10	Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	1.689.166	415.022
1.02.02	Investimentos	538.931	593.637
1.02.02.01	Participações Societárias	538.931	593.637
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	536.239	590.913
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2.692	2.724
1.02.03	Imobilizado	463.255	591.137
1.02.04	Intangível	3.555	4.706
1.02.04.01	Intangíveis	3.555	4.706

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	4.180.738	3.036.365
2.01	Passivo Circulante	350.242	437.586
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	32.691	30.644
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	32.691	30.644
2.01.02	Fornecedores	116.148	181.820
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	116.148	181.820
2.01.03	Obrigações Fiscais	35.325	41.927
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	35.311	41.927
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8.144	24.852
2.01.03.01.02	Contribuição ao Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	5.231	4.412
2.01.03.01.03	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	8.891	6.394
2.01.03.01.04	Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS/PASEP	1.885	1.363
2.01.03.01.05	Parcelamento PIS/COFINS	4.301	908
2.01.03.01.06	Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.719	1.598
2.01.03.01.07	Outros	5.140	2.400
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	14	0
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	14	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	20.206	29.247
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	20.206	29.247
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.975	29.247
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	13.231	0
2.01.05	Outras Obrigações	69.022	72.357
2.01.05.02	Outros	69.022	72.357
2.01.05.02.04	Obrigações da Concessão	43.136	41.945
2.01.05.02.05	Outros Passivos	25.886	30.412
2.01.06	Provisões	76.850	81.591
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	76.850	81.591
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	18.451	20.006
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	56.114	60.480
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	2.285	1.105
2.02	Passivo Não Circulante	1.631.229	1.110.929
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	281.516	282.253
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	281.516	282.253
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	56.407	72.541
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	225.109	209.712
2.02.02	Outras Obrigações	74.601	79.192
2.02.02.02	Outros	74.601	79.192
2.02.02.02.05	Obrigações com a Concessão	5.194	5.033
2.02.02.02.06	Obrigações Fiscais	16.164	3.330
2.02.02.02.07	Outros Passivos	53.243	70.829
2.02.03	Tributos Diferidos	261.277	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	261.277	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.04	Provisões	1.013.835	749.484
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.013.835	749.484
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	4.528	4.423
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	76.781	72.017
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	854.325	604.371
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	78.201	68.673
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.199.267	1.487.850
2.03.01	Capital Social Realizado	588.447	588.447
2.03.04	Reservas de Lucros	2.057.206	1.209.304
2.03.04.01	Reserva Legal	42.396	0
2.03.04.02	Reserva Estatutária	273.610	0
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	84.790	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.209.304	1.209.304
2.03.04.10	Provisão para Dividendos	129.143	0
2.03.04.11	Dividendos Remanescentes	317.963	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-88.924
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-463.920	-226.873
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	17.534	5.896

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.940.657	661.254
3.01.01	Suprimento de Energia Elétrica	337.026	309.071
3.01.02	Disponibilização do Sistema de Transmissão	387.881	351.434
3.01.04	Receita de O&M	-12.991	-18.427
3.01.05	Remuneração do Ativo Financeiro	1.295.219	25.330
3.01.06	Energia Elétrica de Curto Prazo	24.980	11.035
3.01.07	Receita de Construção	48.179	111.194
3.01.08	Outras Receitas Operacionais	0	150
3.01.09	ICMS/ISS	-407	-400
3.01.10	PIS e COFINS	-56.000	-55.193
3.01.11	Quota RGR	-5.079	-5.099
3.01.12	Outros Encargos	-18.221	-12.542
3.01.13	Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT	-6.040	-5.432
3.01.15	Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-21.051	-17.915
3.01.16	Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	-1.847	-1.364
3.01.17	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-30.992	-30.588
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-537.062	-551.935
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-134.542	-115.200
3.02.02	Custo de Operação	-402.520	-436.735
3.03	Resultado Bruto	1.403.595	109.319
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-252.294	-86.998
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.959	-2.614
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-87.420	-67.195
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	22.614	17.758
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-261.314	-78.140
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-233.819	-65.754
3.04.05.02	Outras Despesas	-27.495	-12.386
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	79.785	43.193
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.151.301	22.321
3.06	Resultado Financeiro	62.803	50.951
3.06.01	Receitas Financeiras	161.679	248.133
3.06.02	Despesas Financeiras	-98.876	-197.182
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.214.104	73.272
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-297.422	11.507
3.08.01	Corrente	-3.666	-25.040
3.08.02	Diferido	-293.756	36.547
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	916.682	84.779
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	916.682	84.779
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	923.782	84.947
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-7.100	-168
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	94,69	0,22
3.99.01.02	PN	94,69	0,22

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	94,69	0,22
3.99.02.02	PN	94,69	0,22

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	916.682	84.779
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-228.437	-51.534
4.02.01	Variação no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	23.905	-35.938
4.02.02	Venda de Títulos do Governo	9.036	37.853
4.02.03	Perda Atuarial	-250.706	-52.799
4.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Outros Resultados Abrangentes	-10.672	-650
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	688.245	33.245
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	695.345	33.413
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-7.100	-168

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	154.411	617.589
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	421.885	184.535
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	916.682	84.779
6.01.01.02	Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo	-36.443	61.592
6.01.01.05	Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	30.396	26.445
6.01.01.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-78.248	-43.193
6.01.01.07	Constituição de Provisão para Passivos e Outras	108.286	46.299
6.01.01.09	Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.959	6.547
6.01.01.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	292.931	-36.546
6.01.01.11	Baixas do Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	399.753	102.965
6.01.01.12	Variação dos Investimentos em Títulos do Governo	-14.091	-57.039
6.01.01.14	Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	-1.274.144	0
6.01.01.15	Ajuste Exercícios Anteriores - Lei 11.638/07	70.804	-7.314
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-233.885	431.980
6.01.02.01	Concessionárias e Permissionárias	30.275	-81.566
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	22.346	9.721
6.01.02.03	Aplicações Financeiras de Longo Prazo	8.322	-885
6.01.02.04	Estoques	-654	1.051
6.01.02.06	Investimentos em Títulos do Governo	70.177	384.387
6.01.02.07	Pagamentos Antecipados	-617	86
6.01.02.08	Contas a Receber	-545	0
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	-1.891	-261
6.01.02.10	Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	0	222.634
6.01.02.11	Ativo Financeiro da Concessão	-211.491	54.121
6.01.02.12	Bens e Direitos Destinados à Alienação	-113	0
6.01.02.13	Outros Créditos a Receber	5.435	-150.244
6.01.02.14	Fornecedores	-66.064	53.602
6.01.02.15	Obrigações Trabalhistas	2.047	282
6.01.02.16	Provisão para Benefícios a Empregados	-61.015	-52.541
6.01.02.17	Obrigações da Concessão	1.352	8.963
6.01.02.18	Provisão para Passivos Trabalhistas e Cíveis	-38.510	-13.235
6.01.02.20	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.061	-4.135
6.01.03	Outros	-33.589	1.074
6.01.03.01	Obrigações Fiscais	6.248	33.983
6.01.03.02	Pagamento de Encargos de Dívidas	-11.638	-11.293
6.01.03.03	Outros Passivos	-28.199	-21.616
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-338.719	-478.061
6.02.01	Aumento de Investimentos	0	-10.927
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-124.187	-32.148
6.02.03	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-213.515	-433.848
6.02.04	Aquisição de Ativo Intangível	-1.017	-1.138
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	181.630	-173.168
6.03.01	Incremento de Empréstimos e Financiamentos	88.991	86.773

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.03.02	Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	-49.863	-259.941
6.03.04	Partes Relacionadas	142.502	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.678	-33.640
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	40.332	73.972
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	37.654	40.332

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	588.447	0	1.209.304	-88.924	-226.873	1.481.954	5.896	1.487.850
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	588.447	0	1.209.304	-88.924	-226.873	1.481.954	5.896	1.487.850
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	18.738	18.738
5.04.08	Integralização do Capital	0	0	0	0	0	0	18.738	18.738
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	936.826	-237.047	699.779	-7.100	692.679
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	923.782	0	923.782	-7.100	916.682
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	13.044	-237.047	-224.003	0	-224.003
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	13.044	-13.044	0	0	0
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	0	4.434	4.434	0	4.434
5.05.02.08	Variação Líquida de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	32.941	32.941	0	32.941
5.05.02.09	IR e CS sobre a Variação Líquida no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-10.672	-10.672	0	-10.672
5.05.02.10	Registro da Perda Atuarial	0	0	0	0	-250.706	-250.706	0	-250.706
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	847.902	-847.902	0	0	0	0
5.06.04	Constituição da Reserva Legal	0	0	42.396	-42.396	0	0	0	0
5.06.05	Provisão para Dividendos	0	0	129.143	-129.143	0	0	0	0
5.06.06	Constituição da Reserva Estatutária	0	0	84.790	-84.790	0	0	0	0
5.06.07	Constituição da Reserva Especial de Lucros a Realizar	0	0	273.610	-273.610	0	0	0	0
5.06.08	Dividendos Remanescentes	0	0	317.963	-317.963	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	588.447	0	2.057.206	0	-463.920	2.181.733	17.534	2.199.267

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	588.447	0	1.209.304	-187.951	-166.046	1.443.754	6.125	1.449.879
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	588.447	0	1.209.304	-187.951	-166.046	1.443.754	6.125	1.449.879
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-61	-61
5.04.08	Aquisição do Controle	0	0	0	0	0	0	-1.016	-1.016
5.04.09	Integralização de Capital	0	0	0	0	0	0	955	955
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	99.027	-60.827	38.200	-168	38.032
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	84.947	0	84.947	-168	84.779
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	14.080	-60.827	-46.747	0	-46.747
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	14.080	-14.080	0	0	0
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	0	4.787	4.787	0	4.787
5.05.02.08	Variação Líquida de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	1.915	1.915	0	1.915
5.05.02.09	IR e CS sobre a Variação Líquida no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-650	-650	0	-650
5.05.02.10	Registro de Perda Atuarial	0	0	0	0	-52.799	-52.799	0	-52.799
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	588.447	0	1.209.304	-88.924	-226.873	1.481.954	5.896	1.487.850

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	2.079.216	788.611
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.080.294	789.787
7.01.02	Outras Receitas	4.881	5.371
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.959	-6.547
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-339.644	-293.416
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-134.543	-115.200
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-48.690	-36.768
7.02.04	Outros	-156.411	-141.448
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-10.039	-9.970
7.02.04.02	Custo de Construção	-48.179	-111.194
7.02.04.03	Outras Despesas Operacionais	-98.193	-20.284
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.739.572	495.195
7.04	Retenções	-180.082	-78.529
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-31.611	-26.445
7.04.02	Outras	-148.471	-52.084
7.04.02.01	Provisões	-148.471	-52.084
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.559.490	416.666
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	241.464	291.281
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	79.785	43.193
7.06.02	Receitas Financeiras	161.679	248.088
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.800.954	707.947
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.800.954	707.947
7.08.01	Pessoal	312.167	263.190
7.08.01.01	Remuneração Direta	149.846	120.145
7.08.01.02	Benefícios	27.654	29.674
7.08.01.03	F.G.T.S.	21.721	11.468
7.08.01.04	Outros	112.946	101.903
7.08.01.04.01	Plano de Benefícios Previdenciais	64.197	67.223
7.08.01.04.02	Compromissos Previdenciais	48.749	34.680
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	471.111	160.700
7.08.02.01	Federais	469.676	157.818
7.08.02.02	Estaduais	970	183
7.08.02.03	Municipais	465	2.699
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	100.994	199.278
7.08.03.02	Aluguéis	2.118	2.141
7.08.03.03	Outras	98.876	197.137
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	98.876	197.137
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	916.682	84.779
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	916.682	84.779

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Senhoras e Senhores Acionistas

A Administração da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CEEE-GT, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração (RA) e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e da manifestação do Conselho de Administração.

1. Mensagem da Administração

Seguindo nosso compromisso de transparência em todas as ações da gestão, apresentamos o Relatório de Administração 2016 da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica.

Nossos esforços de gestão, que iniciaram em janeiro de 2015, quando assumimos a Diretoria das Empresas do Grupo CEEE, seguem surtindo efeito. É com imensa satisfação que anunciamos que a CEEE-GT encerrou o exercício com lucro líquido de R\$923,7 milhões. Nosso crescimento é visível. Desde 2009 não se registrava resultado semelhante. Esta grande conquista é resultado, dentre diversos esforços empregados, da indenização das parcelas de receita das instalações componentes da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE).

Nosso destaque também é dado para o índice Ebitda (lucro antes de juros, impostos depreciação e amortização), que foi de R\$1.232,3 milhões em 2016, uma variação de 217.436% quando comparado aos R\$ 567,0 mil negativos em 2015. Os demais resultados financeiros são promissores, e podem ser acompanhados nas próximas páginas.

Dentre as ações técnico-operacionais que merecem destaque, na área de Geração podemos ressaltar o indicador de disponibilidade das usinas. Encerramos 2016 com 95,25% para as usinas despachadas centralizadamente. A soma de esforços operacionais na aplicação de recursos em manutenção e operação da geração foi da ordem de R\$ 170 milhões, o que está promovendo a modernização e adequação das usinas existentes e também a melhoria da confiabilidade, qualidade, segurança e rentabilidade da produção de energia elétrica.

Já na área da Transmissão, a expansão e a ampliação de linhas de transmissão e de subestações de energia elétrica registraram incremento de 208 MVA (Megavolt-ampère). Além disso, durante o ano de 2016, foram concluídos 48 reforços no sistema pela área de manutenção de transmissão.

Outro ponto que merece destaque é a implantação do novo sistema corporativo ERP. Desde 05 de dezembro de 2016, contamos com o que há de mais moderno em termos sistemas de gerenciamento de informações. Esta mudança está promovendo, dentre diversos benefícios, a assertividade nas informações, a segurança e o controle dos dados da Companhia, além de iniciar uma transformação no padrão de qualidade do gerenciamento de nossos processos.

Neste relatório, será possível acompanhar um resumo destas e de muitas outras ações que foram concretizadas em 2016. Nosso trabalho está em pleno desenvolvimento. Seguiremos atuando primando pela transparência, prontidão e antecipação aos fatos. Uma boa leitura.

2. Perfil da Empresa CEEE-GT

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT é uma das empresas pertencentes ao Grupo CEEE, é concessionária do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Sul.

A CEEE-GT é uma sociedade de economia mista originada do processo de reestruturação societária da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, efetuado em novembro de 2006. Tem como maior acionista a Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEE-Par), que, por sua vez, tem o Estado do Rio Grande do Sul como acionista majoritário.

A Companhia tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de produção e transmissão de energia elétrica, bem como desenvolver atividades que visem idêntica finalidade; a prestação de serviços de natureza

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

pública ou privada, no setor de energia elétrica; a exploração de sua infraestrutura, com a finalidade de gerar receitas alternativas, complementares ou acessórias, inclusive proveniente de projetos associados.

2.1 Composição Acionária

A composição acionária da empresa, em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL						
ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QTDE. AÇÕES	%	QTDE. AÇÕES	%	QTDE. AÇÕES	%
CEEE-Par	6.380.821	67,05	1.087	0,66	6.381.908	65,92
ELETRÓBRÁS	3.067.035	32,23	87.639	53,43	3.154.674	32,59
MUNICÍPIOS	34.564	0,35	53.446	32,60	88.010	0,91
BM&F BOVESPA S.A	33.808	0,36	20.622	12,57	54.430	0,56
OUTROS	504	0,01	1.220	0,74	1.724	0,02
TOTAL	9.516.732	100,00	164.014	100,00	9.680.746	100,00

Fonte: Itaú Corretora de Valores S.A. – Serviço de Escrituração de Ações

Notas:

1 - Data base: 31/12/2016

2 - 714 Acionistas

3 - Patrimônio Líquido em 31/12/2016: R\$2.181.733 (R\$ Mil)

4 - Valor Patrimonial da Ação-VPA: R\$225,37 (unitário)

2.1.1 Comportamento do preço das ações

De janeiro a dezembro de 2016, as ações ordinárias nominativas (ON) da Companhia foram negociadas em 62 dos 249 pregões do ano e as ações preferenciais nominativas (PN) em 39 dos 208 pregões do ano, no mercado à vista da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa).

As ações ON e PN, respectivamente, fecharam o período cotadas na Bolsa, a R\$ 82,51 (oitenta e dois reais e cinquenta e um centavos) e R\$ 69,97 (sessenta e nove reais e noventa e sete centavos) o preço unitário, sendo negociadas por lotes de mil unidades.

As informações acima podem ser encontradas no “Resumo Mensal de Negociação” de dezembro de 2016, disponível no site da BM&FBovespa.

2.1.2 Atendimento a acionistas

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Companhia coloca à disposição dos seus acionistas a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, instalada na sua sede, sito av. Joaquim Porto Villanova, nº 201, prédio A1, sala 620, bairro Jardim Carvalho, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande de Sul, CEP 91-410-400.

A Diretoria presta informações sobre a posição acionária individual, dividendos, cotação das ações da, solicitações para a emissão de certificados e crédito dos dividendos, e demais informações para o bom relacionamento entre a Companhia e seus Acionistas.

Os mesmos serviços estão disponíveis também por telefone de número +55 51 3382-5715, pelo e-mail ri@ceee.com.br e pelo site <http://ri.ceee.com.br>.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.1.3 Relações com o mercado

Em 2016, a Companhia realizou a Reunião Pública Anual com Investidores e Analistas do Mercado no dia 23/12/2016.

2.2 Reconhecimentos

Prêmio 500 Maiores do Sul

O Grupo CEEE ocupou a 12ª colocação no ranking do Rio Grande do Sul e a 31ª posição na região Sul do Brasil, em 2016. O ranking Grandes & Líderes - 500 Maiores do Sul é elaborado pela Revista Amanhã em conjunto com a PwC, com dados coletados no balanço financeiro das empresas (ou grupos).

Ranking Estadão Empresas Mais

No estudo elaborado pelo jornal O Estado de São Paulo, a CEEE também conquista posição de destaque entre as 1500 maiores companhias do Brasil. Com metodologia diferente da aplicada pela revista Amanhã, o Ranking Estadão classificou o Grupo CEEE como a 738ª empresa com maior receita líquida.

Prêmio Qualidade da Transparência Contábil

A CEEE-GT recebeu o Prêmio Qualidade da Transparência Contábil, conferido pela Abraconee - Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica. O Diploma pelo 2º lugar obtido como “Melhor Divulgação das Demonstrações Financeiras”, na categoria Companhia de Médio Porte, do exercício de 2015, foi entregue no XXXII Encontro Nacional dos Contadores do Setor de Energia Elétrico realizado, de 20 a 23 de novembro, em Florianópolis (SC).

3. Gestão e Governança Corporativa

3.1 Organização e Gestão

A CEEE-GT, no âmbito do Departamento de Operação do Sistema, da Divisão de Instalações na transmissão, possui certificação ISO9001/2008 para o escopo Pré-Operação, Operação em Tempo Real, Pós-Operação e Normatização desde 2001.

Para obter a certificação, estes processos devem ser submetidos a auditorias de empresas certificadoras independentes, periodicamente. Cada certificação tem duração de três anos. De julho de 2014 a julho de 2017, a empresa certificadora é a ABS Group.

Nas últimas cinco avaliações semestrais não foram registradas não-conformidades nos processos.

3.2 Ética

Por meio de seu conjunto de valores e princípios éticos, o Código de Ética da CEEE-GT estabelece diretrizes básicas para a conduta requerida para todos os dirigentes, empregados e partes interessadas, independente da área de atuação e do nível hierárquico por estes ocupados.

A Companhia assegura a manutenção de canais de relacionamento, internos e externos, para o recebimento de consultas e denúncias de práticas irregulares ou consideradas ilegais e contrárias aos valores e princípios éticos disponíveis para a sociedade, clientes, fornecedores, investidores e empregados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.3 Governança Corporativa

A Companhia segue as melhores práticas de mercado, fazendo parte do Nível 1 de Governança Corporativa da BMF&Bovespa, onde estão listadas as empresas com reconhecida transparência com seus públicos.

Dentre as melhores práticas adotadas estão àquelas constantes do regulamento de governança corporativa do nível 1, que compreendem, dentre outras, da publicação do calendário de eventos corporativos da companhia, a ciência dos administradores das boas práticas de governança corporativa através dos termos de anuência e adesão, realização de reunião pública anual com analistas e investidores, política de negociação de valores mobiliários e do uso de informações privilegiadas pelos administradores e o código de conduta estabelecendo os valores e princípios que orientam a Companhia e que devem ser preservados no seu relacionamento com administradores, funcionários, prestadores de serviço e demais pessoas e entidades com as quais a Companhia se relacione.

A estrutura da administração da empresa é constituída pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Colegiada, Conselho Fiscal e Conselho de Consumidores. Além disso, completa a estrutura de governança a Auditoria Interna, a Auditoria Independente, os comitês de assessoramento à Diretoria e os canais de comunicação da empresa com suas partes interessadas.

3.4 Tecnologia da informação

No mês de dezembro de 2016, o Grupo CEEE deu o maior passo de sua história em termos de tecnologia de gestão. A entrada em operação dos novos sistemas de Gestão Administrativo (ERP) e Comercial (SGC), que compõem o Projeto Convex, permitindo que a empresa se equipare às organizações líderes no setor elétrico. Além de uma maior eficiência nos processos de trabalho e segurança das informações, o principal benefício trazido pelo Convex será a integração entre os processos, permitindo que atividades antes realizadas em sistemas paralelos e isoladas sejam gerenciadas através de uma única ferramenta. Isso tornará os processos de negócio mais ágeis e permitirá o monitoramento e visibilidade de todo o fluxo de informação.

3.5 Acordo de Resultados

Em 2016, a Companhia celebrou junto ao Governo do Estado do RS o Acordo de Resultados. Trata-se da formalização dos principais compromissos dos órgãos do Governo Estadual com a sociedade. Sua composição abrange três dimensões, sendo: a) Indicadores de Desempenho; b) Projetos Prioritários para o ano de 2016; e, c) Compromissos de Gestão. O Documento foi assinado em 08 de abril de 2016, momento em que a CEEE-GT comprometeu-se com 34 projetos, sendo 13 obras de Transmissão, 10 obras TESB e o Complexo Eólico Povo Novo, além de 05 (cinco) indicadores de desempenho. Os resultados alcançados confirmam o compromisso da gestão com a eficiência operacional, a racionalização dos gastos e assertividade nos investimentos. Cabe destacar a conclusão de 11 (onze) obras de transmissão e o desempenho positivo dos indicadores técnicos e econômico-financeiro, destacando-se neste último as ações assertivas tomadas no corrente ano que resultaram na melhora do desempenho do indicador, mantendo esta tendência para o próximo ano.

Indicador	Objetivo do Indicador	Unidade de medida	Polaridade	Meta	Realização 2016
DGH60	Medição da Disponibilidade da Geração Hidrelétrica, sendo a média móvel 60 meses das disponibilidades das usinas.	Pontos percentuais	↑	90,27	95,25
TFM-G	Taxa de Falhas da unidade geradora hidráulica das usinas despachadas centralizadamente. Periodicidade mensal, com meta de atendimento anual.	Pontos percentuais	↓	7	6,51*

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Indicador	Objetivo do Indicador	Unidade de medida	Polaridade	Meta	Realização 2016
EIT	Representa o percentual de energia interrompida, por causa relacionada à transmissão da CEEE-GT em relação a energia total consumida no RS	Pontos percentuais	↓	0,005	0,0052
QO&M	É o percentual remanescente do Pagamento Base Total ativo da Resolução homologatória da ANEEL - RAP, após descontos de receitas decorrentes da Parcela Variável de O&M acrescido do PA - Qualidade DIT	Pontos percentuais	↑	98,65	99,13
EBITDA REGULATÓRIO	Resultado Operacional	Valor em milhões R\$	↑	≥0	Aguardando fechamento**

* Indicador extrapolou a meta firmada no Acordo de Resultados, mas manteve-se dentro do limite considerado aceitável pelo ONS (<7).

** O fechamento do valor regulatório do exercício de 2016 ocorrerá em 28/04/2017.

3.6 Participação no Mercado de Energia Elétrica

O quadro a seguir apresenta as Participações Societárias da CEEE-GT em Empreendimentos de Geração.

Empreendimentos	Participação CEEE
UHE Machadinho (1)	5,53%
UHE Dona Francisca (1) (2)	10,00%
UHE Campos Novos (3)	6,51%
UHE Furnas do Segredo (3)	10,50%
UHE Monte Claro (3) (4)	30,00%
UHE Castro Alves (3) (4)	30,00%
UHE 14 de Julho (3) (4)	30,00%
UHE Foz do Chapecó (3)	9,00%
UTE Piratini (3)	10,00%
EOL Palmares (3)	10,00%
EOL Ventos da Lagoa (3)	10,00%
EOL Ventos do Litoral (3)	10,00%
EOL Ventos do Sul S/A (3)	10,00%
EOL Ventos dos Índios Energia S/A (3)	10,00%

(1) A CEEE-GT recebe em energia a sua participação nestes empreendimentos.

(2) A energia assegurada à CEEE é de 2MWm nos 10 primeiros anos de operação comercial (2001 à 2010), 6MWm do 11º ao 20º (2011 à 2020) e 10MWm a partir do 21º ano (2021 à 2030).

(3) A CEEE-GT não recebe energia, apenas dividendos destes empreendimentos.

(4) Usina integrante do Projeto CERAN (Companhia Rio das Antas).

4. Desempenho Operacional

4.1 Setor de Energia Elétrica no Brasil

O consumo de energia elétrica no Brasil fechou 2015 com declínio de 2,1% em relação a 2014, registrando 467,70 TWh. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, a estrutura da oferta de energia elétrica brasileira foi proveniente em 61,9 % de usinas hidroelétricas; 21,4% de centrais termoelétricas (excluindo-se da contagem a energia nuclear); 2,5% de centrais nucleares; 8,2% da biomassa; e 3,7% da eólica. O ano de 2015, assim como 2014, foi atípico pela participação baixa da hidroeletricidade na comparação com anos anteriores.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O consumo de energia elétrica das famílias brasileiras alcançou 131.295 GW no ano de 2015. Considerando todas as classes de atividade, o consumo total no País foi de 465.203 GWh.

4.2 Mercado de Geração e Transmissão de Energia

A CEEE-GT produz cerca de 19% da energia hidrelétrica gerada no Rio Grande do Sul. O Parque Gerador da CEEE-GT possui uma potência instalada de 909,9 MW, atinge uma potência total de 1.267,27 MW, distribuídos nas usinas do Sistema Jacuí, do Sistema Salto, em nove Pequenas Centrais Hidrelétricas, além de participações em projetos em parcerias público/privada. A energia produzida pelas usinas destina-se ao suprimento do Sistema Integrado Nacional (SIN), com os clientes situados em empresas de distribuição, consumidores do mercado livre, comercializadoras e geradoras.

Parque Gerador - Características Físicas							
Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médios)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporcional	Garantia Física (MW Médios) Proporcional	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Integral	909,90	424,07		909,90	424,07		
UHE Governador Leonel de Moura Brizola	180,00	123,00	100%	180,00	123,00	1962	31/12/2042
UHE Passo Real	158,00	68,00	100%	158,00	68,00	1973	31/12/2042
UHE Itaúba	500,00	190,00	100%	500,00	190,00	1978	30/12/2021
PCH Ivai	0,70	0,45	100%	0,70	0,45	1950	Usina com registro. Sem data de vencimento
UHE Canastra	42,50	24,00	100%	42,50	24,00	1956	31/12/2042
PCH Bugres	11,12	10,00	100%	11,12	10,00	1952	31/12/2042
PCH Herval	1,44	0,29	100%	1,44	0,29	1937	31/12/2042
PCH Passo do Inferno	1,33	0,52	100%	1,33	0,52	1948	31/12/2042
PCH Toca	1,09	0,36	100%	1,09	0,36	1929	Usina com registro. Sem data de vencimento
UHE Ernestina	4,80	3,24	100%	4,80	3,24	1957	31/12/2042
PCH Capigüi	3,76	0,69	100%	3,76	0,69	1933	31/12/2042
PCH Forquilha	1,00	0,95	100%	1,00	0,95	1950	31/12/2042
PCH Guarita	1,76	0,99	100%	1,76	0,99	1953	31/12/2042
PCH Santa Rosa	1,40	0,88	100%	1,40	0,88	1955	31/12/2042
PCH Ijuizinho	1,00	0,70	100%	1,00	0,70	1950	31/12/2042
Compartilhada	3.755,20	1.719,44		357,37	160,53		
UHE Machadinho	1.140,00	529,00	5,53%	63,00	26,16	2002	
UHE Dona Francisca	125,00	78,00	10,00%	12,50	6,00	2001	
UHE Campos Novos	880,00	377,90	6,51%	57,30	24,60	2007	
UHE Furnas do Segredo	9,80	3,86	10,50%	1,03	0,41	2005	
UHE Monte Claro	130,00	59,00	30,00%	39,00	17,70	2005	
UHE Castro Alves	130,00	64,00	30,00%	39,00	19,20	2008	
UHE 14 de Julho	100,00	50,00	30,00%	30,00	15,00	2009	
UHE Foz do Chapecó	855,00	432,00	9,00%	77,00	38,90	2010	
UTE Piratini	10,00	0,00	10,00%	1,00	0,00	2003	
EOL Palmares	57,5	18,98	10,00%	5,75	1,90	2010	
EOL Ventos da Lagoa	57,5	19,20	10,00%	5,75	1,92	2012	
EOL Ventos do Litoral	57,5	19,70	10,00%	5,75	1,97	2012	
Ventos do Sul Energia S/A	150,00	47,50	10,00%	15,00	4,75	2006	
Ventos dos Índios Energia S/A	52,90	20,30	10,00%	5,29	2,03	2014	
Sociedade de Propósito Específico	0,00	0,00		0,00	0,00		
Total	4.665,10	2.143,51		1.267,27	584,60		

Na área de Transmissão, a CEEE-GT disponibilizou ao sistema elétrico interligado 6.073 km de linhas de transmissão (5.902 próprio e 171 com contrato de O&M) e, através da operação de 68 subestações (54

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

próprias, 2 com cessão de uso, 10 compartilhadas e 2 com contrato de O&M), totalizando uma potência instalada de 9.925 MVA. Seus principais clientes são as concessionárias de distribuição que atuam no Estado, as Empresas de geração, e 11 consumidores livres.

4.2.1 Comercialização

Através da Lei Federal nº 12.783/2013 a CEEE-GT prorrogou por 30 anos a concessão de 12 usinas de seu parque gerador. A energia destes empreendimentos, totalizando 233 MW médios, foi alocada na forma de Cotas de Garantia Física e Potência às distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN, sendo a Companhia remunerada pela operação e manutenção destas usinas.

A CEEE-GT comercializou em 2016, além dos montantes entregues na forma de Cotas, entre contratos de compra e venda, um total de 258 MW médios, negociados no Ambiente Regulado (CCEARs) e no Ambiente Livre (CCEALs). Os ajustes no balanço energético - montantes não comprados ou não vendidos em contratos – foram liquidados no mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Em 19 de dezembro de 2016 a CEEE-GT encaminhou carta à ANEEL requerendo a prorrogação da concessão da Usina Hidrelétrica de Itaúba para um período de 30 anos. O Contrato de Concessão nº 25/2000 estabelece o prazo de concessão da referida usina até 30 de dezembro de 2021, sendo a manifestação realizada com um mínimo de 60 meses antes da data final do respectivo contrato em atendimento ao previsto, na Lei nº 12.783/2013.

Modelo de Negócio e Condições no ACR			
Usina	Modelo de Negócio em 31 de dez/2016 (energia)	Preço no ACR EM 31/DEZ/2016	Data e índice de reajuste no ACR
UHE Governador Leonel de Moura Brizola	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG de R\$ 27.615.225,84	IPCA em 1º/jul
UHE Passo Real	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG de R\$ 27.104.951,41	IPCA em 1º/jul
UHE Canastra	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG de R\$ 8.432.795,02	IPCA em 1º/jul
PCH Bugres	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG de R\$ 3.549.762,98	IPCA em 1º/jul
PCH Herval	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG de R\$ 1.081.421,71	IPCA em 1º/jul
PCH Passo do Inferno	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG de R\$ 641.591,35	IPCA em 1º/jul
UHE Ernestina	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG de R\$ 1.653.991,65	IPCA em 1º/jul
PCH Capigüi	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG de R\$ 1.084.830,30	IPCA em 1º/jul
PCH Forquilha	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG de R\$ 672.289,77	IPCA em 1º/jul
PCH Guarita	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG de R\$ 867.114,52	IPCA em 1º/jul
PCH Santa Rosa	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG de R\$ 778.504,78	IPCA em 1º/jul
PCH Ijuizinho	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG de R\$ 626.388,90	IPCA em 1º/jul
UHE Itaúba, UHE Dona Francisca, PCH Toca e PCH Ivaí	4% ACR e 96% ACL	R\$ 167,81/MWh	Cesta várias datas
Machadinho	100% ACL	Não Aplicável	Não Aplicável

4.3 Aspectos Regulatórios

Atualmente a remuneração dos investimentos em melhorias é regrada pela Resolução 642/2014 que prevê aprovação de plano de investimento com horizonte de 5 anos pela ANEEL e incorporação de receita após entrada em operação comercial das reformas previstas. As intervenções de maior valor (Grupo 2) dependem de aprovação de um plano de investimento pela agência reguladora e definição de receita adicional para remuneração dos investimentos. Os serviços de menor valor (Grupo 1) podem ser realizados sem autorização prévia da ANEEL e serão remunerados na revisão tarifária subsequente, até o limite aprovado no plano de investimento da usina.

Em abril/2016 a SRG/ANEEL expôs aos concessionários em regime de cotas a possibilidade de aprimoramentos nos contratos de concessão, incluindo um adicional de receita para os investimentos em reformas e melhorias, em isonomia aos critérios do Leilão 12/2015. No Leilão 12/2015, das usinas que não renovaram concessão nos termos da MP 579/2012, foi prevista uma parcela de receita para cobrir todos os investimentos em melhoria ao longo da concessão (GAG melhorias). Esta parcela foi atrelada ao valor da GAG

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O&M por meio de fator multiplicador variando de 1,2 a 2,012 conforme a necessidade de intervenções do aproveitamento. Nesta oportunidade foi solicitado aos agentes envio de proposta de metodologia e/ou adicional de receita necessário para cobrir os investimentos.

Em dezembro/2016, após análise pela ANEEL das contribuições apresentadas, foi publicada a Nota Técnica nº146/2016-SRG/ANEEL sobre proposta de inclusão da GAG melhorias para as usinas cotistas e recomendação de abertura de consulta pública, com contribuições dos interessados, pelo período de 45 dias. Esta NT apresentou 03 alternativas para o cálculo da GAG melhorias.

As alternativas propostas foram analisadas em reunião realizada pela ABRAGE com a participação dos agentes interessados, de forma a contemplar no processo o adicional de receita necessário para realização dos investimentos previstos e redução das incertezas regulatórias que atualmente trazem grandes dificuldades para o setor. Algumas alternativas propostas foram a inclusão no cálculo de GAG dos custos civis, JDC (juros durante a construção) e demandas da administração pública. Também foram analisadas vantagens do fim do processo de revisão tarifária, que poderá resgatar um planejamento de médio e longo prazo para manutenção das usinas e contribuir para melhor confiabilidade do sistema.

A Área de Geração permanece acompanhando as propostas de alteração da regulação referente a remuneração, onde tem-se a expectativa de ajustes durante o ano de 2017.

4.3.1 Indicadores de Desempenho Operacional e de Produtividade

4.3.1.1 Produtividade e Qualidade

Indicadores Operacionais de Geração - Usinas Hidroelétricas (UHE's) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's):

- As Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS (Usinas Tipo I) são reguladas por disponibilidade, devendo manter disponibilidade móvel nos últimos 60 meses igual ou superior a estabelecida pela ANEEL.
- Enquadram-se neste critério na CEEE-GT as UHE's Leonel de Moura Brizola, Itaúba e Passo Real. As três usinas encerraram 2016 atendendo este indicador.
- Disponibilidade: A Disponibilidade Geral Equivalente das Usinas representa o percentual de tempo médio ponderado pela potência de cada máquina disponível para a geração de energia elétrica. O valor do mês de dezembro de 2016, que corresponde à média acumulada nos últimos 5 anos, ficou em 95,25%.
- As PCHs e a UHE Canastra são reguladas por produção de energia. A meta da CEEE-GT é de gerar na média anual 100% da garantia física vigente para cada instalação.

DGH60 - INDICADOR																
Disponibilidade média móvel 60 meses, ponderada pela Garantia Física das Usinas Despachadas Centralizadamente																
Usina	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	desvio da meta	folga em dias (1UG)	Limite	Observações
Itaúba	96,33%	96,32%	96,32%	96,26%	95,83%	95,55%	95,29%	95,00%	94,75%	94,62%	94,62%	94,62%	+ 5,04%	430	89,58%	Referência ANEEL
Passo Real	97,17%	96,92%	96,84%	96,84%	96,83%	96,82%	96,81%	96,83%	96,84%	96,84%	97,03%	96,94%	+ 7,36%	261	89,58%	Referência ANEEL
Leonel Brizola	95,87%	95,70%	95,50%	95,49%	95,37%	95,16%	95,27%	95,35%	95,47%	95,61%	95,53%	95,53%	+ 2,51%	231	93,02%	Referência ANEEL
Total	96,39%	96,30%	96,24%	96,20%	95,92%	95,71%	95,57%	95,42%	95,30%	95,25%	95,27%	95,25%	5,42%		90,32%	Indicador SME
Média Anual:				95,74%												

As demais UHE's e PCH's da CEEE-GT também têm sua disponibilidade acompanhada mensalmente. Apesar da ANEEL não estabelecer disponibilidade mínima para os empreendimentos não despachados centralizadamente (usinas Tipo III), este indicador é acompanhado pela CEEE-GT com vistas à maximização do tempo disponível para geração de energia.

a) Indicadores Operacionais e de Produtividade de Transmissão: Capacidade Instalada: Este indicador corresponde à soma da potência nominal de todos os transformadores da Transmissão em operação. Em 2016 a CEEE-GT concluiu a implantação de novos transformadores em 4 Subestações, aumentando em 208 MVA a potência instalada ao sistema de transmissão, totalizando 9.925 MVA. Houve um aumento de 2,1% de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

capacidade instalada em relação a 2015. Os principais empreendimentos que entraram em operação comercial que contribuíram para esse aumento na capacidade instalada foram nas subestações de São Borja 2, Quinta, Santa Rosa 1 e Guarita.

b) Índice de Indisponibilidade Mensal de Energia na Transmissão (IIMET): Indica o percentual de energia deixada de transportar no mês, em relação ao montante total de energia requerida.

A apuração dos montantes de energia interrompida e de suas respectivas causas é realizada diariamente e contabilizada com periodicidade mensal para o cálculo do indicador, permitindo a quantificação dos montantes absolutos e percentuais de cada uma das causas para um melhor controle através de ações específicas e pertinentes às causas verificadas.

O quadro 1 demonstra uma estabilidade destes indicadores entre 2010 e 2016.

Valores do Indicador IIT							
Indicador (%)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
IIMET – Geral	0,0060	0,0071	0,0049	0,0060	0,0066	0,0057	0,0045
IIMET – Transmissão	0,0039	0,0060	0,0047	0,0058	0,0041	0,0049	0,0043

c) Energia Deixada de Transmitir (EDT): Este indicador se divide em dois subitens, um valor global, incluindo motivos externos e alheios a CEEE Transmissora, e outro para as causas específicas de responsabilidade da empresa.

A EDT Total soma toda a energia interrompida no ano de 2016 e a EDT Média é o resultado da média dos doze meses do ano de 2016.

O quadro 2 demonstra os valores obtidos nos últimos 6 anos.

Valores do Indicador EDT						
Indicador (MWh)	2011	2012	2013	2014	2015	2016
EDT Total - Geral	2217,98	1580,51	2002,44	2379,69	1540,15	1528,29
EDT Total - Transmissão	1885,27	1504	2100,59	1429,31	1809,27	1454,23
EDT Média - Geral	184,83	131,71	175,05	198,31	128,35	127,36
EDT Média - Transmissão	157,11	125,62	166,87	119,11	150,77	121,19

5. Investimentos

Os investimentos realizados pela CEEE-GT no Parque Gerador e em obras de Subestações e Linhas de Transmissão atendem determinação do contrato de concessão e tem o objetivo de ampliar a capacidade de atendimento da demanda e aumentar a confiabilidade e a qualidade no fornecimento de energia elétrica, ao longo de 2016.

5.1 Geração

5.1.1 Expansão e Modernização da Geração

Tendo como objetivo aumentar sua participação no mercado através da renovação e ampliação do parque existente, bem como participações em novos projetos das diversas fontes de energia, em especial as Pequenas Centrais Hidrelétricas energia eólica, através da qual a companhia expandirá em 102,45 MW a sua capacidade de geração. Destacadas abaixo, as principais expectativas de realizações no âmbito da expansão da geração:

- Os projetos das usinas de Forquilha, Guarita e Ernestina encontram-se em tramitação junto à ANEEL, para fins de aprovação de Projeto Básico.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- O projeto da PCH Santa Rosa aguarda informação de acesso junto a RGE para encaminhamento de documentação a EPE para determinação de tarifa. Findando esta fase estará apta para lançamento de edital de contratação de implantação.

As principais obras de Expansão da Geração que iniciarão ou terão continuidade em 2017 são:

- UHE Bugres: A ampliação da UHE Bugres, autorizada pela ANEEL, cujo início da obra estava previsto para o 2º semestre de 2016 teve seu cronograma ajustado em função da alteração do ponto de conexão ao sistema de transmissão nas tensões de 6,6 kV para 69 kV em função da Superintendência de Concessão de Distribuição e Transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (SCT/ANEEL) considerar que as obras necessárias na SE Bugres serem de interesse exclusivo da geradora. Esta modificação gerou a necessidade de nova alteração do contrato de concessão, finalizados pela Superintendência de Concessões de Geração (SCG/ANEEL) em Dez/2016. Os recursos necessários para execução da obra foram viabilizados em Dez/2016 com a assinatura do contrato de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). A nova data de início das obras foi definida para 01/06/2017 com término previsto para Dez/2018. A potência instalada da UHE Bugres passará de 11,12 MW para 19,20 MW e as modificações na SE Bugres atenderão o aumento de energia disponível na usina.
- Implantação do Complexo Eólico de Povo Novo no município de Rio Grande, com potência total de 52,5 MW. Este Complexo é constituído por três Centrais Geradoras Eólicas sendo elas:
 - - CGE Curupira, com Potência Instalada de 23,1 MW;
 - - CGE Povo Novo, com Potência Instalada de 8,4 MW;
 - - CGE Fazenda Vera Cruz, com Potência Instalada de 21,0 MW.
 - As CGEs são geridas por três Sociedades de Propósito Específico, respectivamente, Ventos de Curupira, Ventos de Povo Novo e Ventos de Vera Cruz, sendo a CEEE-GT a acionista majoritária das mesmas. Este empreendimento integra a matriz de produção de energia sustentável, ampliando a produção eólica do Estado do Rio Grande do Sul e prevê um montante de investimento na ordem de R\$ 360 milhões, em valores atuais. Em função da dificuldade em captar recursos no sistema financeiro e a escassez de recursos próprios da controladora, a obra de implantação do Complexo teve seu andamento paralisado em Agosto de 2016. A CEEE-GT negocia financiamento com a Caixa Econômica Federal, através do FI-FGTS, de modo a possibilitar a conclusão da obra. Em função destas dificuldades, a entrada em operação prevista inicialmente para maio de 2016 foi reprogramada, com nova previsão para Dez/2017. Sua potência é suficiente para fornecer energia para cerca de 90 mil residências e gera em torno de 800 empregos diretos. No momento 73,23% das obras civis estão concluídas.
- o Demais projetos:
- A modernização da UHE Leonel de Moura Brizola (Jacuí) encontra-se em avaliação da viabilidade das alternativas de reforma, ampliação bem como a recuperação dos conjuntos turbogeradores.

5.1.2 Manutenção e Operação da Geração

A ação de Manutenção e Operação da Geração objetiva manter o percentual ótimo de disponibilidade para o fornecimento de energia elétrica. No ano de 2016, a Companhia alcançou o indicador de Disponibilidade de suas usinas de 95,25% para as usinas despachadas centralizadamente, resultado da soma de esforços operacionais e da aplicação de recursos da ordem de R\$ 170.580.199,05 milhões (sendo R\$ 728.549,09 mil em despesas de capital e R\$ 169.851.649,96 milhões em despesas correntes) em manutenção e operação da geração, promovendo a modernização e adequação das usinas existentes e também a melhoria da confiabilidade, qualidade, segurança e rentabilidade da produção de energia elétrica. Para a ação de Manutenção e Operação da Geração será dada continuidade as manutenções das Usinas com vistas a manter a disponibilidade e qualidade da produção de energia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5.1.3 Modernização de Instalações de Geração

Os principais projetos que envolvem novos investimentos em modernização e automação do parque gerador são:

- Usinas UHE Ernestina, Guarita e Capigüi previsão de automatização entre 2017 e 2018;
- Atualização tecnológica de diversos equipamentos, prevendo a substituição de equipamentos e sistemas convencionais, de tecnologia analógica por equipamentos e sistemas digitais, abrangendo principalmente as funções de controle, comando, medição, proteção e regulação.
- A substituição desses equipamentos permitirá que as PCH's (Ernestina, Capigüi e Guarita) sejam telecomandadas de forma remota, permitindo então minimizar a mão de obra (local) e sua operação realizada através do centro de controle da UHE Canastra.
- Usina UHE Passo Real, previsão de automatização entre 2017 e 2018.
- Os projetos básicos para a automação da Usina e Subestação consistem na atualização tecnológica de diversos equipamentos, prevendo a substituição de equipamentos e sistemas convencionais de tecnologia analógica por equipamentos e sistemas digitais, abrangendo principalmente as funções de controle, comando, medição, proteção e regulação.
- Os equipamentos atualmente em operação nas instalações apresentam tecnologias defasadas, sendo que a operação da Usina e Subestação é realizada por equipes de operadores locais. Nesse sentido, a automação e modernização das instalações passam pela substituição dos atuais equipamentos por modelos mais eficientes e confiáveis, o que aumentará consideravelmente a vida útil das instalações. A substituição desses equipamentos permitirá que a Usina e Subestação sejam supervisionadas e telecomandadas de forma remota, permitindo então minimizar a mão de obra (local) e sua operação realizada através do centro de controle da UHE Itaúba.
- Usina UHE Passo Real, Reforma do Grupo 2 – Usina;
- Em 22/12/16, foi assinado o termo aditivo, para a execução de serviços de reabilitação e de modernização da unidade geradora 2 da UHE Passo Real, localizada no município de Salto do Jacuí/RS, com prazo de execução de 330 dias, e conclusão prevista para o ano de 2018.
- Usina UHE Ernestina, Reforma da Barragem.
- Elevação dos diques de terra e reforço do painel da tomada d'água e do painel de descarregamento de água, para obter maior potência de geração e garantir uma maior segurança da estrutura.

5.2 Transmissão

5.2.1 Expansão da Transmissão

A ação Expansão da Transmissão tem foco na construção e na ampliação de linhas de transmissão e de subestações de energia elétrica. No ano de 2016, sua capacidade foi ampliada em 208 MVA (Megavolt-ampere).

Na Tabela a seguir temos as principais Obras com suas localizações, com foco na expansão da transmissão da CEEE-GT através obras da ampliação de Subestações:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Expansão da Transmissão - Obras e Serviços em Subestações			
COREDE	Subestação	Especificação	Situação
Alto Jacuí	SE Passo Real	Ampliação	Em andamento
Fronteira Noroeste	SE Santa Rosa 1	Ampliação	Em andamento
Médio Alto Uruguai	SE Guarita	Adequação	Em andamento
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Eldorado do Sul	Ampliação	Em andamento
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Guaíba 2	Ampliação	Em andamento
Vale do Rio dos Sinos	SE Canoas 1	Ampliação	Em andamento

A CEEE-GT além de suas iniciativas próprias, no campo da expansão de transmissão, participa de empreendimentos de transmissão concedidos em parceria com outras empresa, através de (Sociedades de Propósitos Específicos) SPE's, em leilões realizados pela ANEEL: TSLE - Transmissora Sul Litorânea de Energia, com a TESB - Transmissora de Energia Sul-Brasil LTDA e com a FOTE - Fronteira Oeste Transmissora de Energia. A seguir estão discriminados os empreendimentos viabilizados em cada uma das participações, sendo elas:

TSLE: Consórcio formado entre CEEE-GT com participação de 49% e Eletrosul com 51%. O valor do empreendimento é estimado em R\$709 milhões e viabilizará a conexão dos Parques Eólicos de Santa Vitória do Palmar, bem como possibilitará a interligação de novos Parques Eólicos. Os principais empreendimentos deste Consórcio são: LT Nova Santa Rita - Povo Novo; LT Povo Novo - Marmeleiro; LT Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar; SE Povo Novo; SE Marmeleiro e SE Santa Vitória do Palmar. Obras concluídas. O valor de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital aplicados em 2016 pela CEEE-GT, foi de R\$ 11.955 milhões.

TESB: Consórcio formado pela CEEE-GT, PROCABLE e INSIGMA, onde a CEEE - GT possui 90,4% de participação. O valor em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC's) aplicados pela CEEE-GT em 2016 foi de R\$ 74,4 milhões. Este investimento possibilitará a interligação de novos Parques Eólicos que estão em estudos. Os principais empreendimentos deste Consórcio são: LT Porto Alegre 9 x Porto Alegre 8; LT Porto Alegre 9 x Nova Santa Rita; LT Campo Bom x Taquara; LT Restinga x Viamão 3; LT Restinga x Porto Alegre 13; SE Jardim Botânico; SE Viamão 3; SE Restinga; SE Candelária 2.

FOTE: Consórcio formado entre CEEE-GT com participação de 49% e Eletrosul com 51%. O valor do empreendimento é estimado em R\$ 222 milhões. Os principais empreendimentos, no Rio Grande do Sul, são: LT Santo Angelo x Maçambará; SE Santa Maria 3. O valor de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital aplicados em 2016 pela CEEE-GT, foi de R\$ 3 milhões.

5.2.2 Manutenção e Operação da Transmissão

Durante o ano de 2016 foram concluídos 32 reforços e 16 melhorias pela área de manutenção no sistema de transmissão. As atividades compreenderam a substituição de equipamentos já superados ou em final de vida útil, destacando-se a substituição de 5 disjuntores de 138 kV da usina do Jacuí. Todas as substituições promoverão receita adicional a ser definida pela ANEEL no primeiro semestre de 2017. As atividades contidas no escopo da ação envolvem investimentos em obras e serviços no sistema, incluindo subestações, linhas de transmissão e serviços de telecomunicação visando o atendimento dos parâmetros definidos pelo ONS - Operador Nacional do Sistema e pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5.2.3 Modernização de Instalações de Transmissão

As principais obras com andamento em 2017 que visam a Expansão da Transmissão são:

Obra	Descrição	Previsão de Conclusão
Subestação Bagé 2	Instalação do terceiro Transformador 230/69 kV – 50 MVA	julho 2017
Subestação Guaíba 2	Instalação do terceiro Transformador 230/69 kV – 50 MVA	julho 2017
Subestação Santa Rosa 1	Instalação do terceiro Transformador 230/69 kV – 83 MVA	setembro 2017
Subestação Taquara	Adequação do Setor de 138 kV	agosto 2017
Subestação Passo Real	Instalação do segundo Transformador 230/138KV - 3X50MVA	agosto 2017
Subestação Canoas 1	Instalação do segundo Transformador 230/23 kV – 50 MVA, seccionamento do da LT 230 kV Cidade Industrial/Porto Alegre 9 e a instalação de 2 banco de capacitores em 23 kV	outubro 2017
Subestação Eldorado do Sul	Seccionamento da LT 230 kV Guaíba 2 / Porto Alegre 9, instalação de um banco de capacitores em 23 kV e instalação de um módulo de interligação de barramentos	dezembro 2017
Subestação Porto Alegre 13	Complementação dos módulos de conexão dos TR 230/13,8 kV	dezembro 2017
Subestação Santa Marta	Instalação do terceiro Transformador 230/69 kV – 83 MVA	julho 2018

Com relação a Manutenção e Operação da Transmissão será dada continuidade as manutenções das Subestações e Linhas, visando manter o bom desempenho e disponibilidade do sistema.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6. Balanço Social – Indicadores Sociais

1 - BASE DE CÁLCULO	Dezembro 2016 (valor em mil R\$)			Dezembro 2015 (valor em mil R\$)		
Receita líquida (RL)	1.873.147			542.746		
Resultado operacional (RO)	(27.495)			(27.012)		
Folha de pagamento bruta (FPB)	216.912			266.954		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais Compulsórios	47.281	22%	3%	43.068	20%	2%
Saúde	425	0%	0%	504	0%	0%
Medicina e Segurança	1.634	1%	0%	813	0%	0%
Educação	567	0%	0%	467	0%	0%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	1.129	1%	0%	1.295	1%	0%
Benefícios	49.863	23%	3%	60.199	28%	3%
Alimentação	15.802	7%	1%	15.212	7%	1%
Creches ou Auxílio-Creche	1.518	1%	0%	1.434	1%	0%
Previdência privada	27.499	13%	1%	37.455	17%	2%
Plano de Saúde	5.044	2%	0%	6.098	3%	0%
Participação nos Lucros ou Resultados	3.372	2%	0%	871	0%	0%
Inclusão Social	103	0%	0%	99	0%	0%
Outros	630	0%	0%	872	0%	0%
Produtividade	470	0%	0%	704	0%	0%
Vale Transporte - Excedente	160	0%	0%	168	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	105.004	38%	19%	108.188	40%	20%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0%	0%	2.116	8%	0%
Inclusão Social	0	0%	0%	121	0%	0%
Total das contribuições para a sociedade	0	0%	0%	2.237	8%	0%
Tributos (excluídos encargos sociais)	40.702	148%	2%	55.054	200%	3%
Total - Indicadores sociais externos	40.702	148%	2%	57.291	208%	3%
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Indicador Ambiental	676	2%	0%	197	1%	0%
Gestão	30	0%	0%	548	2%	0%
Resíduos	30	0%	0%	548	2%	0%
Programas Ambientais	1.661	6%	0%	2.735	10%	0%
Podas e Desmatamento	1.461	5%	0%	1.119	4%	0%
Monitoramento de águas e Salvamento fauna	49	0%	0%	49	0%	0%
Acompanhamento Técnico e Gerenciamento Ambiental	45	0%	0%	1.428	5%	0%
Desapropriações - Indenizações	106	0%	0%	93	0%	0%
Outros	-	0%	0%	46	0%	0%
Total dos investimentos em meio ambiente	2.367	9%	0%	3.480	13%	0%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%		() cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%		() cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2016			2015		
Nº de empregados(as) ao final do período*	1.175			1.285		
Nº de admissões durante o período	0			0		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	584			1.018		
Nº de estagiários(as)	71			95		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	593			303		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	180			196		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	21,68%			23,78%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	122			147		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	6,29%			7,69%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	23			26		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	Em 2016:			Em 2015:		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	19,66			21,07		
Número total de acidentes de trabalho**	10			5		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2016: R\$1.804.186			Em 2015: R\$ 698.593		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	26,00% governo	17,27% colaboradores(as)	51,20% acionistas	22,00% governo	37,57% colaboradores(as)	12,16% acionistas
	5,53% terceiros	____% retido		28,27% terceiros	____% retido	
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES	Em 2016			Em 2015		
Contempla a Campanha do Agasalho e a Campanha do Brinquedo						
Escolaridade	Em 2016			Em 2015		
Graduados	608			593		
Ensino Médio	537			660		
Ensino Fundamental	30			32		
**Acidentes com perda de tempo				**Acidentes com perda de tempo		

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6.1. Indicadores Sociais

6.1.1 Força de Trabalho

A força de trabalho da Empresa é formada, majoritariamente, por eletricitistas, técnicos e engenheiros, profissões que, historicamente, são exercidas por homens. Isso se reflete diretamente no quadro de empregados, dos quais 15,31% são mulheres e 84,69% são homens.

Temos ainda sobre o quadro de empregados que, a maior parte destes (42,38%) se encontra na faixa de idade entre 31 e 41 anos. Referente ao grau de instrução, 35,15% tem nível superior e 16,67% tem algum tipo de pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado), tem-se ainda que 45,62% têm ensino médio. A CEEE-GT encerrou o ano de 2016 com 1.175 empregados.

A CEEE-GT acompanha a composição dos grupos de empregados por categoria, de acordo com gênero e faixa etária, no sentido de mapear oportunidades de melhoria em programas destinados garantir o princípio de igualdade de oportunidades.

Em 2016, 71 estudantes estagiaram na CEEE-GT. Em 31 de dezembro de 2016 a Empresa contou com um total de 71 estagiários (6,04% em relação ao total de empregados).

A taxa de rotatividade (turnover) é historicamente baixa e como nos anos anteriores manteve este padrão ficando em 0,42% como taxa média do ano de 2016.

Por se tratar de uma Empresa de economia mista, há a necessidade legal de realização de concursos públicos para a contratação de novos empregados na CEEE-GT. Por isto, não existe uma diretriz para contratados locais.

6.1.2 Diversidade e Igualdade

A Empresa respeita a diversidade e não permite qualquer tipo de discriminação por razão de raça, cor, sexo, ideologia, nacionalidade, religião ou qualquer outra condição pessoal, física ou social de seus profissionais. Em 2016, não houve casos de discriminação encaminhados por meio dos canais de comunicação relativos ao Código de Ética.

Em seus concursos públicos, a CEEE-GT faz a reserva de 10% do total de vagas cabíveis para pessoas portadoras de necessidades especiais. Há no quadro de pessoal, 23 empregados portadores de deficiência o que representa 1,97%.

Durante o ano, a Empresa realizou diversas ações para difundir o seu compromisso da diversidade entre todos os empregados, utilizando os meios de comunicação interna e eventos presenciais para envolvê-los na temática.

No período de abrangência do presente relatório não ocorreram na Empresa, registros de demissão, suspensão ou advertência, de empregado por corrupção ou discriminação. Não ocorreram da mesma forma registros de violação de direito dos povos indígenas.

6.1.3 Remuneração

A CEEE-GT conta com um Plano de Cargos e Salário (PCS) que prevê promoções por antiguidade em anos pares e por merecimento em anos ímpares.

As promoções por desenvolvimento profissional ocorrem mensalmente, de acordo com a existência de vagas e as demais exigências estabelecidas em seu regulamento.

Os empregados podem acompanhar sua situação funcional, relativa às promoções, pelo sistema corporativo. No ano de 2016 foram promovidos 108 empregados, conforme segue:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Níveis	Pleno	Sênior
Administrativa	12	5
Operacional	31	15
Técnica	25	12
Superior	0	5

A CEEE-GT adota o modelo de remuneração flexível que relaciona o desempenho dos empregados ao alcance de metas e resultados estabelecidos para um determinado período de tempo.

A política de remuneração da CEEE-GT não diferencia homens e mulheres. As diferenças de remuneração estão relacionadas à dinâmica estabelecida no PCS. Para acompanhar este indicador e a referida dinâmica, a Empresa utiliza o sistema corporativo, verificando a proporção do salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional.

6.1.4 Avaliação de desempenho

O indicador de avaliação de desempenho é monitorado através do sistema corporativo, considerando o número de avaliações satisfatórias e insatisfatórias para um determinado período.

A Empresa tem interesse que todos realizem avaliação de desempenho, uma vez que isto contribui para o crescimento da organização e gera oportunidades de identificação de melhorias.

A avaliação de desempenho é um dos critérios obrigatórios para que os empregados habilitem-se às promoções.

O processo de avaliação de desempenho ocorre em datas fixas e pré-estabelecidas. Aqueles empregados que se encontram afastados (licenças de saúde, maternidade, acidente de trabalho) realizam suas avaliações quando do retorno às suas atividades.

6.1.5 Programa de Desligamento Incentivado (PDI)

Este Programa visa contribuir com a adequação dos recursos humanos às necessidades da Empresa, auxiliando no equilíbrio da maturidade profissional. A iniciativa também atende àqueles empregados que ansiavam por novas oportunidades fora da CEEE-GT, proporcionando incentivo financeiro aos empregados que aderirem.

Em 2016 foram desligados através do PDI, 32 empregados, distribuídos entre as áreas da Empresa.

O valor despendido com o Programa de Desligamento Incentivado foi de R\$5 milhões e engloba valores de incentivo, verbas de rescisão e respectivos encargos.

6.1.6 Relações Sindicais

A CEEE-GT reconhece que as entidades sindicais são representantes legítimas de seus empregados, respeita as opções de filiação de seus empregados e mantém uma interação constante com as entidades sindicais por meio de uma gerência instituída para esta finalidade.

A CEEE-GT possui empregados representados pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul e outros. A totalidade dos empregados é abrangida pelos acordos coletivos firmados entre a Empresa e essas entidades. Também estão previstas liberações permanentes e esporádicas de dirigentes e representantes sindicais para as atividades sindicais permitidas e o procedimento para que se realizem nas instalações da Empresa, dentre outras questões. São garantidas atividades sindicais dentro das instalações da Empresa, desde que seja feita solicitação, com exposição de motivos e pauta, com antecedência, à Diretoria Administrativa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Além dos benefícios determinados pela legislação trabalhista, o acordo coletivo prevê auxílio-creche, assistência aos empregados com filhos portadores de necessidades especiais, previdência complementar, patrocínio de cursos de pós-graduação a empregados enquadrados em cargos de nível superior, plano de saúde, plano odontológico, 180 dias de licença maternidade e participação nos lucros e resultados.

Anualmente a CEEE-GT realiza a negociação do acordo coletivo de trabalho abrangendo todos os empregados ativos e inativos. As negociações ocorrem entre a Diretoria da Empresa e os sindicatos, que, conforme demonstrativo abaixo, representam, no corrente ano, 1.175 empregados ativos.

NOME DO SINDICATO	QUANTIDADE DE EMPREGADOS
CONTABILISTAS	25
SASERS	1
SENERGISUL	748
SENGE (ENGENHEIROS)	156
SINDAERGS (ADMINISTRADORES)	20
SINDARS (ADVOGADOS)	19
SINDECON (ECONOMISTAS)	6
SINDITEST (TÉC. SEG. TRABALHO)	11
SINTEC (TÉC. IND. NÍVEL MÉDIO)	187
SIPERGS (PSICÓLOGOS)	2
TOTAL	1.175

Em 2016, a CEEE-GT realizou inúmeras reuniões com as entidades sindicais, visando à celebração do acordo coletivo de trabalho e do acordo coletivo específico relativo à participação nos lucros e resultados. As questões envolvendo os demais acordos específicos também foram discutidas, possibilitando a renovação dos mesmos.

No que concerne ao direito de greve, numa área de atuação cujos serviços são considerados essenciais à população, deve haver uma comunicação formal pelas entidades sindicais ou pelos trabalhadores com 72 horas de antecedência ao evento, conforme estabelecido pela Lei nº 7.783/99.

6.1.7 Programas de capacitação de Recursos humanos

A CEEE-GT utiliza o conceito de Educação Corporativa, promovendo a capacitação profissional dos seus empregados através da realização de treinamentos voltados para o desenvolvimento das competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) necessárias para a execução das atividades da Empresa.

A Companhia, através do Centro Técnico de Aperfeiçoamento e Formação-CETAF, possui uma parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande de Sul-UERGS, disponibilizando seu espaço ocioso à Universidade mediante o pagamento mensal das despesas de manutenção do imóvel e o fornecimento de cursos para o desenvolvimento de seus empregados, como pós-graduação, promovendo uma capacitação atualizada e de qualidade.

6.2 Pesquisa e Desenvolvimento

Os projetos de Pesquisa e Desenvolvimento são desenvolvidos com a perspectiva de melhoria contínua em produtos, processos e a eficiência dos serviços prestados a sociedade. O Programa de P&D do setor elétrico foi constituído por lei, e cabe à ANEEL regulamentar o investimento no programa e avaliar seus resultados. A agência estabelece as diretrizes e orientações que regulamentam a elaboração de projetos por meio do Manual de Procedimentos Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – PROP&D. A CEEE-GT aplicou R\$ 2,58 milhões, durante o ano de 2016, em projetos com foco na busca constante por inovações que venham enfrentar os desafios tecnológicos do setor elétrico, dos quais podemos citar:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Geração Solar fotovoltaica: Tem por objetivo instalar usina conectada à rede de distribuição com capacidade de 550 kWp, utilizando painéis fotovoltaicos como fonte de geração de energia. A proposição de arranjos técnicos e comerciais para o projeto de geração de energia elétrica através de tecnologia solar fotovoltaica, de forma integrada e sustentável, busca criar condições para o desenvolvimento de conhecimento técnico e desenvolvimento tecnológico necessário à inserção da geração solar fotovoltaica na matriz energética nacional. Público Alvo: GRUPO CEEE, CENTRO ADMINISTRATIVO FERNANDO FERRARI.

Protótipo de sistema de diagnóstico de hidrogeradores a partir do monitoramento permanente e em tempo real de parâmetros da função geração: O projeto objetiva o desenvolvimento experimental de um protótipo de sistemas de monitoramento e diagnóstico de hidrogeradores, cuja a função é antecipar falhas no gerador, permitindo a mudança do paradigma de manutenção preventiva e periódica para preditiva condicional. Público Alvo: CEEE-GT

7. Gestão Econômica Financeira

Em 2016 o cenário econômico e regulatório adverso dos últimos exercícios se agravou, o desaquecimento da economia brasileira e gaúcha gerou retração do consumo e aprofundamento da recessão. A principal causa da crise foi o esgotamento do modelo de crescimento econômico baseado na expansão do consumo e de crédito abundante. Apesar da adoção de políticas anticíclicas, o Governo viu a recessão avançar ao longo de 2016, com reflexo no risco Brasil, prejudicando e encarecendo sensivelmente o acesso ao capital de terceiros pelas empresas, não sendo diferente para os segmentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica.

Para o enfrentamento desse contexto macroeconômico recessivo e de crise no setor elétrico, várias ações foram tomadas pela Companhia no biênio 2015-2016, as quais buscam recuperação dos resultados, otimizando os custos e despesas operacionais, mirando uma equação de sustentabilidade econômica e financeira no médio prazo:

- a) Comitê de Racionalização de Gastos - criado no primeiro trimestre de 2015, com objetivo essencial de dar fluidez, priorização e assertividade nos gastos com investimento e custeio, buscando atingir o máximo de economicidade e eficiência.
- b) Reprogramação Orçamentária - Estabelecimento de orçamento conciso, ante a evolução dos métodos de construção do mesmo. Dentre as ações iniciais, houve a suspensão dos recursos administrados através do Sistema de Planejamento e Controle Financeiro (PCF), aplicação de premissas reais para a política de investimentos na elaboração do Plano Plurianual de 2016-2019, mais aderentes com as possibilidades financeiras da Companhia.
- c) Manutenção do atual Plano de Desligamento Incentivado – PDI - Manutenção da política de incentivo àqueles empregados que conquistem as carências para aposentadoria e se desliguem de forma espontânea.
- d) Equalização dos Custos Judiciais - Trabalho de identificação de nichos de litígios institucionalizados em setores da área de concessão, passíveis de realizar trabalho combinado entre a área jurídica e técnica de atendimento ao consumidor. Tal esforço permite programar ações pró-ativas e antecipadas de forma a mitigar novas ações cíveis e indenizatórias, bem como reduzir o valor de eventuais condenações.
- e) Novas Captações Financeiras - Apesar de todo o esforço em racionalizar os gastos da empresa, buscando seu equilíbrio, vislumbra-se a captação junto a agentes financeiros públicos ou privados (nacionais ou internacionais), através de operações estruturadas e lastreadas em recebíveis, como é praxe de mercado.

Outro aspecto relevante foi à adequação da estrutura de pessoal, onde em abril/2016 à CEEE-GT, desligou compulsoriamente 57 funcionários, o que proporcionará, a partir do ano de 2017, uma redução estimada de R\$ 22 milhões no custo e despesa operacional da empresa.

Cabe salientar que o Resultado da Companhia em 2016 foi significativamente impactado pelo reconhecimento dos valores a receber pertinentes aos ativos da RBSE. Conforme Despacho Nº 1.643 emitido pela ANEEL em 16 de junho de 2016, a CEEE-GT obteve como montante homologado de indenização pertinente aos ativos não totalmente depreciados e existentes em 31 de maio de 2000, o valor de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

R\$836.283, na data base de 31 de dezembro de 2012. Sendo que o valor bruto dos bens para fins de indenização (Valor Novo de Reposição - VNR) totalizou R\$ 2.741.278, conforme processo nº 48500.000805/2014-52.

Neste exercício, após atualização do valor do laudo homologado para fins de indenização, foi adicionado do custo de capital (remuneração e depreciação) atualizado até o período de Dezembro de 2016, sendo este remunerado pelo custo de capital próprio do segmento, totalizando o ganho de R\$ 964,8 milhões, líquido dos efeitos tributários.

7.1 DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A CEEE-GT encerrou o exercício de 2016 com lucro líquido de R\$ 923,7 milhões, frente aos R\$84,9 milhões do ano de 2015. Esta elevada variação do resultado líquido é decorrente do registro da RBSE no exercício de 2016, conforme descrito anteriormente.

A empresa reconheceu em 2016 um acréscimo de R\$1.266,2 milhões em seu ativo financeiro, pertinentes aos valores da RBSE. O impacto foi de R\$ 1.266,2 milhões na Receita Operacional Líquida, e R\$ 301,3 milhões nas provisões de imposto de renda e contribuição social diferidos e R\$ 964,8 milhões no Lucro Líquido.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos depreciação e amortização) foi de R\$1.175,5 bilhões em 2016 comparado aos R\$(567,0) mil em 2015, representando uma variação de 207435% no período.

A receita operacional líquida no exercício de 2016 foi de R\$ 1.873,1 bilhões, aumento de 245% frente aos R\$ 542,7 milhões apresentados no exercício de 2015.

O custo do serviço de energia elétrica apresentou acréscimo de 9%, totalizando R\$ 482,0 milhões no exercício de 2016 comparados aos R\$ 440,7 milhões em 2015.

Os custos gerenciáveis (despesas operacionais) apresentaram variação de 80%, somando R\$ 242,4 milhões em 2016 comparados aos R\$ 134,3 milhões no exercício de 2015.

O endividamento com instituições financeiras reduziu 4%, passando de R\$ 311,5 milhões do exercício de 2015 para R\$ 299,7 milhões no exercício de 2016.

7.2 Resultados do exercício

7.2.1 Receita Bruta

Em 2016, a Receita Operacional Bruta atingiu R\$ 2.012,7 milhões, frente aos R\$ 671,3 milhões em 2015, variação de 200%.

No segmento de Transmissão, a receita bruta totalizou em 2016 R\$ 1.657,0 milhões comparado ao montante de R\$ 353,2 milhões em 2015, apresentando incremento de 369%. Esta variação é consequência, essencialmente, da contabilização dos valores de VNR (Valor Novo de Reposição) e Atualização pertinentes aos ativos da RBSE – Rede Básica Sistema Existente, sendo reconhecido na receita de 2016 R\$ 1.266,2 milhões. Ademais, o incremento é verificado também no reajuste tarifário da Transmissora para o ciclo 2016/2017 em 17%, resultado dos índices de correção monetária IPCA e IGPM e da entrada em operação de novas obras no ciclo 15/16.

No segmento de Geração, é verificado incremento de 11% na Receita Bruta, o qual teve origem na elevação do preço médio de venda praticado, tanto nos contratos do ambiente regulado e livre, como nos contratos do regime de cotas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7.2.2 Deduções da Receita Bruta

As deduções da receita operacional são os valores descontados diretamente do faturamento, tais como os impostos sobre venda e os encargos intra-setoriais. Houve acréscimo de 9% nas deduções operacionais, totalizando R\$ 139,6 milhões em 2016 frente aos R\$ 128,5 milhões de 2015.

Este incremento deve-se substancialmente pelo aumento nas cotas de Proinfa e CDE.

7.2.3 Receita Líquida Operacional

A receita líquida em 2016 foi de R\$ 1.873,1 milhões, sendo que em 2015 foi de R\$ 542,7 milhões, refletindo um acréscimo de 245%. Este incremento deve-se a combinação das variações apresentadas na receita operacional bruta e nas deduções da receita operacional, conforme identificado anteriormente.



7.2.4 Custo do Serviço de Energia Elétrica

O Custo do Serviço de Energia Elétrica compreende os custos necessários para a realização dos objetivos da atividade da empresa, inclui todos os gastos incorridos diretamente na produção e na prestação de serviços, divide-se:

- **Custo com Energia Elétrica:** O custo com energia elétrica aumentou 11%, apresentando em 2016 o montante de R\$ 127,9 milhões, comparados aos R\$ 115,2 milhões em 2015. Esta variação é justificada pelo aumento do montante de energia adquirida de terceiros, em 2016 totalizou 41,9 MW médio frente aos 32,6 MW médio comprados em 2015.
- **Custo de Operação:** apresentou incremento de 9%, totalizando R\$ 354,0 milhões em 2016 frente aos R\$ 325,5 milhões de 2015. A variação é justificada pelos valores de custo com pessoal, em consequência aos desligamentos efetuados em março de 2016, nos quais estavam incluídos funcionários da área de operação.

7.2.5 Despesas Operacionais

As despesas operacionais representam os gastos para a manutenção da atividade da empresa, incluem as despesas com vendas, administrativas e outras despesas operacionais. As despesas operacionais apresentaram um acréscimo de 80% registrando no exercício de 2016 R\$ 242,2 milhões comparados aos R\$ 134,3 milhões em 2015.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O fator impactante neste acréscimo é a contabilização de provisão para perda de valor recuperável nas controladas TESB e Complexo Eólico Povo Novo, foram registrados respectivamente R\$ 9,1 milhões e R\$ 104,3 milhões respectivamente, à título de impairment nestes investimentos, totalizando R\$ 113,4 milhões.

Demonstração dos Resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015	Variação % 2016/2015
Receita Operacional Bruta	2.012.784	671.279	199,84
Deduções da Receita Operacional	(139.637)	(128.533)	8,64
Receita Operacional Líquida	1.873.147	542.746	245,12
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(482.006)	(440.741)	9,36
Custo com Energia Elétrica	(127.981)	(115.200)	11,09
Custo de Operação	(354.026)	(325.541)	8,75
Lucro Operacional Bruto	1.391.141	102.005	1263,80
Despesas Operacionais	(242.279)	(134.389)	80,28
Pessoal	(72.177)	(50.368)	43,30
Material	(983)	(624)	57,53
Serviços	(11.433)	(8.645)	32,24
Outros	(157.687)	(74.752)	110,95
Outras Receitas	22.614	17.758	27,35
Outras Despesas	(27.495)	(12.386)	121,99
Resultado do Serviço	1.143.981	(27.012)	-4335,08
Depreciação e Amortização	(31.611)	(26.445)	19,53
Resultado de Participações Societárias	11.492	40.931	-71,92
EBITDA	1.175.591	(567)	-207435,34
Margem EBITDA	62,76%	-0,10%	62,86
Receita/Despesa Financeira	63.774	52.500	21,48
Imposto de Renda e Contribuição Social	(295.465)	18.528	-1694,70
Resultado Líquido do Exercício	923.782	84.947	987,48

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O quadro abaixo apresenta os resultados e indicadores econômico-financeiros:

Informações e Indicadores Econômicos - Financeiros	2016	2015	Variação % 2016/2015
Informações Financeiras			
Ativo Total	4.084.993	2.918.824	39,95%
Passivo	1.903.260	1.436.870	32,46%
Patrimônio Líquido	2.181.734	1.481.954	47,22%
Receita Operacional Líquida	1.873.147	542.746	245,12%
Resultado do Serviço (EBIT)	1.143.981	(505.753)	-326,19%
Lucro Líquido/Prejuízo do Exercício	923.782	84.947	987,48%
EBITDA (1)	1.175.591	(567)	-207435,34%
PMS (2)	(84.593)	(59.637)	41,85%
Indicadores Financeiros			
Dívida Total (3)	301.722	311.500	-3,14%
ROCE (4) (%)	50,69%	22,37%	28,33%
Participação Capital de Terceiros sobre Ativo Total (5) (%)	46,59%	49,23%	-2,64%
Margem Operacional (6) (%)	65,09%	12,24%	52,85%
Margem Líquida (7) (%)	49,32%	15,65%	33,67%
Dívida Líquida (8)	394.694	123.366	219,94%
PMS / ROL (%)	-4,52%	-10,99%	6,47%
Cotação Unitária da Ação - ON (R\$ por lote mil)	2,53	0,22	-
Cotação Unitária da Ação - PNA (R\$ por lote mil)	2,53	0,22	-

(1) EBITDA = Resultado do Serviço menos depreciação e amortização.

(2) PMS = Pessoal Material e Serviços (excluídos efeitos CPC 33(R1))

(3) Dívida Total = Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

(4) ROCE - Retorno sobre o Capital Empregado = Receita Operacional Líquida/Ativo Não Circulante)x100

(5) Participação Capital de Terceiros sobre Ativo Total = Passivo Circulante +Passivo Não Circulante/Ativo Total x 100

(6) Margem Operacional = Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social/Receita Operacional Líquida x 100

(7) Margem Líquida = Lucro(Prejuízo) do Exercício/Receita Operacional Líquida

(8) Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos - Disponibilidades

7.2 LAJIDA / EBITDA

O LAJIDA, usualmente denominado pelo mercado como EBITDA representa o quanto a empresa gera de recursos considerando apenas as suas atividades operacionais, isto é, o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

O EBITDA foi apurado pela Companhia observando as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

Analisando os efeitos ocorridos na receita operacional, o EBITDA teve uma variação de 207435%, registrando R\$1.175,5 milhões em 2016 comparados aos R\$(567,0) mil em 2015, isto deve-se ao registro da receita relativa aos ativos da RBSE.

A margem do EBITDA apresentou uma variação positiva de 62,86, passando de -0,10% em 2015 para 62,76% em 2016.

Demonstrativo do Cálculo do EBITDA	2016	2015	Variação % 2016/2015
Receita Operacional Líquida - ROL	1.873.147	542.746	245,12
(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica	(482.006)	(440.741)	9,36
(-) Despesas Operacionais	(247.161)	(129.017)	91,57
Resultado do Serviço - EBIT	1.143.981	(27.012)	-4335,08
(+) Depreciação e Amortização	31.611	26.445	19,53
EBITDA	1.175.591	(567)	-207435,34
Margem EBITDA	62,76%	-0,10%	62,86

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(*) Na composição das Despesas/Receitas Operacionais não são consideradas as receitas e despesas financeiras e o Resultado da Equivalência Patrimonial.

7.3 Endividamento com Instituições Financeiras

Em 2016, o saldo da dívida da Empresa totalizou em R\$ 299,7 milhões, distribuídos conforme tabela, contemplando contratos financeiros com agentes nacionais e internacionais, demonstrados a seguir:

CEEE-GT	Indexador	Saldo (R\$ Mil)	Participação no Total (%)
Saldo Devedor da Dívida Interna		63.052	21,03%
Moeda Nacional - Eletrobrás - RGR	RGR	-	0,00%
Moeda Nacional - FIDC	CDI	-	0,00%
Moeda Nacional - BNDES	TJLP	63.052	21,03%
Saldo Devedor da Dívida Externa		236.714	78,97%
Moeda Externa - AFD	Dólar/Libor	129.259	43,12%
Moeda Externa - BID	Dólar/Libor	107.455	35,85%
Saldo Devedor da Dívida		299.766	100,00%

7.4 Ingressos Extra-Operacionais

No mês de junho de 2016, a CEEE-GT recebeu nova parcela do desembolso no valor de R\$ 32,2 milhões, resultante do financiamento firmado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-GT). Posteriormente, em dezembro de 2016 a Companhia recebeu ainda R\$ 34,68 milhões referente ao mesmo programa, totalizando R\$ 66,88 milhões.

No período de janeiro a maio de 2016, a Companhia recebeu R\$ 24 milhões em pagamento do Mútuo IV, firmado entre a CEEE-GT e a CEEE-D. Em março de 2016, a CEEE-GT recebeu R\$ 7 milhões da CEEE-D, referente ao Mútuo V, que substituiu o anterior.

8. AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes na elaboração de suas demonstrações financeiras, cujo contrato foi assinado em 10 de abril de 2013, no valor de R\$ 410,1 mil. O prazo de execução dos serviços é de 12(doze) meses, com uma carga mínima de 2.734 horas/ano, a contar da data de assinatura do instrumento, podendo haver renovações sucessivas, limitadas ao máximo de 60 meses.

O referido contrato foi aditado em 10 de abril de 2016, prorrogando o prazo contratual por mais 12 meses, onde é dado ao presente contrato o valor de R\$512,9 mil e carga horária mínima de 2.997 horas/ano.

Neste contrato, além dos serviços normais de auditoria independente na elaboração de demonstrações financeiras estão contemplados os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR e auditoria do Relatório de Controle Patrimonial – RCP.

Além dos serviços prestados à transmissora, a Auditoria Independente da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes possui contratos para a prestação de Serviços de Auditoria Externa com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE – D (valor de R\$504,3 mil e uma carga de 2.947 horas/ano) e Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE – PAR (valor de R\$47,5 mil e uma carga de 277 horas/ano), que são respectivamente, Concessionária e Empresa Controladora, resultantes da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE. Ou seja, todas as empresas integrantes do Grupo CEEE.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O contrato da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT representa 48,17% em relação aos honorários totais pagos pelas empresas CEEE-D, CEEE-PAR e inclusive CEEE-GT.

A política na contratação de bens e serviços da Companhia é elaborada em observância à lei de licitações e contratos (Lei Nº 8.666/93). Além disso, são observados os princípios de preservar a independência do auditor, quais sejam: a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os Auditores Independentes declaram que a prestação de serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de Auditoria Externa, baseados no item 1.2.10.6 m.2 da Resolução nº 1.034/05 do Conselho Federal de Contabilidade.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da nossa missão.

PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO

Diretor Presidente

ROBERTO BALAU CALAZANS

Diretor

JULIO ELOI HOFER

Diretor

JORGE PAGLIOLI JOBIM

Diretor

LEONARDO HOFF

Diretor

LUIZ CARLOS SACIOTO TADIELLO

Diretor

CÉSAR LUIS BAUMGRATZ

Diretor

Notas Explicativas

Balanco Patrimonial
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Explicativa	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015		Explicativa	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	33.846	38.171	37.654	40.332	Fornecedores	18	53.891	83.225	116.148	181.820
Investimentos em Títulos do Governo	10	126.818	149.963	126.818	149.963	Obrigações Trabalhistas	19	32.667	30.626	32.691	30.644
Concessionárias e Permissionárias	6	94.013	130.193	94.099	130.193	Obrigações Fiscais	20	23.254	32.965	35.325	41.927
Tributos a Recuperar	7	8.925	31.354	9.024	31.370	Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	21	20.206	29.247	20.206	29.247
Estoques	8	8.092	7.438	8.092	7.438	Provisão para Benefícios a Empregados	22	56.114	60.480	56.114	60.480
Ativo Financeiro da Concessão	13	52.240	50.549	62.005	58.873	Obrigações da Concessão	23	43.136	41.945	43.136	41.945
Pagamentos Antecipados		1.437	822	1.492	879	Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	24	20.736	21.111	20.736	21.111
Outros Créditos a Receber	9	64.658	83.891	65.333	83.876	Outros Passivos	25	19.692	28.529	25.886	30.412
		390.029	492.381	404.517	502.924			269.696	328.128	350.242	437.586
						PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
						Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	21	281.516	282.253	281.516	282.253
						Provisão para Benefícios a Empregados	22	854.325	604.371	854.325	604.371
						Obrigações Fiscais	20	16.164	3.330	16.164	3.330
						Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	24	159.510	145.113	159.510	145.113
						Obrigações da Concessão	23	5.194	5.033	5.194	5.033
						Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11	261.277	-	261.277	-
						Outros Passivos	25	55.579	68.642	53.243	70.829
								1.633.565	1.108.742	1.631.229	1.110.929
ATIVO NÃO CIRCULANTE						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Tributos a Recuperar	7	610	610	610	610	Capital Social	26.1	588.447	588.447	588.447	588.447
Aplicações Financeiras	5	9	8.331	9	8.331	Reserva de Incentivos Fiscais	26.2	1.209.304	1.209.304	1.209.304	1.209.304
Depósitos Judiciais	12	50.052	48.835	52.610	48.835	Outros Resultados Abrangentes	26.4	(463.920)	(226.873)	(463.920)	(226.873)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11	-	38.715	-	38.715	Lucros e/ou Prejuízos Acumulados	26.4	-	(88.924)	-	(88.924)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	15.8	291.176	362.426	99.477	84.510	Reserva Legal	26.4	42.396	-	42.396	-
Ativo Financeiro da Concessão	13	313.076	103.276	542.561	357.203	Provisão para Dividendos	26.4	129.143	-	129.143	-
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	14	1.689.166	415.022	1.689.166	415.022	Reserva Estatutária	26.4	273.610	-	273.610	-
Bens e Direitos Destinados à Alienação e Renda		2.094	3.044	2.094	3.044	Reserva Especial de Lucros a realizar	26.4	84.790	-	84.790	-
Outros Créditos a Receber	9	359.726	345.786	383.953	387.691	Dividendos Remanescentes	26.4	317.963	-	317.963	-
Investimentos	15	702.284	648.566	538.931	593.637			2.181.733	1.481.954	2.181.733	1.481.954
Imobilizado	16	283.922	447.126	463.255	591.137	Participação dos não controladores		-	-	17.534	5.896
Intangível	17	2.850	4.706	3.555	4.706			2.181.733	1.481.954	2.199.268	1.487.850
		3.694.965	2.426.443	3.776.221	2.533.441			4.084.994	2.918.824	4.180.738	3.036.365
TOTAL DO ATIVO		4.084.994	2.918.824	4.180.738	3.036.365	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.084.994	2.918.824	4.180.738	3.036.365

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas**Demonstração do Resultado**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	1.873.147	542.746	1.940.657	661.254
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(482.005)	(440.741)	(537.062)	(551.935)
Custo com Energia Elétrica	29	(127.980)	(115.200)	(134.543)	(115.200)
Custo de Operação	30	(354.026)	(325.541)	(402.520)	(436.735)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		1.391.141	102.005	1.403.595	109.319
Despesas Operacionais		(242.279)	(134.389)	(327.198)	(135.563)
Despesas com Vendas	30	(5.959)	(2.614)	(5.959)	(2.614)
Despesas Gerais e Administrativas	30	(87.241)	(66.366)	(87.420)	(67.195)
Outras Despesas Operacionais	30	(149.079)	(65.409)	(233.819)	(65.754)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável.....	30	(113.482)	-	(113.482)	-
Outras Despesas Operacionais.....	30	(35.597)	(65.409)	(120.337)	(65.754)
Outras Receitas	31	22.614	17.758	22.614	17.758
Outras Despesas	31	(27.495)	(12.386)	(27.495)	(12.386)
RESULTADO DO SERVIÇO		1.143.981	(27.012)	1.071.516	(20.872)
Resultado de Participações Societárias		11.492	40.931	79.785	43.193
Resultado Financeiro, Líquido	32	63.774	52.500	62.803	50.951
Resultado Operacional		1.219.247	66.419	1.214.104	73.272
RESULTADO ANTES DO IR E CS		1.219.247	66.419	1.214.104	73.272
Imposto de Renda Corrente	33	(1.215)	(13.107)	(2.618)	(18.290)
Imposto de Renda Diferido	33	(215.997)	26.873	(215.997)	26.873
Contribuição Social Corrente	33	(494)	(4.912)	(1.047)	(6.750)
Contribuição Social Diferida	33	(77.759)	9.674	(77.759)	9.674
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		923.782	84.947	916.682	84.779
Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$	27	95,42	0,22	94,69	0,22
Lucro Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$	27	95,42	0,22	94,69	0,22
Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora		-	-	923.783	84.947
Atribuído ao Acionista Não Controlador		-	-	(7.100)	(168)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		923.782	84.947	916.682	84.779
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(228.437)	(51.534)	(228.437)	(51.534)
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	10	23.905	(35.938)	23.905	(35.938)
Venda de Títulos do Governo	10	9.036	37.853	9.036	37.853
Ganho/Perda Atuarial	10	(250.706)	(52.799)	(250.706)	(52.799)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	10	(10.672)	(650)	(10.672)	(650)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		695.345	33.413	688.245	33.245
Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora				695.345	33.413
Atribuído ao Acionista Não Controlador				(7.100)	(168)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (Valores expressos em milhares de reais)

CONTROLADORA												
Nota Explicativa	Capital Social Integralizado	Reserva de Lucro						Lucros/ Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos Não Controladores	Total
		Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Provisão Dividendos	Reserva Estatutária	Reserva Especial	Dividendos Remanescentes					
Saldo em 31/12/2014	588.447	1.209.304	-	-	-	-	-	(187.951)	(166.046)	1.443.754	6.125	1.449.879
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	84.947	-	84.947	(168)	84.779
Aquisição de controle	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.016)	(1.016)
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	955	955
Outros resultados abrangentes												
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	10	-	-	-	-	-	-	-	1.915	1.915	-	1.915
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	10	-	-	-	-	-	-	-	(650)	(650)	-	(650)
Registro da Perda Atuarial	21	-	-	-	-	-	-	-	(52.799)	(52.799)	-	(52.799)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	-	(51.534)	(51.534)	-	(51.534)
Ajuste de Avaliação Patrimonial												
Realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	-	-	-	14.080	(14.080)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	4.787	4.787	-	4.787
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	14.080	(9.293)	4.787	-	4.787
Saldo em 31/12/2015	588.447	1.209.304	-	-	-	-	-	(88.924)	(226.873)	1.481.954	5.896	1.487.850
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	923.782	-	923.782	(7.100)	916.682
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.738	18.738
Outros resultados abrangentes												
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	10	-	-	-	-	-	-	-	32.941	32.941	-	32.941
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	10	-	-	-	-	-	-	-	(10.672)	(10.672)	-	(10.672)
Registro da Perda Atuarial	21	-	-	-	-	-	-	-	(250.706)	(250.706)	-	(250.706)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(228.437)	(228.437)	-	(228.437)
Ajuste de Avaliação Patrimonial												
Realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	-	-	-	13.044	(13.044)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	4.434	4.434	-	4.434
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	13.044	(8.610)	4.434	-	4.434
Destinação do Resultado:												
Constituição da Reserva Legal	-	-	42.396	-	-	-	-	(42.396)	-	-	-	-
Provisão para Dividendos	-	-	-	129.143	-	-	-	(129.143)	-	-	-	-
Constituição da Reserva Estatutária	-	-	-	-	84.790	-	-	(84.790)	-	-	-	-
Constituição da Reserva Especial de Lucros a realizar	-	-	-	-	-	273.610	-	(273.610)	-	-	-	-
Dividendos Remanescentes	-	-	-	-	-	-	317.963	(317.963)	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2016	588.447	1.209.304	42.396	129.143	84.790	273.610	317.963	-	(463.920)	2.181.733	17.534	2.199.267

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas

Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício	923.782	84.947	916.682	84.779
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo	(36.443)	61.592	(36.443)	61.592
Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	30.396	26.445	30.396	26.445
Resultado de Equivalência Patrimonial	(9.956)	(40.931)	(78.248)	(43.193)
Constituição de Provisão para Passivos e Outras	108.286	46.299	108.286	46.299
Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.959	6.547	5.959	6.547
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	292.931	(36.546)	292.931	(36.546)
Baixa de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	399.753	102.965	399.753	102.965
Variação dos Investimentos em Títulos do Governo	(14.091)	(57.039)	(14.091)	(57.039)
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	(1.274.144)	-	(1.274.144)	-
Outros	-	-	70.804	(7.314)
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	426.473	194.279	421.885	184.535
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	(77.649)	445.299	(78.756)	439.044
Concessionárias e Permissonárias	30.275	(81.566)	30.275	(81.566)
Tributos a Recuperar	22.429	9.737	22.346	9.721
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	8.322	(885)	8.322	(885)
Estoques	(654)	1.051	(654)	1.051
Investimentos em Títulos do Governo	70.177	384.387	70.177	384.387
Pagamentos Antecipados	(615)	59	(617)	86
Contas a Receber	(463)	-	(545)	-
Depósitos Judiciais	(1.217)	735	(1.891)	(261)
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	-	222.634	-	222.634
Ativo Financeiro da Concessão	(211.491)	54.121	(211.491)	54.121
Bens e Direitos Destinados à Alienação	(113)	-	(113)	-
Outros Créditos a Receber	5.701	(144.974)	5.435	(150.244)
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante	(155.738)	(109.223)	(188.718)	(5.990)
Fornecedores	(29.334)	(42.288)	(66.064)	53.602
Obrigações Trabalhistas	2.041	279	2.047	282
Obrigações Fiscais	3.123	26.809	6.248	33.983
Provisão para Benefícios a Empregados	(61.015)	(52.541)	(61.015)	(52.541)
Obrigações da Concessão	1.352	8.963	1.352	8.963
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	(38.510)	(13.235)	(38.510)	(13.235)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.061	(4.135)	7.061	(4.135)
Pagamento de Encargos de Dívidas	(11.638)	(11.293)	(11.638)	(11.293)
Outros Passivos	(28.818)	(21.782)	(28.199)	(21.616)
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS	193.086	530.355	154.411	617.589
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Caixa Líquido (Aplicado) nas Atividades de Investimento	(236.539)	(503.994)	(338.719)	(478.061)
Aumento de Investimentos	(176.710)	(20.874)	-	(10.927)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(130.187)	(206.829)	(213.515)	(433.848)
Aquisição de Ativo Intangível	(892)	(1.138)	(1.017)	(1.138)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	71.250	(275.153)	(124.187)	(32.148)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Caixa Líquido Aplicado/Gerado nas Atividades de Financiamento	39.128	(30.335)	181.630	(173.168)
Incremento de Empréstimos e Financiamentos	88.991	77.015	88.991	86.773
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	(49.863)	(107.350)	(49.863)	(259.941)
Integralização de Capital Social	-	-	-	-
Partes Relacionadas	-	-	142.502	-
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.325)	(3.974)	(2.678)	(33.640)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	38.171	42.145	40.332	73.972
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	33.846	38.171	37.654	40.332

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas

Demonstração do Valor Adicionado
(Valores expressos em milhares de reais)

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
RECEITAS					
Receita Operacional Bruta	28	2.012.784	671.279	2.080.294	789.787
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	30	(5.959)	(6.547)	(5.959)	(6.547)
Outras Receitas e Despesas		4.881	5.371	4.881	5.371
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(200.534)	(181.795)	(339.644)	(293.416)
Material	30	(12.214)	(6.833)	(12.214)	(6.833)
Serviços de Terceiros	30	(36.115)	(29.727)	(36.476)	(29.935)
Custo de Energia Comprada	29	(127.981)	(115.200)	(134.543)	(115.200)
Outros Custos Operacionais	30	(10.039)	(9.970)	(10.039)	(9.970)
Custo de Construção	30	(376)	-	(48.179)	(111.194)
Outras Despesas Operacionais	30	(13.809)	(20.065)	(98.193)	(20.284)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		1.811.172	488.308	1.739.572	495.195
(-) Depreciação e Amortização	30	(31.611)	(26.445)	(31.611)	(26.445)
(-) Provisões	30	(148.471)	(52.084)	(148.471)	(52.084)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		1.631.090	409.779	1.559.490	416.666
(+) Resultado de Participações Societárias		11.492	40.931	79.785	43.193
(+) Receitas Financeiras	32	161.604	247.883	161.679	248.088
(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.804.186	698.593	1.800.954	707.947
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		311.376	262.520	312.167	263.190
Remuneração Direta		149.055	119.475	149.846	120.145
Benefícios		27.654	29.674	27.654	29.674
Plano de Benefícios Previdenciais		64.197	67.223	64.197	67.223
Compromissos Previdenciais		48.749	34.680	48.749	34.680
F.G.T.S.		21.721	11.468	21.721	11.468
Impostos, Taxas e Contribuições		469.080	153.602	471.111	160.700
Federais		467.645	150.720	469.676	157.818
Estaduais		970	183	970	183
Municipais		465	2.699	465	2.699
Remuneração de Capitais de Terceiros		99.948	197.524	100.994	199.278
Aluguéis	30	2.118	2.141	2.118	2.141
Despesas Financeiras	32	97.830	195.383	98.876	197.137
Remuneração de Capitais Próprios		923.782	84.947	916.682	84.779
Lucro Líquido do Exercício		923.782	84.947	916.682	84.779
TOTAL		1.804.186	698.593	1.800.954	707.947

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas

Notas Explicativas

às Demonstrações Financeiras
em 31 de Dezembro de 2016

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (Companhia) com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A, Sala 722, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. Foi organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei nº 12.593, em 13 de setembro de 2006, e constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, em 26 de novembro de 2006. A Companhia tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de produção (geração) e transmissão de energia elétrica, bem como desenvolver atividades que visem idêntica finalidade; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de energia elétrica; a exploração de sua infraestrutura, com a finalidade de gerar receitas alternativas, complementares ou acessórias, inclusive proveniente de projetos associados.

No segmento de transmissão, a CEEE-GT exerce o controle acionário da Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB. Em janeiro de 2014 a sócia Procable Energia e Telecomunicações S.A. e a sócia Zhejiang United Engeneering CO Ltda, transferiram cotas de capital subscrito para a CEEE-GT. Ainda no exercício de 2014 foi efetuada a integralização de capital no montante de R\$25.000, durante o exercício de 2015 foi integralizado o montante de R\$9.947 e no exercício de 2016 totalizaram R\$ 176.710, integralizados pela CEEE-GT na Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 90,40% do capital integralizado.

No segmento de geração, a CEEE-GT também exerce o controle acionário das Sociedades de Propósito Específico Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., constituídas em fevereiro de 2014 e integrantes do consórcio responsável pela construção do Complexo Eólico Povo Novo. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 99,99%, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

1.1. Das Concessões

1.1.1. Concessão de Geração

Em 05 de abril de 2000 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 025/2000 - ANEEL para exploração de geração de energia elétrica. O contrato regula a exploração dos potenciais de energia hidráulica por meio das centrais geradoras e das instalações de transmissão de interesse restrito às centrais geradoras.

Com o advento da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/13, estabeleceu-se um novo marco regulatório no Setor Elétrico Brasileiro possibilitando a renovação antecipada dos contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a partir de uma redução tarifária nos segmentos de geração e de transmissão.

A referida MP estabeleceu que toda energia gerada pelas usinas cujas concessões vencem até 2017, serão comercializadas em regime de cotas, por tarifas definidas pela ANEEL, que cobrirão somente os custos de operação e manutenção, encargos setoriais reduzidos, tributos e a remuneração do uso das redes de transmissão e distribuição.

Em atendimento à legislação, em 04/12/2012, a Companhia firmou com a União, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 25/2000 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos

A Usina de Itaúba ainda não foi alcançada pelo conteúdo da Lei 12.783/13, uma vez que sua concessão tem previsão de término para 30/12/2021, já as demais usinas do parque gerador da CEEE-GT estão disponibilizando sua energia para o regime de cotas.

Foram prorrogadas as concessões das usinas listadas no quadro abaixo:

Notas Explicativas

UHE	Potência Instalada (MW)	TEIF (%)	IP (%)	TOTAL [1-(1-TEIF)*(1-IP)]	RELAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS		Atos			Termo Final da Concessão
					Nº de	Localização				
					Unidades Geradoras	(Rio/Município/UF)				
							Contrato de Concessão	1ª Prorrogação	2ª Prorrogação	
Jacuí	180	1,672	5,403	6,98	6	Rio Jacuí/Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo Real	158	2,533	8,091	10,42	2	Rio Jacuí/ Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 278, 11/08/99	-	31/12/2042
Canastra*	44,8	-	-	-	2	Rio Santa Maria/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Bugres*	19,2	-	-	-	2	Rio Santa Cruz/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ernestina	4,96	-	-	-	1	Rio Jacuí/ Ernestina/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Capigui*	4,47	-	-	-	3	Rio Capigui/Passo Fundo/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Guarita*	1,76	-	-	-	1	Rio Guarita/Erval Seco/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Herval*	1,52	-	-	-	2	Rio Cadeia/Santa Maria do Herval/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Santa Rosa*	1,58	-	-	-	1	Rio Santa Rosa/Três de Maio/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo do Inferno*	1,49	-	-	-	1	Rio Santa Cruz/São Francisco de Paula/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Forquilha*	1,118	-	-	-	1	Rio Forquilha/Maximiliano de Almeida/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ijuizinho*	1,118	-	-	-	1	Rio Ijuizinho/Eugênio de Castro/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042

* Usinas não despachadas centralizadamente.

A Usina de Toca, localizada no município de São Francisco de Paula, por ser menor que 1 MW, e estar enquadrada em uma legislação específica, não é objeto de renovação nas atuais condições e portanto deverá ser requerida a autorização ao poder concedente por ocasião do vencimento da atual concessão em 07/07/2015.

A CEEE-GT, conforme Despacho da ANEEL nº 259 de 21/07/1999 tem um registro da Pequena Central Hidrelétrica Ivaí, com potência instalada de 0,768 MW, localizada no rio Ivaí, município de Júlio de Castilhos.

Em 31 de outubro de 2012 o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria Ministerial nº 578, definindo as tarifas iniciais para as Usinas Hidrelétricas enquadradas no art. 1º da MP 579, com base no valor do Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as usinas hidrelétricas. Assim, nos termos das Portarias publicadas pela União, ficou delineado que as usinas da CEEE-GT acobertadas pelo contrato de concessão nº 25/2000 não seriam indenizadas, sendo que, em paralelo, a Companhia protocolou junto ao Ministério de Minas e Energia ofício contendo algumas questões, em especial no que se refere à indenização dos investimentos ainda não depreciados inerentes as usinas renovadas. Vide nota explicativa nº 15.

1.1.1.1. Aspectos Regulatórios

a) Repactuação do Risco Hidrológico

As condições hidrológicas adversas ocorridas no último triênio, somada às decisões operativas e a outros fatores que influenciam no despacho da geração pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), afetaram financeiramente os agentes hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) que, ao não conseguirem entregar energia suficiente para honrar seus contratos, ficaram expostos ao Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) no Mercado de Curto Prazo (MCP).

A Companhia, com o objetivo de se proteger financeiramente dos valores a ela atribuídos a título de risco hidrológico, bem como do rateio dos valores proveniente de outros agentes protegidos judicialmente, ingressou com ação judicial e obteve decisão liminar, com efeitos a partir de março de 2015, limitando a redução, via Fator de Ajuste do MRE (GSF), a 5% da Garantia Física das usinas modeladas no perfil da CEEE-GT junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e que não foram objeto de renovação das Concessões prevista na Lei nº 12.783/2013.

Notas Explicativas

A Lei nº 13.203, publicada em 9 de dezembro de 2015, e a Resolução Normativa ANEEL nº 684, publicada em 14 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico suportados pelos agentes participantes do MRE, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

A referida regulamentação apresentou propostas distintas para a energia contratada no ano de 2015 no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), porém ambas tinham como condição para a repactuação a retirada de qualquer ação judicial relativa ao tema, com resolução de mérito.

Devido à característica do portfólio de contratos de venda de energia em 2015, a Companhia teve quase que a totalidade de sua energia remetida à modalidade de repactuação no ACL, cuja proposta se caracteriza pela contratação de energia de reserva.

Em janeiro de 2016 a Administração decidiu por não aderir à proposta, mantendo a ação judicial em curso.

1.1.2. Concessão de Transmissão

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém duas concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

1.1.2.1. Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL

Em 1º de outubro de 2001 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL para Transmissão de energia elétrica. Em razão da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 e Decreto nº 7.805/2013, o contrato de concessão foi aditado em 04/12/2012, tendo sofrido alterações significativas. O Contrato de Concessão, já com as alterações realizadas, estabelece:

- I. quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente;
- II. as condições para a prestação do serviço;
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as instalações integrantes das concessões de transmissão de energia elétrica enquadradas pela MP 579, ficando delineado o montante de R\$661.086 mil a preço de outubro de 2012, para indenização das instalações não depreciadas, posteriores a maio de 2000, relacionadas ao contrato de Concessão nº 055/2001. Essas instalações são usualmente denominadas RBNI. Vide nota explicativa nº 13.5.

Ainda, no que tange as instalações não depreciadas anteriores a maio de 2000, usualmente denominada RBSE, a Lei nº 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela ANEEL. A Companhia submeteu à ANEEL as informações para o cálculo dos ativos não depreciados em 29/04/2015 e conforme a REN nº 589/13 no artigo 6º, a ANEEL tem um prazo de 150 dias para validar as informações. Outras informações complementares estão disponíveis na nota explicativa nº 9.5.

Com a vigência da MP 579 (Lei 12.783/13), o prazo do Contrato de Concessão foi prorrogado por mais trinta anos e tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2042. O Contrato de Concessão também estabelece que a Receita Anual Permitida (nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão) será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada cinco anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelecerá em regulamentação específica regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

1.1.2.2. Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL

Em 19 de dezembro de 2002 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3 estabelece:

Notas Explicativas

- I. a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão;
- II. quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

O Contrato de Concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período desde que requerida pela Companhia até 36 (trinta e seis) meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovado seus impactos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

2. ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO

A Companhia possui uma estação de piscicultura no município de Tio Hugo, cujo objetivo é a produção de alevinos e peixes a serem soltos nos reservatórios visando à manutenção e preservação da ictiofauna existente nos mesmos. Estas atividades não são relevantes para operação da Companhia.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

As Demonstrações Financeiras compreendem:

a) *Demonstrações Financeiras Individuais*

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, identificadas como “Consolidado”, estão apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas brasileiras incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. E, quando aplicável, as regulamentações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3.1.2. Autorização e Emissão das Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 24/03/2017.

3.1.3. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPCs, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

3.1.4. Moeda de Apresentação e Moeda Funcional

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

3.1.5. Lucro Líquido por Ação

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados.

3.2. Reclassificações de Saldos Contábeis

A Administração da Companhia após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação do seu desempenho operacional e financeiro reclassificou na sua demonstração do resultado de 31 de dezembro de 2015, originalmente emitidas em 29 de março de 2016, conforme demonstrado a seguir:

Controladora			
Demonstrações do Resultado do Exercício	Saldos apresentados em 2015	Reclassificações	Saldos 2015 após reclassificação
Custo de Operação	(272.147)	(53.394)	(325.541)
Despesas Gerais e Administrativas	(56.835)	(9.531)	(66.366)
Outras Despesas Operacionais	(128.334)	62.925	(65.409)

Notas Explicativas

A natureza das principais reclassificações realizadas encontra-se descritas a seguir:

(a) Reclassificação da despesa com pessoal das Outras Despesas Operacionais para Custo de Operação, no valor de R\$53.394.

(b) Reclassificação da despesa com Pessoal das Outras Despesas Operacionais para Despesas Gerais e Administrativas, no valor de R\$9.531.

As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido.

3.3. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das Informações Trimestrais Individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas Informações Trimestrais. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e na experiência da Administração, e são suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou quando as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real.

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para os ativos intangíveis.

Transações e venda de energia elétrica na CCEE

A Companhia registra as compras e vendas efetuadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de acordo com as informações disponibilizadas pela própria entidade. Nos meses em que as informações não são disponibilizadas em tempo hábil a Companhia estima o valor utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Provisões para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra provisão sobre contas a receber que a administração entende terem incerteza quanto ao seu recebimento. Está constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias.

Passivos contingentes

As provisões para passivos contingentes, quando aplicável, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Periodicamente a Companhia revisa as estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, considerando um estudo técnico de viabilidade. Entretanto, o lucro tributável

Notas Explicativas

futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Ativo Financeiro da Concessão

O valor do Ativo Financeiro representa o valor dos serviços de construção e melhorias, que será recebido através da Receita Anual Permitida e compreendem o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão, líquidos de amortização e acrescidos de atualização.

A amortização do Ativo Financeiro do contrato de concessão é estimada com base em premissa adotada pela Administração para segregar da Receita Anual Permitida o valor determinado para cobrir a remuneração e a reintegração dos investimentos realizados. A atualização do Ativo Financeiro é calculada com base na taxa interna de retorno (TIR), através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo

A Administração da Companhia utiliza como referência os preços de fechamento apurados na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. A Administração da Companhia entende que os métodos utilizados são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

Vida útil do ativo imobilizado

A Administração da Companhia utiliza os critérios definidos na Resolução ANEEL 367, de 02 de junho de 2009, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, limitado ao prazo de concessão.

3.4. Procedimento de Consolidação

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas contemplam as informações da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e das suas controladas a Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB, Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela CEEE-GT.

Empresas Controladas	% de Participação	
	31/12/2016	31/12/2015
1 - Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda - TESB	90,40%	90,40%
2 - Ventos de Curupira	99,99%	99,99%
3 - Ventos de Povo Novo	99,99%	99,99%
4 - Ventos de Vera Cruz	99,99%	99,99%

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas com as empresas consolidadas.

A participação do acionista não controlador no patrimônio líquido e no lucro líquido da controlada, consolidada integralmente, está apresentada de forma segregada no balanço patrimonial e na demonstração de resultado consolidado, respectivamente, nas linhas denominadas “Participação de acionista não controlador” e “Lucro atribuído ao acionista não controlador”.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais políticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. São elas:

Notas Explicativas

4.1. Ativos e Passivos Financeiros

4.1.1. Reconhecimento e Mensuração

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras somente quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento ou na data em que tiveram origem.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando riscos ou benefícios ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação são transferidos.

4.1.2. Classificação

A Companhia classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias:

- I. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo. Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- II. Mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- III. Mensurados ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Ativos financeiros registrados pelo seu valor justo por meio do resultado são medidos pelo seu valor justo e mudanças no valor justo destes ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.
- IV. Disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não se classificam em nenhuma das categorias acima. Os ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, a partir da data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa.

4.3. Aplicações Financeiras de Curto e Longo Prazo

As aplicações e certificados de depósitos bancários com vencimento superior a três meses a partir da data de sua aquisição são classificados na rubrica aplicações financeiras de curto prazo e os com prazo de vencimento superior a doze meses, que estão ao valor de custo ou de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais estão classificadas com aplicações financeiras de longo prazo.

Notas Explicativas

4.4. Títulos Disponíveis para a Venda

Estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo desses investimentos são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização.

4.5. Concessionárias e Permissionárias

Incluem os valores vencidos e a vencer referentes a suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede até a data das Demonstrações Financeiras, para Concessionárias e Permissionárias, apuradas pelo regime de competência, bem como as vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme informações disponibilizadas pela referida Câmara.

4.6. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Está constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias.

Refere-se aos recebíveis faturados, até o encerramento das Demonstrações Financeiras, contabilizado com base no regime contábil de competência.

4.7. Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.

4.8. Subvenção e Assistência Governamental

As subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática.

4.9. Bens e Direitos Destinados a Alienação

Os bens e direitos destinados a alienação são classificados, como *mantidos para venda*, caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

4.10. Ativo Financeiro da Concessão

O Contrato de Concessão 055/2011 teve seu primeiro aditivo celebrado em 04 de dezembro de 2012 para prorrogação do prazo de concessão de transmissão de energia elétrica pelo período de trinta (30) anos a partir do mês subsequente a sua assinatura. As novas instalações integradas após a renovação da concessão em 2012 serão reconhecidas como novo Ativo Financeiro. O contrato de concessão de transmissão 080/2002, vigente até 2032, é reconhecido como Ativo Financeiro.

O valor do Ativo Financeiro representa o valor dos serviços de construção e melhorias, que será recebido através da Receita Anual Permitida e compreendem o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e

Notas Explicativas

condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão, líquidos de amortização e acréscimos de atualização.

A amortização do Ativo Financeiro do contrato de concessão é estimada com base em premissa adotada pela Administração para segregar da Receita Anual Permitida o valor determinado para cobrir a remuneração e a reintegração dos investimentos realizados. A atualização do Ativo Financeiro é calculada com base na taxa interna de retorno (TIR), através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão.

O Contrato de Concessão estabelece que a Receita Anual Permitida – RAP, nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão, será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada cinco anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelecerá em regulamentação específica regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

4.11. Investimentos

4.11.1. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são aqueles cujas atividades operacionais e financeiras são conduzidas pela Companhia através de seus direitos de voto e quando a Companhia está exposta ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, e consolidados integralmente na Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

4.11.2. Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do capital votante de outra entidade e/ou tem o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Quando a parcela de participação da Companhia nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero.

4.11.3. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em participações em Coligadas - goodwill

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) deve estar contido no saldo contábil do investimento a ser apresentado no balanço da entidade investidora, registrado dentro do subgrupo investimento no ativo não circulante, sendo testado anualmente (ou com mais frequência caso existam evidências para tal) frente ao valor recuperável.

4.12. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

Notas Explicativas

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, para cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é aceito, como o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.13. Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para os ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

4.14. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, e dos Municípios, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de transmissão. Ao final da concessão o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro da Concessão.

4.15. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*)

4.15.1. Ativos Financeiros

A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e, se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

4.15.2. Ativos Não Financeiros

A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e, se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos

Notas Explicativas

que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

4.16. Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos para Companhia, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

4.17. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos e financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras.

4.18. Valor Justo

- I. Empréstimos, Recebíveis e Outros Créditos: é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. A Companhia entende que os valores contábeis na data de transição dos recebíveis de contratos de concessão de serviços representam a melhor estimativa do seu valor justo. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.
- II. Ativo Imobilizado: é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. Os valores justos do imobilizado referente à infraestrutura de geração vinculada a uma concessão são limitados aos valores de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador.
- III. Outros Ativos e Passivos Financeiros: o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. O valor justo de investimentos mantidos até o vencimento é apurado somente para fins de divulgação.

4.19. Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

4.20. Outros Ativos e Passivos

Os outros ativos e passivos sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os

Notas Explicativas

valores atualizados até a data das Demonstrações Financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

4.21. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos e contribuições corrente e diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.”

4.22. Provisão para Benefícios a Empregados

As obrigações futuras, estimadas anualmente com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com os planos de previdência complementar dos empregados, assim como de complementação de aposentadoria incentivada e dos empregados aposentados denominados ex-autárquicos.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. As premissas utilizadas na avaliação atuarial são revisadas e atualizadas ao final de cada exercício ou quando ocorrerem eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação.

O valor presente das obrigações de benefício definido é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado e o ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano, quando houver.

A Companhia possui dois planos administrados por uma entidade fechada de previdência complementar (Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE) e os ativos destes planos não estão disponíveis à Companhia ou aos seus credores.

A partir do exercício de 2013, como consequência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) recepcionado pela Deliberação CVM nº 695 de 13/12/2012, os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos integralmente como ativos ou passivos atuariais no mesmo exercício em que ocorrem tendo como contrapartida o patrimônio líquido da Companhia.

4.23. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em

Notas Explicativas

tempo hábil, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

4.24. Reconhecimento da Receita

4.24.1. Receita da Geração

A receita do segmento de Geração é reconhecida mensalmente pelo faturamento dos contratos firmados tanto em ambiente regulado como em ambiente livre, os quais são pactuados através de leilões de energia e prevêm o fornecimento de uma determinada quantidade de energia em megawatt-hora por um determinado período de tempo, geralmente por vários períodos de um ano. Os valores a serem faturados mensalmente são pré-estabelecidos nos contratos, sendo que no ambiente regulado, as variações de demanda e fornecimento são acompanhadas e ajustadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Já no ambiente livre, as oscilações ocorridas nas quantidades de energia demandadas ou fornecidas são acordadas entre as partes do contrato, considerando os devidos ajustes no faturamento mensal. Conforme a Medida Provisória 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2012, Resolução Homologatória ANEEL nº 1408/2012 e Resolução Homologatória ANEEL nº 1410/2012, a receita do segmento de Geração é reconhecida por cotas de energia das usinas com concessão renovadas, através de RAG – Receita Anual de Geração.

4.24.2. Receita da Transmissão

No segmento de Transmissão o reconhecimento da receita é efetuado mediante critério de rateio realizado, mensalmente, pelo Operador Nacional do Sistema- ONS. Este rateio considera as instalações de todas as Transmissoras como um grande condomínio, onde os ativos (instalações) são remunerados através do número de acessantes à rede básica (RBSE) e às demais instalações da transmissão (DITs). O faturamento também é influenciado pelo cálculo da Receita Anual Permitida – RAP, homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para as instalações autorizadas e ou licitadas que se encontram em operação pela CEEE GT. A RAP tem como princípio, recuperar o capital investido pela Companhia na construção das instalações, bem como cobrir os seus custos de operação e manutenção.

4.24.2.1. Receita de Construção

A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas, o qual é avaliado pela referencia do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

4.24.2.2. Receita Financeira

A receita financeira referente à atualização dos recebíveis de contratos de concessão é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros. Refere-se também a receita de atualização das Notas do Tesouro Nacional NTN-B's, originárias do processo de liquidação judicial nº 2006.71.00.047783-2.

4.25. Despesa Financeira

Contempla encargos de dívidas, variações monetárias de empréstimos e financiamentos, atualização monetária de autos de infração e outras despesas financeiras. O custo dos empréstimos, quando não capitalizados são reconhecidos no resultado com base no método da taxa efetiva de juros.

4.26. Distribuição de Dividendos

Os dividendos são registrados quando aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. O Estatuto Social prevê o pagamento de, no mínimo, 50% do lucro anual da Companhia. Portanto, no encerramento do exercício, quando aplicável, é constituída provisão para pagamento de dividendo mínimo no passivo e o que exceder ao dividendo mínimo obrigatório em conta específica dentro do Patrimônio Líquido, de acordo com o estabelecido no CPC 25 e ICPC 08.

Notas Explicativas

4.27. Transações com Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 35.

4.28. Informações por Segmento

As informações por segmentos operacionais evidenciam as atividades de negócio dos quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do mesmo Grupo, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia.

A Companhia, considerando a natureza de suas operações, conclui que possui os segmentos de geração e transmissão de energia elétrica.

4.29 Questões Ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes as compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. Os gastos relacionados a questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram.

Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA e ONGs.

4.30. Demonstração do Resultado

A Demonstração do Resultado encontra-se apresentada pela função das receitas e despesas operacionais.

4.31. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras e não foram adotados antecipadamente:

4.31.1. IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa – Alterações à IAS 7 (Vigência a partir de 01/01/2017)

Fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.

A Administração da Companhia e suas controladas realizaram uma análise preliminar e acreditam que esta norma não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

4.31.2. IAS 12 Tributos sobre o lucro - Alterações à IAS 12 (Vigência a partir de 01/01/2017)

Esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil.

A Administração da Companhia e suas controladas realizaram uma análise preliminar e acreditam que esta norma não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

4.31.3. IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*.

A Administração da Companhia e suas controladas realizaram uma análise preliminar e acreditam que esta norma não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

4.31.4. IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)

Substituir todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro 2018, sendo permitida adoção antecipada. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Companhia e suas controladas não têm expectativa de impactos relevantes na aplicação do CPC 47 considerando que atualmente já apresenta de forma segregada cada receita de seus clientes.

4.31.5. IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)

Estabelecer os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

A Companhia e suas controladas iniciaram as análises dos contratos e identificaram que não haverá impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, uma vez que não foram identificados, até o momento, contratos em que a Companhia e suas controladas figuram como arrendatários. Os efeitos estão relacionados ao reconhecimento de novos ativos e passivos nos arrendatários devido a arrendamentos operacionais.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE				
Numerário Disponível	1.312	2.467	5.056	3.893
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - SIAC/BANRISUL	32.534	35.517	32.598	35.517
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - CDB Especial	-	187	-	922
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	33.846	38.171	37.654	40.332
NÃO CIRCULANTE				
Fundo Bradesco Empresas	9	-	9	-
Quotas Subordinadas - FIDC	-	8.331	-	8.331
Total de Aplicações Financeiras de Longo Prazo	9	8.331	9	8.331

5.1. Numerário Disponível

O valor de R\$1.312 (R\$2.467 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

5.2. Aplicações Financeiras

O valor de R\$32.534 (R\$35.517 em 31 de dezembro de 2015) registrado no ativo circulante refere-se a aplicação no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº33.959, de 31 de maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

O valor de R\$8.331 em 31 de dezembro de 2015 no ativo não circulante refere-se a Quotas Subordinadas dos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC V CEEE-GT, que são atualizadas conforme definido em contrato.

Notas Explicativas

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Suprimento de Energia	23.668	19.499	23.754	19.499
Encargos de uso da Rede	45.433	47.295	45.433	47.295
Energia de Curto Prazo - CCEE	30.467	72.937	30.467	72.937
Títulos de Crédito a Receber	458	359	458	359
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(6.013)	(9.897)	(6.013)	(9.897)
Total	94.013	130.193	94.099	130.193

6.1. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O valor de R\$6.013 (R\$9.987 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à provisão de recebíveis relativos a valores de concessionárias, permissionárias diversas e consumidores livres vencidos há mais de três meses.

	Saldo 31/12/2015	Adições	Exclusões	Saldo 31/12/2016
Suprimento de Energia	1.591	414	(19)	1.986
Encargos de uso da Rede	3.530	753	(256)	4.027
Títulos de Crédito a Receber	285	22	(307)	-
Diversos	4.491	5.051	(9.542)	-
Total	9.897	6.240	(10.124)	6.013

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE				
PIS/COFINS a Compensar	151	7	151	7
INSS a Compensar	358	400	358	400
IRPJ e CSLL a Compensar	8.313	30.874	8.313	30.874
Outros Créditos a Compensar	104	73	203	89
	8.925	31.354	9.024	31.370
NÃO CIRCULANTE				
PIS/COFINS a Compensar	2	2	2	2
INSS a Compensar	605	605	605	605
IRPJ e CSLL a Compensar	1	1	1	1
Outros Créditos a Compensar	2	2	2	2
	610	610	610	610

8. ESTOQUES

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Estoque de Operação	8.573	7.956	8.573	7.956
(-) Provisão para Perdas	(482)	(518)	(482)	(518)
	8.092	7.438	8.092	7.438

Os saldos de estoques referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

Notas Explicativas

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os saldos compõem-se de:

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE					
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.1	5.569	7.466	5.569	7.466
Adiantamento a Fornecedores/Empregados.....		3.575	2.437	3.575	2.437
Aluguel de Postes e Serviços Prestados		4.245	4.969	4.245	4.969
Cedência de Funcionários	35	377	1.583	377	1.583
Conta Gráfica	9.2/35	9.318	15.132	9.318	15.132
Dividendos a Receber.....	9.3	22.142	16.248	22.124	16.232
Custos a Reembolsar.....	9.4	18.757	16.486	18.757	16.486
Desativação em Curso.....		-	41	-	41
Outros Devedores		675	19.529	1.368	19.530
		<u>64.658</u>	<u>83.891</u>	<u>65.333</u>	<u>83.876</u>
NÃO CIRCULANTE					
Mútuo CEEE-D	9.5/35	355.276	342.448	355.276	342.448
Outros	9.7	4.450	3.338	28.677	45.243
		<u>359.726</u>	<u>345.786</u>	<u>383.953</u>	<u>387.691</u>

9.1. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$5.569 (R\$7.466 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características.

9.2. Conta Gráfica

O valor de R\$9.318 (R\$15.132 em 31 de dezembro de 2015) refere-se aos saldos de contratos de compartilhamento das atividades de Tecnologia da Informação e de atividades de Telecomunicações entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

9.3. Dividendos a Receber

O valor de R\$21.637(R\$16.248 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a dividendos declarados pelas investidas, compostos da seguinte forma: Etau R\$94, Complexo Eólico Povo Novo R\$17, Enerfin R\$1.327 e Enercan R\$1.795 (vide nota explicativa nº 15).

9.4. Custos a Reembolsar

O valor de R\$18.757 (R\$16.486 em 31 de dezembro de 2015) refere-se, principalmente, aos contratos de prestação de serviços de operação e manutenção com as investidas Povo Novo e TESB.

9.5. Mútuo CEEE-D

Em 21 de maio de 2014, através do Despacho nº 1.585, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu a operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (mutuária) no valor de até R\$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais) com regramento contratual de devolução em 24 (vinte e quatro) meses. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 29 de maio de 2014.

Em 11 de dezembro, através do Despacho nº 4.790, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu o primeiro aditivo ao contrato alterando o valor para R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais) e mantendo o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, cujo objeto foi a alteração na Cláusula Primeira. Através do Despacho 1.384 de 25 de maio de 2016, a ANEEL anuiu o contrato de mútuo com prazo de vigência de até 24 (vinte e quatro) meses, para refinanciamento do mútuo anterior, no montante de R\$335.212 (trezentos e trinta e cinco milhões duzentos e doze mil). As parcelas liberadas, corrigidas mensalmente pela CDI, perfazem o montante de R\$355.276.

Notas Explicativas

Data do Evento	Histórico	Valor
31/12/2016	Parcelas Liberadas até 31/12/2016	300.000
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	86.276
31/12/2016	Parcelas Recebidas até 31/12/2016	(31.000)
		355.276
NÃO CIRCULANTE		355.276

10. INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO GOVERNO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE				
Investimentos em Títulos do Governo	126.818	149.963	126.818	149.963
Total	126.818	149.963	126.818	149.963

10.1. Descrição

O saldo de R\$126.818 (R\$149.963 em 31 de dezembro de 2016) refere-se à liquidação judicial do processo Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2, cuja decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça – STJ (RESP nº 435.948-RS) proferida em 2005, transitou em julgado no ano de 2009 junto ao Supremo Tribunal Federal – STF.

Em 26 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Termo de Acordo com a União, homologado judicialmente em 31 de janeiro de 2012, liquidando uma lide que perdurou aproximadamente 20 anos. O acordo foi firmado junto a Advocacia Geral da União - AGU, com autorização do Ministério de Minas e Energia - MME e do Ministério da Fazenda, assim como, com a efetiva participação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, da Receita Federal do Brasil – RFB, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Eletrobrás.

Nesse contexto a Companhia obteve um valor a receber de R\$ 1.209.304 inerente à Conta de Resultados a Compensar apurado na data base de 27 de dezembro de 2011, sendo que desse montante foram compensados de forma direta com a União, débitos da Companhia junto a Receita Federal do Brasil – RFB e junto a Secretaria do Tesouro Nacional – STN que totalizavam o montante de R\$55.673. Assim, o valor líquido dos créditos da CRC a receber na data base de 31 de dezembro de 2011 ficou em R\$1.153.631, os quais foram pagos pela União em três parcelas (tranches), mediante a emissão de Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B, com as seguintes características:

- I. Data-base: 15 de julho de 2000;
- II. Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (Um mil reais);
- III. Modalidade: nominativa e negociável;
- IV. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior;
- V. Juros remuneratórios: 6% a.a
- VI. Pagamento do principal e juros:
 - Principal – em parcela única na data de vencimento do título;
 - Juros – semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência.

Em 09/02/2012, 18/12/2012 e 17/12/2013 a Secretaria do Tesouro Nacional transferiu a primeira, a segunda e a terceira tranche para a Companhia no valor de R\$451.310, de R\$459.759 e de R\$365.370, correspondentes a 197.135, 160.231 e 160.231 NTN-B, respectivamente.

10.2. Classificação

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia havia classificado o direito de recebimento dos títulos como “Ativos Financeiros mantidos até o vencimento” levando em consideração a data de conversão do crédito em Notas do Tesouro Nacional - série B "NTN-B".

Notas Explicativas

O Termo de Acordo, estabeleceu a transferência dos títulos em três tranches, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis após a homologação do acordo, o que ocorreu em 09 de fevereiro de 2012, a segunda e a terceira tranches em 18/12/2012 e 17/12/2013, respectivamente. No entanto, o recebimento por parte da Companhia da segunda e terceira tranche estava condicionado à quitação de débitos relativos a encargos setoriais junto ao órgão regulador, débitos intrasetoriais e financiamentos perante a Eletrobrás, no prazo de 60 dias após a emissão da primeira tranche. Em abril de 2012 a Companhia efetivou a liquidação dos débitos nos prazos estabelecidos no Termo de Acordo, atendendo a cláusula condicionante para transferência das NTN-Bs nas datas previstas, reclassificando o ativo financeiro para a categoria de disponível para venda.

A Companhia considerou as seguintes características, nas quais não é possível identificar uma categoria específica de instrumento financeiro, exceto Ativo financeiro disponível para venda:

- a intenção de vender os títulos nos prazos estabelecidos nos termos do acordo, sendo Dezembro de 2012 e de 2013, portanto não foram adquiridos para a finalidade de venda em curto prazo, bem como existe restrição de uso desses recursos, devendo os mesmos serem utilizados para investimentos em ativos da concessão.
- as NTN-Bs possuem fluxos de caixa determináveis com vencimentos definidos, mas a Concessionária não possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até os vencimentos nos anos de 2017, 2035 e 2045.
- as NTN-Bs estão cotadas em mercado ativo.

10.3. Forma de Atualização das NTN-Bs

Considerando a categoria de instrumentos financeiros na qual foram classificadas as NTN-Bs, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. Adicionalmente, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado.

Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta de aplicações financeiras de curto prazo são calculados com base no valor nominal atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e Juros remuneratórios: 6% a.a. calculados pró-rata-die).

O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com o preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

10.4. Movimentação

O valor justo e os juros efetivos das NTN-Bs estão reconhecidos contabilmente conforme segue:

	Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido		Resultado	
	Investimentos em Títulos do Governo	Impostos diferidos	Outros resultados abrangentes	Receita financeira	Impostos
Posição em 31/12/2015	149.962	3.533	(27.099)	-	-
Atualização pela taxa efetiva	14.091	-	-	14.091	-
Valorização do valor justo	23.905	-	23.905	-	-
Venda do ativo financeiro	(54.038)	-	9.036	(9.036)	-
Juros Recebidos	(7.102)	-	-	-	-
Efeito tributário	-	3.064	(10.672)	-	7.608
Posição em 31/12/2016	126.818	6.597	(4.830)	5.055	7.608

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

11.1. Base de Cálculo dos Tributos Diferidos

Nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12), a Companhia estimou seus tributos diferidos cotejando as diferenças temporárias tributáveis com as diferenças temporárias dedutíveis e créditos fiscais não utilizados.

Notas Explicativas

11.1.1. Diferenças Temporárias Tributáveis

O valor das diferenças temporárias tributáveis compõe-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Reconhecimento do Custo Atribuído	70.612	95.861	70.612	82.781
Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda	5.183	(41.058)	5.183	(41.058)
Exclusão Temporária	21.289	51.454	21.289	51.454
Exclusão Temporária - MP 579/2012 (Renovação das Concessões).....	1.266.236	-	1.266.236	-
Base de Cálculo do Passivo Fiscal Diferido	1.363.320	106.257	1.363.320	93.177
IR e CS (Alíquota 34%)	463.529	36.127	463.529	36.127
IR e CS (Redutor 30% - RIR/99, Art.510)	(131.856)	-	(131.856)	-
Total do Passivo Fiscal Diferido	331.673	36.127	331.673	36.127

11.1.2. Diferenças Temporárias Dedutíveis e Créditos Fiscais Não Utilizados

A Companhia, em consonância com o CPC 32 (IAS 12), contabiliza seu ativo fiscal diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social calculado à alíquota de 34%. Esse ativo refere-se ao valor do tributo sobre o lucro, que será recuperado em período futuro, relacionado a diferenças temporárias entre a base de cálculo fiscal e a base de cálculo societária da CEEE-GT, assim como referente aos créditos de prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, originados de períodos anteriores. Conforme a legislação tributária vigente, o limite de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ e da base negativa de CSLL é de 30% do lucro real apurado em cada exercício, tendo natureza imprescritível.

O CPC 32 (IAS 12) descreve as condições para o reconhecimento do ativo fiscal diferido. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovam a realização desse crédito fiscal. A Companhia revisa anualmente o estudo técnico de realização do crédito, sendo que o valor do ativo fiscal diferido reconhecido pela CEEE-GT não foi incrementado no exercício de 2016. O valor do crédito não reconhecido totaliza, em 31 de Dezembro de 2016, R\$303.193 (R\$ 297.821 em 31 de dezembro de 2015).

O valor das diferenças temporárias tributáveis compõe-se preponderantemente da importância relativa à indenização dos ativos da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE).

O montante desse passivo fiscal diferido, referente a Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre a indenização da RBSE foi calculado à alíquota de 34%, líquido da redução de 30%, a título de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ e da base negativa de CSLL, nos termos da legislação tributária. O valor reconhecido totaliza, em 31 de dezembro de 2016, R\$ 301.364.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56)	276.927	272.597	276.927	272.597
Provisão para Contingências Trabalhistas	95.233	104.260	95.233	104.260
Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis	72.525	49.184	72.525	49.184
Outras Provisões	0	495	0	495
Total das Diferenças Temporárias	444.685	426.536	444.685	426.536
Alíquota IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%
Total do Crédito Fiscal s/ Diferenças Temporárias	151.193	145.022	151.193	145.022
Base Negativa da CSLL	391.940	394.294	391.940	394.294
CSLL Diferida (Alíquota 9%)	35.275	35.486	35.275	35.486
Prejuízos Fiscais do IRPJ	748.480	750.833	748.480	750.833
IRPJ Diferido (Alíquota 25%)	187.120	187.708	187.120	187.708
Total do Crédito Fiscal s/ PF do IRPJ e BN da CSLL	222.395	223.194	222.395	223.194
Crédito Fiscal não Reconhecido.....	(303.193)	(297.821)	(303.193)	(297.821)
Saldo Contábil.....	70.395	70.395	70.395	70.395

Notas Explicativas

11.1.4. Tributos Diferidos Líquidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Diferenças Temporárias Tributáveis	331.673	36.127	331.673	31.680
Diferenças Temporárias Dedutíveis	(70.395)	(70.395)	(70.395)	(70.395)
Saldo Contábil Líquido.....	261.278	(34.268)	261.278	(38.715)

11.2. Estimativa de Liquidação dos Tributos Diferidos

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 371/2002, a análise de realização do valor contábil do ativo diferido é elaborada anualmente pela Companhia, com base em estudo técnico submetido à aprovação pelos órgãos de Administração da Companhia. Esse estudo projeta a expectativa de resultados tributáveis em um período de 10 anos.

As estimativas de recuperação dos créditos fiscais foram suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Nesse sentido, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Portanto, não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimentos.

A Administração estimou a realização do passivo fiscal diferido nos exercícios futuros, cotejando com a estimativa de realização do ativo fiscal diferido.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Exercício de 2016.....	20.015	2.134	20.015	2.134
Exercício de 2017.....	32.950	(4)	32.950	(4)
Exercício de 2018.....	29.553	(15.527)	29.553	(15.527)
Exercício de 2019.....	27.687	(19.652)	27.687	(19.652)
Exercício de 2020.....	47.483	(15.713)	47.483	(15.713)
A partir do Exercício de 2021	103.590	10.047	103.590	10.047
Total	261.278	(38.715)	261.278	(38.715)

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O valor de R\$50.052 (R\$48.835 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando o saldo das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide nota explicativa nº 24).

13. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Composição dos saldos do Ativo Financeiro da Concessão de Transmissão:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	52.240	50.549	62.005	58.873
Não Circulante	313.076	103.276	542.561	357.203
Total	365.315	153.825	604.565	416.076

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente a serviço da concessão sob os quais a Companhia obtém remuneração do capital investido.

Com base no Contrato de Concessão nº 080/2002 e no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 055/2001, a Administração entende que a aplicação do modelo “financeiro” é o que melhor representa

Notas Explicativas

o negócio de Transmissão de Energia Elétrica, considerando que a infra-estrutura construída é recuperada por meio da RAP (Receita Anual Permitida), a qual contempla os seguintes valores:

- I. receita para cobrir os custos de operação e manutenção (O&M) da infra-estrutura vinculada aos contratos de concessão; e
- II. receita para amortização do capital investido na infra-estrutura a serviço da concessão. Esta parcela de receita é definida mediante a metodologia do WACC (*weighted average cost of capital*), a qual estabelece a remuneração mínima para o investimento realizado.

No caso de extinção da concessão, os bens reversíveis e classificados no ativo financeiro, ainda não amortizados pela RAP, serão indenizados pelo poder concedente ou por outro órgão por ele delegado para tal atribuição.

Em 31 de Dezembro de 2016, o valor de R\$, 417.555 é composto por R\$23.767, referente aos bens vinculados ao Contrato de Concessão nº 080/2002 e por R\$ 358.165, referente ao Contrato de Concessão nº 055/2001 e R\$35622 refere-se ao Aditivo do Contrato de Concessão nº 025/2000. . O registro é demonstrado por seu valor líquido, deduzido da perda por valor recuperável para aquelas obras em curso que ainda não possuem Resolução Autorizativa emitida pela ANEEL, uma vez que ainda não há homologação de receita para indenização destes investimentos em andamento.

13.1. Movimento do Ativo Financeiro da Concessão

	CONSOLIDADO				Total
	Contrato 055/2001	Contrato 080/2002	Contrato 025/2000	Contrato 001/2011 TESB	
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	104.779	49.046	-	262.251	416.076
(+) Receita de Construção (Adições).....	-	-	-	47.803	47.803
(+) Receita Financeira.....	-	15.664	-	13.467	29.131
(-) Amortização do período.....	-	(13.139)	-	-	(13.139)
(-) Outros.....	201.147	(27.804)	35.622	(84.270)	124.695
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	305.926	23.767	35.622	239.251	604.566
Em 31 de Dezembro de 2016 - Circulante	35.303	16.937	-	9.765	62.005
Em 31 de Dezembro de 2016 - Não Circulante	270.623	6.830	35.622	229.486	542.561

O Contrato de Concessão 001/2011 da Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB ainda não se encontra em fase operacional, dessa forma, não há receita de O&M (operação e manutenção) ou amortização do ativo financeiro. A Receita Anual Permitida – RAP prevista na Resolução Homologatória ANEEL nº 1.756/2014 de 24 de junho de 2014 é de R\$25.449.

13.2. Vinculação dos Bens à Concessão

De acordo com os Artigos 63º e 64º do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 691/2015, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando ainda que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na referida concessão.

13.3. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de Transmissão.

Notas Explicativas

Ao final da concessão o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável, sendo esta a prática adotada por esta Companhia quando da apuração do valor dos bens vinculados ao Contrato de Concessão Nº 055/2001 alcançados pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. (Vide nota explicativa nº 1.1.2.1).

13.4. Valor Recuperável dos Ativos da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indícios de que estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

- I. As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Concessão;
- II. As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras;
- III. Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária;
- IV. O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades;
- V. As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens;
- VI. Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a Companhia devidamente indenizada pelo valor residual desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

14. Rede Básica do Sistema Existente – RBSE

O Montante de R\$ 1.689.166 refere-se à parcela dos ativos de transmissão não depreciados e existentes em 31 de maio de 2000 pertencentes à Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, os quais conforme previsão da Lei Nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, em seu §2º, art. 15º, são passíveis de indenização pela União.

Na sequência deste processo de indenização dos ativos vinculados à RBSE, a ANEEL divulgou a Resolução Normativa nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definindo os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização. Nesse sentido, considerando os comandos da Resolução ANEEL, a CEEE-GT, em 27 de dezembro de 2013, enviou ao órgão regulador o cronograma para realização do laudo de avaliação que valoraria estes ativos considerando o critério de valor novo de reposição.

Foi concluído em 23 de março de 2015 o Relatório de Avaliação Patrimonial para Indenização da Rede Básica da CEEE-GT, elaborado pela Consultoria American Appraisal. O referido relatório foi entregue na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 29 de abril de 2015. Conforme a REN nº 589/13 no artigo 6º, a ANEEL tinha um prazo de 150 dias para validar as informações, sendo 30 dias contados a partir da data de protocolo para manifestar o aceite do laudo de avaliação enviado pela companhia e mais 120 dias a partir do aceite para validação das informações com consequente aferição do valor indenizável.

Finalmente, conforme Despacho Nº 1.643 emitido pela ANEEL em 16 de junho de 2016, a CEEE-GT obteve como montante homologado de indenização pertinente aos ativos não totalmente depreciados e existentes em 31 de maio de 2000, o valor de R\$836.283, na data base de 31 de dezembro de 2012. Sendo que o valor bruto dos bens para fins de indenização (Valor Novo de Reposição - VNR) totalizou R\$ 2.741.278, conforme processo nº 48500.000805/2014-52.

Dentro deste contexto, foi emitida em 20 de abril de 2016 a Portaria Nº 120 MME, a qual estabeleceu que os valores homologados pela ANEEL a título dos ativos não depreciados em 31 de maio de 2000, passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das transmissoras, sendo o custo de capital destes adicionados às suas Receitas Anuais Permitidas – RAP.

Notas Explicativas

Também determinou a Portaria, que o custo de capital destes ativos será reconhecido a partir do processo tarifário de 2017, passando pelo reajuste e revisão conforme as regras previstas nos contratos de concessão, e deverá incorporar a RAP a partir do referido processo, pelo prazo de oito anos.

Além disso, a Portaria Nº 120 MME determinou que o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até a revisão tarifária, deve ser atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio, real, do segmento de transmissão, definido pela ANEEL.

Desta maneira, o montante final de R\$ 1.689.166 é composto pelo valor homologado para fins de indenização, pertinente aos bens da Rede Básica Sistema Existente – RBSE, adicionado do custo de capital (remuneração e depreciação) atualizado até o período de Dezembro de 2016, sendo este remunerado pelo custo de capital próprio do segmento, cálculo este efetuado na melhor estimativa da administração considerando os dados e informações disponíveis, sendo o ganho de R\$ 964.871, líquido dos efeitos tributários, reconhecido no resultado do trimestre findo em 30 de junho de 2016 na rubrica Remuneração do Ativo Financeiro e atualizado até 31 de dezembro de 2016.

15. INVESTIMENTOS

15.1. Composição

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Participações societárias permanentes				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	699.592	645.842	536.239	590.913
Avaliadas pelo método de custo	2.692	2.724	2.692	2.724
	<u>702.284</u>	<u>648.566</u>	<u>538.931</u>	<u>593.637</u>

15.2. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial da CEEE-GT estão classificados nos seguintes seguimentos de negócio:

Hídrico	Transmissão	Eólico
CERAN	TESB	Ventos de Curupira
Jaguari	FOTE	Ventos de Povo Novo
Chapecoense	TSLE	Ventos de Vera Cruz
ENERCAN	TPAE	Palmares
	Etai	Ventos da Lagoa
		Ventos do Litoral
		Ventos do Sul
		Ventos dos Índios

Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
Controladas				
TESB	255.194	90,40%	60.000	90,40%
Ventos de Curupira	10	99,99%	10	99,99%
Ventos de Povo Novo	10	99,99%	10	99,99%
Ventos de Vera Cruz	10	99,99%	10	99,99%
Coligadas				
FOTE	23.215	49,00%	23.215	49,00%
TSLE	280.000	49,00%	280.000	49,00%
Ceran	510.000	30,00%	510.000	30,00%
TPAE	20.350	20,00%	20.350	20,00%
Jaguari	17.680	10,50%	17.680	10,50%
Etai	34.895	10,00%	34.895	10,00%
Palmares	114.116	10,00%	114.116	10,00%
Ventos da Lagoa	88.701	10,00%	88.701	10,00%
Ventos do Litoral	102.901	10,00%	102.901	10,00%
Ventos do Sul	140.964	10,00%	140.964	10,00%
Ventos dos Índios	63.641	10,00%	63.641	10,00%
Chapecoense	714.509	9,00%	714.509	9,00%
Enercan	388.787	6,51%	388.787	6,51%

Notas Explicativas

15.3. Controladas

15.3.1. Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A. e a Zhejiang United Engineering CO Ltda, constituíram uma sociedade limitada, sob a denominação Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB.

A Sociedade tem como objeto social a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestando mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão das seguintes Linhas e Subestações pelo prazo de 30 anos:

- LT 230Kv, com extensão aproximada de 12Km, com origem na subestação Porto Alegre 9 e término na subestação Porto Alegre 8;
- LT 230Kv, com extensão aproximada de 29Km, com origem na subestação Porto Alegre 9 e término na subestação Nova Santa Rita;
- LT 230Kv, com extensão aproximada de 29Km, com origem na subestação Campo Bom e término na subestação Taquara;
- LT 230Kv, com extensão aproximada de 19Km, com origem na subestação Restinga e término na subestação Porto Alegre 13;
- LT 230Kv, com extensão aproximada de 13Km, com origem na subestação Restinga e término na subestação Viamão 3;
- SE Porto Alegre 12;
- SE Viamão 3;
- SE Candelária 2; e
- SE Porto Alegre 13.

A composição acionária originária foi assim estabelecida: Procable Energia e Telecomunicações S.A. – 40%, Zhejiang United Engineering CO Ltda – 40% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT – 20%.

Em julho de 2012, em virtude da subscrição do capital a ser integralizado, as sócias Procable Energia e Telecomunicações S.A., detentora de 40% das quotas e a sócia Zhejiang Isigma United Engineering CO Ltda detentora de 40% das quotas, cederam e transferiram cada uma 3%, totalizando 6% de cessão e transferência de cotas de capital subscrito e não integralizado para a sócia Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, passando para a seguinte composição acionária: Procable Energia e Telecomunicações S.A. – 37%, Zhejiang Isigma United Engineering CO Ltda – 37% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT – 26%.

Em março de 2013, a sócia Procable Energia e Telecomunicações S.A. cedeu e transferiu, 27% das cotas não integralizadas para a sócia Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, passando para a seguinte composição acionária: Procable Energia e Telecomunicações S.A. – 10%, Zhejiang United Engineering CO Ltda – 37% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT – 53% do capital subscrito.

Ainda em 2013, a sócia Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT recebeu transferências de cotas da seguinte forma:

- a sócia Procable Energia e Telecomunicações S.A. cedeu e transferiu gratuitamente 9,2% das cotas, correspondendo a 5.520.000 cotas. As cotas cedidas pela sócia Procable correspondem a 1.830.000 cotas de capital integralizado e 3.690.000 cotas de capital não integralizado.
- a sócia Zhejiang Isigma United Engineering CO Ltda cedeu e transferiu 28,2% das cotas, correspondendo a 16.920.000 cotas, gerando uma contrapartida de R\$16.920 cujo pagamento se dará mediante condições estabelecidas em Termo de Compromisso a ser firmado entre as partes (vide nota explicativa nº 24.4).

Notas Explicativas

Com as transferências, a TESB passa ter seguinte composição acionária: Procable Energia e Telecomunicações S.A – 0,8%, Zhejiang Insignia United Engineering CO Ltda – 8,8% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT – 90,4% do capital subscrito.

A transferência de controle acionário estava condicionada a aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

No encerramento do exercício de 2013 a participação da CEEE-GT no capital da TESB, considerando as cotas integralizadas era de 0,02%.

Em 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu através da Resolução Autorizativa nº 4.495 de 21 de janeiro a transferência do Controle Acionário da TESB para CEEE-GT. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é 90,4% do capital social subscrito.

15.3.2. Complexo Eólico Povo Novo

O complexo Eólico Povo Novo está localizado no município de Rio Grande – RS sendo formado por 3 Centrais Geradoras Eólicas (CGE), totalizando a potência instalada de 55MW.

Em 05 de fevereiro de 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou Despacho nº 276 habilitando as vencedoras do Leilão nº 09/2013 referente a empreendimentos de energia eólica. A CEEE GT participa de 3 consórcios vencedores relativo ao Complexo Eólico Povo Novo:

- Consórcio Curupira formado pela CGE Curupira Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Curupira cuja potência instalada é de 25MW;
- Consórcio Povo Novo formado pela CGE Povo Novo Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Povo Novo cuja potência instalada é de 7,5MW;
- Consórcio Fazenda Vera Cruz formado pela CGE Fazenda Vera Cruz Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Vera Cruz cuja potência instalada é de 22,5MW;

O conjunto de investimentos ocorrerá em 2014 e 2015, uma vez que o início da operação comercial do empreendimento deverá ocorrer em 2016.

Em 26 de fevereiro de 2014 foram constituídas a Ventos de Povo Novo S.A, Ventos de Curupira S.A e Ventos de Vera Cruz S.A cujo capital social subscrito em cada empresa foi de R\$10 representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas. Os principais grupos do ativo, passivo e resultado das controladas em 31 de dezembro de 2016, conforme demonstrados a seguir, são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas da CEEE-GT.

15.3.3 Impairment

A companhia estimou o valor recuperável dos seus investimentos nas controladas TESB e Complexo Eólico Povo Novo, com base no valor em uso, sendo este mensurado com base no valor presente dos fluxos de caixas futuros estimados.

Os fluxos de caixa foram projetados com base no resultado operacional e projeções dos empreendimentos até o término das concessões.

A controlada TESB registrou em suas demonstrações um Impairment de R\$ 84,2 milhões, e a adicionalmente controladora CEEE-GT contabilizou R\$ 9,1 milhões em provisão para perda de valor recuperável.

Já no empreendimento Complexo Eólico Povo Novo foi estimado R\$ 104,1 milhões com perda de valor recuperável no empreendimento, sendo todo montante contabilizado na controladora CEEE-GT.

O valor total de Impairment apurado nas empresas controladas foi de R\$ 113,2 milhões, sendo ainda R\$ 84,2 milhões contabilizados na controlada TESB, refletindo no cálculo da equivalência patrimonial da CEEE-GT.

Notas Explicativas

15.4. Coligadas

15.4.1. Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A - FOTE

Em novembro de 2013, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A, constituíram uma sociedade anônima fechada, sob a denominação Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A – FOTE, com a seguinte composição acionária: Eletrosul – 51% e CEEE-GT – 49%.

A Sociedade tem como objetivo a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração sob o regime de autorização ou concessão, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio das seguintes Linhas e Subestações:

- LOTE I – Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A;
- LT 230 kV Santo Ângelo – Maçambará;
- LT Pinhalzinho - Foz do Chapecó, C1;
- LT Pinhalzinho - Foz do Chapecó, C2;
- SE 230/138 kV Pinhalzinho, 3 x 150 MVA; e
- SE 230/138 kV Santa Maria 3, 2 x 83 MVA (novo pátio)

Em reunião do Conselho de Administração foi aprovado o adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC no valor total de R\$30.345 na proporção de 49% para a CEEE-GT e de 51% para a Eletrosul. Tendo em vista os adiantamentos para futuro aumento de capital aprovados e realizados pelos acionistas, em 15 de dezembro de 2014 foi autorizado o aumento do capital social da Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A - FOTE em R\$23.205 com a subscrição de 23.205.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

15.4.2. Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A - TSLE

Em junho de 2012 a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT e a ELETROSUL Centrais Elétricas S.A constituíram uma sociedade anônima fechada, sob a denominação Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A com a seguinte composição acionária: Eletrosul – 51% e CEEE-GT – 49%.

A Sociedade tem como objetivo a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração sob o regime de autorização ou concessão, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio das seguintes Linhas e Subestações:

- LT Nova Santa Rita, com extensão aproximada de 281Km, com origem na SE Nova Santa Rita e término na SE Campo Novo;
- LT Povo Novo - Marmeleiro, com extensão aproximada de 154Km, com origem na SE Povo Novo e término na SE Marmeleiro;
- LT Marmeleiro – Santa Vitória do Palmar, com extensão aproximada de 52Km, com origem na SE Marmeleiro e término na SE Santa Vitória do Palmar;
- SE 525/230 kV Povo Novo;
- SE 525kV Marmeleiro;
- SE 525/138 kV Santa Vitória do Palmar; e
- Instalações de Transmissão de Rede Básica na SE Povo Novo.

Em reunião do Conselho de Administração foi aprovado o adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC no valor total de R\$498.500 na proporção de 49% para a CEEE-GT e de 51% para a Eletrosul. Tendo em vista os adiantamentos para futuro aumento de capital aprovados e realizados pelos acionistas, em 11 de dezembro de 2014 foi autorizado o aumento do capital social da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A - TSLE em R\$245.990 com a subscrição de 245.990.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Notas Explicativas

15.4.3. Companhia Energética Rio das Antas – CERAN

Refere-se à participação de 30% na Companhia Energética Rio das Antas - CERAN, para implantação e exploração dos empreendimentos hidrelétricos nas usinas Castro Alves, Monte Claro e 14 de Julho, todas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada corresponde a 360 MW.

A UHE Monte Claro iniciou a operação comercial de fornecimento de energia em 29 de dezembro de 2004 com a primeira unidade geradora e em 29 de novembro de 2006 com a segunda unidade geradora. A UHE Castro Alves iniciou a operação comercial em 04 de março de 2008 com a primeira unidade geradora, em 02 de abril de 2008 com a segunda unidade geradora e em 06 de junho de 2008 com a terceira unidade geradora. A UHE 14 de Julho iniciou a operação comercial em 25 de dezembro de 2008 com a primeira unidade geradora e em 12 de março de 2009 com a terceira unidade geradora.

15.4.4. Transmissora Porto Alegrense Ltda - TPAE

Em junho de 2009, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A constituíram a Sociedade de Propósito Específico denominada Transmissora Porto Alegrense de Energia Ltda - TPAE com a seguinte composição acionária: Procable – 80% e CEEE-GT – 20%.

Transmissora Porto Alegrense de Energia Ltda - TPAE venceu o Leilão da ANEEL – processo nº 48500.000368/2009-18 para a exploração da Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, mediante construção, montagem, operação e manutenção da Linha de Transmissão Subterrânea em 230kV Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4.

Conforme memorando de entendimentos firmado entre as partes, a CEEE-GT seria responsável pela operação e manutenção do empreendimento, pelas licenças ambientais, e pelas revisões de acompanhamento técnico e de fiscalização da obra e a Procable seria responsável pela preparação do projeto básico e executivo do empreendimento, construção, fornecimento de materiais, obras civis, instalações, testes e realização de comissionamento. A CEEE-GT e a Procable, em conjunto, são responsáveis pela estruturação e contratação do financiamento para implantação do empreendimento.

A TPAE iniciou sua operação comercial em 21 de novembro de 2013.

15.4.5 Jaguari Energética S.A

Refere-se à participação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT na Jaguari Energética S.A, para a construção da PCH Furnas do Segredo, localizada no rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.

Em 30 de agosto de 2004, a participação da Companhia reduziu de 30% para 14,19% de acordo com a Resolução de Diretoria nº 2.124, isto porque o Acordo de Quotistas estabelecia que o acionista Guascor financiaria o capital próprio da Companhia caso a sociedade obtivesse um financiamento mínimo de 80%, o qual não foi aprovado pelo BNDES, que financiou 55,2% do projeto.

Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a Companhia não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da empresa, reduzindo a participação para 10,5%.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

A investida foi ressalvada no relatório de seus auditores independentes por não registrar em suas Demonstrações Financeiras em 31/12/2016, os efeitos do reconhecimento de provisão para perdas dos saldos de aplicações financeiras junto ao Banco Santos.

15.4.6. Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A – ETAU

Em 18 de dezembro de 2002, a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A – ETAU, firmou Contrato de Concessão nº 82/2002 – ANEEL, tendo por objeto a concessão do serviço público de energia elétrica referente à linha de transmissão Campos Novos/Santa Marta de 230 kV, bem como das subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS, Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a estas. A construção da linha de

Notas Explicativas

transmissão foi iniciada ao longo do exercício de 2002 e foi concluída em 1º de setembro de 2005. A Companhia tem participação de 10% na ETAU.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

15.4.7. Parques Eólicos Palmares S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Parques Eólicos Palmares S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$13.563 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$890.

A empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Palmares do Sul/RS: Parque Eólico Fazenda Rosário, Parque Eólico Fazenda Rosário 2 e Parque Eólico Fazenda Rosário 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Fazenda Rosário e o Parque Eólico Fazenda Rosário 3 entraram em operação em 30 de junho de 2011, e o Parque Eólico Fazenda Rosário 2 iniciou a fase de teste em 6 de setembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

15.4.8. Ventos da Lagoa Energia S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos da Lagoa Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$10.531 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$687.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro 2 e Parque Eólico Sangradouro 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Sangradouro 2 entrou em operação em 14 de setembro de 2012 e o Parque Eólico Sangradouro 3 em 22 de maio de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

15.4.9. Ventos do Litoral Energia S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Litoral Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$11.516 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$507.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Osório 2 e Parque Eólico Osório 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Osório 2 entrou em fase de teste em 14 de novembro de 2012 e o Parque Eólico Osório 3 em 10 de novembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

15.4.10. Ventos do Sul Energia S.A

Em 15 de dezembro de 2014 a CEEE-GT assinou com a Enerfin Enervento Exterior S.L o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Sul S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$35.000 em 15 de dezembro de 2014. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$18.174.

Notas Explicativas

A empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro, Parque Eólico Osório e Parque Eólico dos Índios com capacidade total de geração de 150MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) mensurado como o excesso de valor justo da contraprestação efetivamente transferida sobre o valor justo líquido dos ativos identificáveis e dos passivos da entidade está disposto abaixo:

	<u>31/12/2016</u>
Contraprestação Efetivamente Transferida	35.000
Valor justo líquido reconhecido de ativos identificáveis e de passivos da entidade	<u>168.264</u>
Ativos Circulantes	80.879
Ativos não Circulantes	422.459
Passivos Circulantes	(98.623)
Passivos não Circulantes	(236.451)
Valor justo líquido (Participação de 10%)	(16.826)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)	<u>18.174</u>

15.4.11. Ventos dos Índios Energia S.A

Em 30 de junho de 2015 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos dos Índios Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$7.243.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS, denominados Parque dos Índios 2 e Parque dos Índios 3, com capacidade total de geração de 52,9MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

15.4.12 Chapecoense Geração S.A

Em 01 de março de 2007, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a CPFL Geração de Energia S.A e a Chapecoense Geração S.A, assinaram o Acordo de Acionistas da Foz do Chapecó Energia S.A – FCE, sociedade por ações de propósito específicas – SPE, com distrato do consórcio anteriormente formalizado entre as partes.

A Resolução Autorizativa ANEEL nº 879, de 17 de abril de 2007, autorizou a transferência da quota-parte detida pela Chapecoense Geração S.A na concessão do UHE Foz do Chapecó para a Foz do Chapecó Energia S.A – FCE, alterando-se a estrutura acionária, que passou a ter a seguinte composição: CPFL – 51%, CEEE-GT – 9% e Chapecoense – 40%.

A potência instalada da usina, localizada no rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó no Estado de Santa Catarina, e Alpestre no Rio Grande do Sul, corresponde a 855 MW, distribuída em quatro grupos geradores, e em março de 2011 passou a operar com sua capacidade máxima.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

A investida foi ressalvada no relatório de seus auditores independentes por não registrar em suas Demonstrações Financeiras em 31/12/2016, os efeitos da obrigação do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público - UBP.

15.4.13. Campos Novos Energia S/A – ENERCAN

Refere-se à participação de 6,51% na Empresa Campos Novos Energia S.A – ENERCAN, localizada no rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através do contrato de concessão nº 43/2000, com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A potência instalada corresponde

Notas Explicativas

a 880 MW, sendo que a 1ª unidade geradora passou a operar comercialmente em 03 de fevereiro de 2007, a 2ª unidade em 17 de fevereiro de 2007 e a 3ª unidade entrou em operação em 09 de maio de 2007.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

15.5. Informações Financeiras das Investidas

15.5.1. Informações Financeiras Controladas

		31/12/2016			
		TESB	Ventos do Curupira	Ventos de Povo Novo	Ventos de Vera Cruz
Balanco Patrimonial					
Ativo					
Caixa e Equivalentes de Caixa	111		984	478	2.235
Outros Ativos Circulantes	9.831		768	38	60
Ativo Não Circulante	256.696		74.437	32.621	72.980
	266.638		76.189	33.137	75.275
Passivo e Patrimônio Líquido					
Financiamentos e Empréstimos (curto prazo)	-		-	-	691
Outros Passivos Circulantes	17.088		28.031	12.686	22.306
Outros Passivos Não Circulantes	66.898		49.051	20.806	53.052
Patrimônio Líquido	182.651		(893)	(355)	(774)
	266.638		76.189	33.137	75.275
Demonstração do Resultado					
		TESB	Ventos do Curupira	Ventos de Povo Novo	Ventos de Vera Cruz
Receita Operacional Líquida	61.270		2.828	892	2.521
Custo de Operação	(47.803)		(2.974)	(937)	(2.651)
Lucro Bruto	13.467		(146)	(45)	(130)
Despesas Operacionais	(84.838)		(373)	(158)	(241)
Resultado Financeiro	(779)		(45)	(42)	(104)
Lucro Antes dos Impostos	(72.150)		(564)	(245)	(475)
Impostos sobre o Lucro	(1.809)		(68)	(20)	(59)
Lucro líquido	(73.959)		(632)	(265)	(534)

15.5.2. Informações Financeiras Controladas e Coligadas

		31/12/2016					
	Capital social	Patrimônio líquido publicado	Ajustes ressaltados pelo auditor	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) publicado	Ajustes ressaltados pelo auditor	Lucro (prejuízo) ajustado
Controladas							
TESB	255.194	182.651	-	182.651	(73.959)	-	(73.959)
Ventos de Curupira	10	(893)	-	(893)	(632)	-	(632)
Ventos de Povo Novo	10	(355)	-	(355)	(265)	-	(265)
Ventos de Vera Cruz	10	(774)	-	(774)	(534)	-	(534)
Coligadas							
FOTE	23.215	46.780	-	46.780	(8.094)	-	(8.094)
Transmissora Sul Litorânea de Energia - TSLE	280.000	275.058	-	275.058	10.861	-	10.861
Ceran	470.875	753.486	-	753.486	110.345	-	110.345
Transmissora Porto Alegre de Energia - TPAE	20.350	16.114	-	16.114	(2.120)	-	(2.120)
Jaguari	17.680	15.490	(4.255)	11.235	2.226	-	2.226
Etau	34.895	91.181	-	91.181	21.607	-	21.607
Palmares	114.116	148.651	-	148.651	8.975	-	8.975
Ventos da Lagoa	88.701	106.793	-	106.793	5.687	-	5.687
Ventos do Litoral	102.901	114.674	-	114.674	2.953	-	2.953
Ventos do Sul	140.964	212.978	-	212.978	59.595	-	59.595
Ventos dos Índios	63.641	85.751	-	85.751	(3.043)	-	(3.043)
Chapecoense	714.509	1.241.696	-	1.241.696	242.142	(33.520)	208.622
Enercan	388.787	1.195.244	-	1.195.244	238.162	1.688	239.850

Notas Explicativas

As investidas foram ressalvadas no relatório de seus auditores independentes por não registrarem em suas Demonstrações Financeiras em 31/12/2016, os efeitos de:

- Ausência de registro da obrigação do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público - UBP (Chapecoense).
- Utilização das taxas de depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado está de acordo com as estipuladas pelo poder concedente (ANEEL) e não considerando o prazo de concessão (Enercan).
- O não reconhecimento de provisão para perdas dos saldos de aplicações financeiras junto ao Banco Santos (Jaguari).

Por decisão da administração, para o cálculo de equivalência patrimonial a Companhia ajustou as Demonstrações Financeiras Intermediárias das investidas contemplando os efeitos das ressalvas dos Auditores Independentes.

15.6. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL.....	2.160	2.160	2.160	2.160
Piratini Energia S.A.....	10	10	10	10
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo.....	876	908	876	908
(-) Provisão Desvalorização Outros Investimentos.....	(354)	(354)	(354)	(354)
	<u>2.692</u>	<u>2.724</u>	<u>2.692</u>	<u>2.724</u>

15.6.1. Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL

Refere-se à participação equivalente a 49.519 ações no Capital Social da Centrais Elétricas S.A.- Eletrosul.

15.6.2. Piratini Energia S/A

Refere-se à participação de 10% na Piratini Energia S.A, sendo esta proprietária da Usina Termelétrica Piratini, localizada no município de Piratini/RS, com capacidade para produzir 10 MW utilizando-se de resíduos de madeira provenientes das indústrias madeireiras da Região.

15.7. Movimentação dos investimentos

	CONTROLADORA					Saldos em 31/12/2016
	Saldos em 31/12/2015	Aumento de Capital	Impairment	Equivalência Patrimonial	Dividendos	
Controladas						
TESB	55.522	176.710	(9.164)	(66.860)	-	156.208
Ventos de Curupira	(260)	-	(45.900)	(632)	-	(46.792)
Ventos de Povo Novo	(89)	-	(16.691)	(264)	-	(17.044)
Ventos de Vera Cruz	(240)	-	(41.727)	(534)	-	(42.500)
Coligadas						
FOTE	11.377	-	-	(3.966)	-	7.411
Transmissora Sul Litorânea de Energia - TSLE	129.477	-	-	5.322	-	134.799
Ceran	200.804	-	-	33.104	(7.862)	226.046
Transmissora Porto Alegre de Energia - TPAE	3.645	-	-	(424)	-	3.221
Jaguari	906	-	-	234	-	1.140
Etau	8.986	-	-	2.161	(2.162)	8.985
Palmares	14.181	-	-	898	-	15.079
Ventos da Lagoa	10.246	-	-	569	-	10.815
Ventos do Litoral	11.242	-	-	295	-	11.537
Ventos do Sul	15.339	-	-	5.960	(929)	20.370
Ventos dos Índios	9.662	-	-	(304)	(783)	8.575
Chapecoense	93.489	-	-	20.312	(5.549)	108.252
Enercan	62.407	-	-	15.623	(3.685)	74.345
Ágio Parques Eólicos	974	-	-	-	-	974
Ágio Ventos do Sul	18.174	-	-	-	-	18.174
	<u>645.842</u>	<u>176.710</u>	<u>(113.482)</u>	<u>11.492</u>	<u>(20.970)</u>	<u>699.592</u>

Notas Explicativas

15.8. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Complexo Eólico Povo Novo.....	126.986	92.437	-	-
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A - TSLE	83.967	72.012	83.966	72.012
FOTE.....	15.511	12.498	15.511	12.498
TESB	64.712	185.479	-	-
	<u>291.176</u>	<u>362.426</u>	<u>99.477</u>	<u>84.510</u>

Os valores de aportes efetuados pela controlada nas SPEs, totalizam em Dezembro de 2016 R\$ 291.176. Ressalta-se que foi realizado aumento de capital social na SPE TESB, havendo conversão de R\$ 176.710 de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em integralização de capital.

16. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA					CONTROLADORA					
	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Outros	
Custo											
Barragens.....	783.229	-	(134)	3.321	-	786.416	-	(1.016.295)	-	996.512	766.633
Terrenos.....	16.300	-	-	923	-	17.223	-	4.654	73	2.898	24.848
Edificações.....	120.401	-	(4.515)	2.880	-	118.766	-	(95.714)	3.070	127.852	153.974
Máquinas e Equipamentos.....	666.109	-	(235.898)	160.986	(152)	591.045	-	(337.755)	199.785	98.903	551.978
Veículos.....	12.944	-	(211)	1.036	(49)	13.720	-	(156)	278	13	13.855
Móveis e Utensílios.....	4.401	-	(115)	85	-	4.371	-	(461)	211	208	4.329
	<u>1.603.384</u>	<u>-</u>	<u>(240.873)</u>	<u>169.231</u>	<u>(201)</u>	<u>1.531.541</u>	<u>-</u>	<u>(1.445.727)</u>	<u>203.417</u>	<u>1.226.386</u>	<u>1.515.617</u>
Depreciação											
Barragens.....	(647.110)	(11.180)	118	-	-	(658.172)	(9.936)	971.358	-	(969.909)	(666.659)
Edificações.....	(106.029)	(3.360)	4.453	-	-	(104.936)	(2.460)	64.651	-	(35.651)	(78.396)
Máquinas e Equipamentos.....	(561.120)	(11.518)	215.034	-	-	(357.604)	(14.798)	209.075	-	(358.196)	(521.523)
Veículos.....	(12.428)	(102)	214	-	-	(12.316)	(213)	156	-	(2)	(12.375)
Móveis e Utensílios.....	(3.745)	(72)	106	-	-	(3.711)	(75)	425	-	(106)	(3.467)
	<u>(1.330.432)</u>	<u>(26.232)</u>	<u>219.925</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.136.739)</u>	<u>(27.482)</u>	<u>1.245.665</u>	<u>-</u>	<u>(1.363.864)</u>	<u>(1.282.420)</u>
Fora do Escopo (reflexo do IFRIC 12)											
Fora do Escopo da Concessionária.....	19.090	-	-	-	41	19.131	-	-	545	(9)	19.667
Depreciação.....	(18.343)	(135)	-	-	11	(18.467)	(116)	-	-	-	(18.583)
	<u>747</u>	<u>(135)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>52</u>	<u>664</u>	<u>(116)</u>	<u>-</u>	<u>545</u>	<u>(9)</u>	<u>1.084</u>
Total do Imobilizado em Serviço	<u>273.699</u>	<u>(26.367)</u>	<u>(20.948)</u>	<u>169.231</u>	<u>(149)</u>	<u>395.466</u>	<u>(27.598)</u>	<u>(200.062)</u>	<u>203.962</u>	<u>(137.487)</u>	<u>234.281</u>
Total do Imobilizado em Curso	<u>74.061</u>	<u>114.856</u>	<u>(50.654)</u>	<u>(169.231)</u>	<u>82.628</u>	<u>51.660</u>	<u>136.948</u>	<u>-</u>	<u>(203.962)</u>	<u>64.995</u>	<u>49.641</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>347.760</u>	<u>88.489</u>	<u>(71.602)</u>	<u>-</u>	<u>82.479</u>	<u>447.126</u>	<u>109.350</u>	<u>(200.062)</u>	<u>-</u>	<u>(72.492)</u>	<u>283.922</u>

Notas Explicativas

16. IMOBILIZADO (Continuação)

	CONSOLIDADO					CONSOLIDADO					31/12/2016
	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Outros	
Custo											
Barragens.....	783.229	-	(134)	3.321	-	786.416	-	(1.016.295)	-	996.512	766.633
Terrenos.....	16.300	-	-	923	-	17.223	-	4.654	73	2.898	24.848
Edificações.....	120.401	-	(4.515)	2.880	-	118.766	-	(95.714)	3.070	127.852	153.974
Máquinas e Equipamentos.....	666.109	-	(235.898)	160.986	(152)	591.045	-	(337.755)	199.785	98.903	551.978
Veículos.....	12.944	-	(211)	1.036	(49)	13.720	-	(156)	278	13	13.855
Móveis e Utensílios.....	4.401	-	(115)	85	-	4.371	-	(461)	211	208	4.329
	1.603.384	-	(240.873)	169.231	(201)	1.531.541	-	(1.445.727)	203.417	1.226.386	1.515.617
Depreciação											
Barragens.....	(647.110)	(11.180)	118	-	-	(658.172)	(9.936)	971.358	-	(969.909)	(666.659)
Edificações.....	(106.029)	(3.360)	4.453	-	-	(104.936)	(2.460)	64.651	-	(35.651)	(78.396)
Máquinas e Equipamentos.....	(561.120)	(11.518)	215.034	-	-	(357.604)	(14.798)	209.075	-	(358.196)	(521.523)
Veículos.....	(12.428)	(102)	214	-	-	(12.316)	(213)	156	-	(2)	(12.375)
Móveis e Utensílios.....	(3.745)	(72)	106	-	-	(3.711)	(75)	425	-	(106)	(3.467)
	(1.330.432)	(26.232)	219.925	-	-	(1.136.739)	(27.482)	1.245.665	-	(1.363.864)	(1.282.420)
Fora do Escopo (reflexo do IFRIC 12)											
Fora do Escopo da Concessionária.....	19.090	-	-	-	41	19.131	-	-	545	(9)	19.667
Depreciação.....	(18.343)	(135)	-	-	11	(18.467)	(116)	-	-	-	(18.583)
	747	(135)	-	-	52	664	(116)	-	545	(9)	1.084
Total do Imobilizado em Serviço	273.699	(26.367)	(20.948)	169.231	(149)	395.466	(27.598)	(200.062)	203.962	(137.487)	234.281
Total do Imobilizado em Curso	102.247	230.681	(50.654)	(169.231)	82.628	195.671	172.270	-	(203.962)	64.995	228.974
Total do Ativo Imobilizado	375.946	204.314	(71.602)	-	82.479	591.137	144.672	(200.062)	-	(72.492)	463.255

Notas Explicativas

O Ativo imobilizado da Companhia é composto por Usinas de Geração, bens administrativos, bens não vinculados à Concessão, veículos e móveis e utensílios, inclusive a serviço das concessões de transmissão, mas que não foram considerados no alcance da ICPC 01.

Os ativos administrativos e de apoio em geral são adquiridos prontos em sua maioria e entram em operação tão logo sejam recebidos pela empresa, de forma que seu registro contábil não contempla valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento.

. Estes ativos da Companhia, que não contribuem diretamente na geração de caixa, estão registrados ao custo de aquisição, que no entendimento da Administração, é a melhor estimativa do seu valor justo.

As taxas de depreciação utilizadas levam em consideração a vida útil econômica dos bens e estão em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL Nº 367, de 02 de junho de 2009, e suas alterações posteriores impostas pela Resolução Normativa Nº 474, de 07 de fevereiro de 2012.

- Custo Atribuído (*Deemed Cost*)

A partir do encerramento do exercício de 2010 a CEEE GT passou a adotar os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais – IFRS. Para os valores de suas usinas de geração a Companhia optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*), ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Na adoção do custo atribuído foram considerados os valores justos de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador, bem como a vida útil econômica estimada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e aceita pelo mercado como adequada.

- Renovação do contrato de Concessão 025/2000

Em referência à matéria que trata da prorrogação das concessões, o Ministério de Minas e Energia, em 01 de novembro de 2012, através da Portaria Interministerial Nº 580, estabeleceu os valores de indenização para as usinas hidrelétricas enquadradas no art. 1º da Medida Provisória Nº 579, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013 a qual não reconheceu originalmente valores de indenização para as usinas de geração da CEEE-GT com vencimento da concessão em 2015. Diante deste arcabouço legal, a Companhia providenciou a baixa dos valores residuais dos seus ativos de geração vinculados ao Contrato de Concessão Nº 025/2000, com exceção dos ativos pertencentes à usina geradora de Itaúba, com vencimento da concessão em 2021, outras usinas que a CEEE GT detém o direito de exploração, além de imobilizações em curso e bens administrativos do segmento de geração.

Na sequência, em 30/11/2012, o Decreto Nº 7.850, em seu art. 2º, determinou que, até 31 de dezembro de 2013 as informações complementares para mensuração da indenização, excetuados o projeto básico dos empreendimentos de Geração das usinas renovadas, fossem encaminhadas à ANEEL para identificação do valor indenizável daqueles bens ainda não depreciados ou amortizados. Como forma de atendimento a esse dispositivo legal, a Companhia protocolou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, no prazo estipulado, correspondência relatando a existência de investimentos após o projeto básico pendentes de indenização. Ainda nessa esteira, em 19 de dezembro de 2013, a ANEEL publicou a Resolução Normativa Nº 596, a qual estabeleceu os critérios e procedimentos para o cálculo da parcela de investimentos relacionados aos bens reversíveis, ainda não depreciados ou não amortizados de que trata o art. 2º do Decreto Nº 7.850/2012. A ANEEL reconheceu esses investimentos no processo tarifário da Companhia a partir da Resolução Homologatória nº 1.924, de 28 de julho de 2015 que reajustou a Receita Anual de Geração – RAG associada às Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das usinas hidrelétricas prorrogadas da CEEE-GT, nos termos da Lei nº 12.783/2013.

No que se refere a remuneração dos novos investimentos que forem realizados nas Usinas de Geração renovadas, a ANEEL, em 16 de dezembro de 2014, editou a Resolução Normativa Nº 642, disciplinando os procedimentos de regulação tarifária – PRORET para esses ativos.

Notas Explicativas

17. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Custo		
Saldo em 31 de dezembro 2014	5.424	5.424
Transferências (AIC-AIS).....	983	983
Aquisições.....	992	992
Baixas.....	(1.101)	(1.101)
Outros	(349)	(349)
Saldo em 31 de dezembro 2015	5.949	5.949
Transferências (AIC-AIS).....	166	166
Aquisições.....	429	1.134
Baixas.....	(2.196)	(2.196)
Outros	110	110
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	4.458	5.163
Amortização e perdas por redução do valor recuperável		
Saldo em 31 de dezembro 2014	(1.314)	(1.314)
Amortização do período.....	(47)	(47)
Baixas.....	118	118
Saldo em 31 de dezembro 2015	(1.243)	(1.243)
Amortização do período.....	(368)	(368)
Baixas.....	3	3
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	(1.608)	(1.608)
Em 31 de dezembro de 2014	4.110	4.110
Em 31 de dezembro de 2015	4.706	4.706
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	2.850	3.555

É composto pelos gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente por um período de 5 anos.

18. FORNECEDORES

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Encargos de Uso da Rede	5.998	5.595	5.998	5.595
Energia Elétrica Comprada para Revenda	10.976	12.384	10.976	12.384
Materiais e Serviços	16.117	31.727	78.374	130.322
Retenção Contratual	20.801	33.519	20.801	33.519
Total	53.891	83.225	116.148	181.820

19. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para Férias, 13 º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	28.158	21.538	28.182	21.556
Retenções sobre a Folha de Pagamento	4.081	8.593	4.081	8.593
Prêmio Assiduidade	428	495	428	495
Total	32.667	30.626	32.691	30.644

O valor de R\$4.081 (R\$8.593 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

Notas Explicativas

20. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	14	-	14	-
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	3.997	3.884	5.231	4.412
Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social - COFINS	8.891	6.394	8.891	6.394
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS / PASEP	1.885	1.363	1.885	1.363
Parcelamento PIS/COFINS - RFB.....	4.301	908	4.301	908
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.719	1.598	1.719	1.598
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	211	18.294	8.144	24.852
Outros	2.236	524	5.140	2.400
Total	23.254	32.965	35.325	41.927
NÃO CIRCULANTE				
Parcelamento PIS/COFINS - RFB.....	16.164	3.330	16.164	3.330
Total	16.164	3.330	16.164	3.330

20.1. Parcelamento PIS/COFINS – RFB

O valor de R\$4.301 no passivo circulante e R\$16.164 no passivo não circulante referem-se aos parcelamentos, junto à Receita Federal do Brasil, das competências de maio/2016 a agosto/2016 do PIS e da COFINS em função do inadimplemento das mesmas. O montante acordado na data de adesão era de R\$ 23.147 e será pago em 60 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidadas 03 (três) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

Data do Evento	Histórico	Valor
16/09/2015	Parcelamento PIS/COFINS - RFB	23.147
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	420
31/12/2016	Parcelas Pagas até 31/12/2016	(3.102)
	Saldo a Pagar	20.465
CIRCULANTE		4.301
NÃO CIRCULANTE.....		16.164
Total		20.465

Notas Explicativas

21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES

Os saldos compõem-se de:

21.1. Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações – Controladora e Consolidado

C R E D O R	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	31/12/2016							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
MOEDA NACIONAL								
BNDES	TJLP	3,05%	2029	03	330	6.645	56.407	63.382
TOTAL MOEDA NACIONAL					330	6.645	56.407	63.382
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01	1.383	1.428	133.234	136.045
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	Libor + 0,75%	2036	01	-	10.420	91.875	102.295
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					1.383	11.848	225.109	238.340
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA					1.713	18.493	281.516	301.722
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					1.713	18.493	281.516	301.722

C R E D O R	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	31/12/2016							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC V	CDI	0,95%+CDI ou 109% do CDI	2017	04	-	-	-	-
TOTAL OUTRAS CAPTAÇÕES					-	-	-	-
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES					1.713	18.493	281.516	301.722

C R E D O R	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	31/12/2015							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
MOEDA NACIONAL								
ELETROBRÁS	RGR	5% a 7%	2017	02	-	4.161	-	4.161
BNDES	TJLP	3,05%	2029	03	-	5.436	63.601	69.037
TOTAL MOEDA NACIONAL					-	9.597	63.601	73.198
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01	-	-	161.218	161.218
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	Libor + 0,75%	2036	01	-	-	48.494	48.494
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					-	-	209.712	209.712
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA					-	9.597	273.313	282.910
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					-	9.597	273.313	282.910

C R E D O R	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	31/12/2015							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC V	CDI	0,95%+CDI ou 109% do CDI	2017	04	-	19.650	8.940	28.590
TOTAL OUTRAS CAPTAÇÕES					-	19.650	8.940	28.590
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES					-	29.247	282.253	311.500

CÓDIGOS DAS GARANTIAS E/OU FIANÇAS

01 - Governo Federal e Governo Estadual

02 - Procuração para Acesso em Conta Corrente

03 - Títulos Públicos Federais

04 - Percentual de Recebíveis da Geração e Transmissão

21.2. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC V

Visando obter recursos para investimento, bem como para atender necessidades de caixa para o ano de 2009, a Companhia firmou termo de contrato com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL estruturando o FIDC V, num montante de R\$200.000 com recursos advindos do FI – FGTS. O prazo de duração do contrato foi alterado de 80 meses para 104 meses por meio de decisão em assembleia geral de cotistas do fundo realizada em 20 de outubro de 2014.

Notas Explicativas

Em Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 27/06/2016 os quotistas, por unanimidade, decidiram pela liquidação antecipada do FIDC CEEE V – GT, que nesta data tinha saldo devedor total de R\$ 22.786.151,25 (vinte e dois milhões setecentos e oitenta e seis mil cento e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos), demonstrado pelas cotas seniores.

As cotas subordinadas, adquiridas pela CEEE-GT no fundo foram utilizadas para o abatimento do saldo devedor no montante de R\$ 8.853.569,33 (oito milhões oitocentos e cinquenta e três mil quinhentos e sessenta e nove reais e trinta e três centavos).

21.3. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 28 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 2813/OC-BR entre a CEEE-GT e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-GT) no valor de US\$147.760. O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$ 88.656, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 18 de fevereiro de 2013, no valor de US\$2.567.

Em 21 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1043, entre a CEEE-GT e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$59.104, sendo que a liberação da primeira parcela de desembolso foi recebida em 27 de março de 2013, no valor de US\$20.024.

Os contratos de financiamentos com BID e AFD possuem garantia da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos contratos de garantia assinados em 28 de dezembro de 2012 e 21 de dezembro de 2012, assim respectivamente.

Durante o prazo de execução do projeto, os contratos prevêem o monitoramento da margem EBITDA da Companhia. Na hipótese da margem EBITDA se mostrar inferior aos limites originalmente previstos a CEEE-GT deve apresentar um plano de ação às instituições financeiras, identificando as causas dos desvios, as medidas de gestão ou as medidas financeiras a serem adotadas e seu respectivo cronograma. A Companhia encaminhou o seu Plano de Ajuste Estrutural para os organismos internacionais (BID/AFD) os quais vêm monitorando o status da evolução das ações da Administração.

Até 31 de dezembro de 2015 foi liberado o valor de US\$12.419 que corresponde à R\$35.651 referente ao BID e US\$41.287 que corresponde à R\$97.345 referente ao AFD.

21.4. BNDES

Em 27 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 12.2.1391.1, entre a CEEE-GT e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT, por meio da ampliação e modernização de 25 subestações, linhas de transmissão e modernização dos Sistemas de Comunicação da CEEE-GT em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

O valor do financiamento concedido é de R\$236.340, sendo que o total liberado até 31 de Dezembro de 2016 foi de R\$69.037.

O contrato de empréstimo com o BNDES tem como garantia a Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominados Notas do Tesouro Nacional – Série B. A cedente (CEEE-GT) cede fiduciariamente em favor do credor (BNDES), os títulos públicos federais, de sua propriedade, em valor equivalente a 130% do valor concedido por meio do Contrato de Financiamento.

Notas Explicativas

21.5. Cronograma das Parcelas de Longo Prazo

As parcelas de Longo Prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
PRINCIPAL				
2018	6.918	11.432	6.918	11.432
2019	9.515	8.108	9.515	8.108
2020	10.347	9.119	10.347	9.119
2021	11.061	9.713	11.061	9.713
Após 2021	243.513	243.881	243.513	243.881
	<u>281.353</u>	<u>282.253</u>	<u>281.353</u>	<u>282.253</u>

21.6. Composição do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Indexador:

MOEDA / INDEXADOR	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Dólar US\$	79,95%	74,30%	76,85%	74,30%
TJLP	20,05%	22,53%	23,15%	22,53%
CDI	-	3,17%	-	3,17%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

22. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia, através da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único, este último fechado para novas adesões. Mantém também a obrigação do pagamento de aposentadoria a ex-autárquicos e a obrigação de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada – CTP.

A Companhia registra seu passivo atuarial com base em laudos emitidos por atuários independentes, sendo que o passivo referente ao Plano CEEEPREV e Plano Único é composto pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano e considera o contrato de dívida SF Nº 1254/95 firmado junto a Fundação CEEE.

O contrato SF Nº 1254/95 refere-se a contribuições passadas inadimplidas, cuja renegociação foi efetuada em maio de 2013, estabelecendo uma carência até junho de 2018, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018, com término previsto para maio de 2031. Durante o período de carência a Companhia realiza o pagamento referente à atualização monetária e aos juros mensais.

Os saldos registrados no passivo compõem-se de:

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE					
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP		179	351	179	351
Contribuição Patrocinadora - Plano Único	34	1.060	3.638	1.060	3.638
Contribuição Patrocinadora - CEEEPREV	34	8.988	12.245	8.988	12.245
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		45.886	44.246	45.886	44.246
		<u>56.114</u>	<u>60.480</u>	<u>56.114</u>	<u>60.480</u>
NÃO CIRCULANTE					
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP		2.124	1.606	2.124	1.606
Provisão Plano Único		94.604	66.707	94.604	66.707
Contrato 1254/95 - Plano Único	34	74.815	36.113	74.815	36.113
Provisão Plano CEEEPREV		426.903	232.892	426.903	232.892
Contrato 1254/95 - CEEEPREV	34	24.837	38.702	24.837	38.702
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		231.041	228.351	231.041	228.351
		<u>854.325</u>	<u>604.371</u>	<u>854.325</u>	<u>604.371</u>
Total		<u>910.439</u>	<u>664.851</u>	<u>910.439</u>	<u>664.851</u>

Notas Explicativas

22.1. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a Companhia, provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

22.2. Planos de Benefícios CEEEPREV

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício saldado é um benefício vitalício proporcionado a uma parcela de participantes do CEEEPREV que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração, com base em Nota Técnica Atuarial e atualizado pelo Índice de Reajuste do Plano, tendo como finalidade preservar os direitos já acumulados dos ex-participantes do Plano Único, o qual tem características de plano de benefício definido.

Os benefícios do CEEEPREV são acessíveis a todos os empregados da categoria CLT da Companhia, onde esta efetua contribuições de forma conjunta com seus empregados. O Plano CEEEPREV é viabilizado também por uma contribuição suplementar de amortização de responsabilidade da patrocinadora do plano, na forma da lei, denominada Reserva a Amortizar.

Em 2014, houve a implantação das alterações regulamentares do plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria nº 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos Benefícios Saldado e Referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a estes, o crescimento de 3% ao ano de novembro de 2002 até a data em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal (55 anos de idade e 10 anos de contribuição) ou até a data em que se desvinculou da patrocinadora, o que ocorrer primeiro.

22.3. Plano Único

O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Este plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Por imposição da Constituição Brasileira, em conformidade com toda a legislação infraconstitucional de regência, e, com fundamento nas normas administrativas previdenciárias do Brasil, a Companhia, na condição de patrocinadora de Plano de Benefício Definido para seus funcionários – Plano Único decidiu reconhecer os eventuais déficits atuariais na forma paritária.

A Lei Complementar nº 108/2001 disciplina, nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às Sociedades de Economia Mista, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar. Nessa esteira, o Parágrafo 1º, artigo 6º da referida Lei determina que “A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador”. Ainda é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º, da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Diante desse arcabouço legal, considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução do Conselho Gestor de Previdência Complementar – CGPC Nº 26/2008 determina em seu art. 29º que “O resultado deficitário apurado no plano de benefícios deverá ser equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, observada a proporção contributiva em relação às contribuições normais vigentes no período

Notas Explicativas

em que for apurado o resultado, estabelecendo-se os montantes de cobertura atribuíveis aos patrocinadores, de um lado, e aos participantes e assistidos, de outro, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano de benefícios administrado pela EFPC”, a Companhia, na qualidade de empresa de economia mista patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado. Nessa esteira, considerando a natureza societária da Companhia (S/A Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores na condição de gestores públicos, o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária, em aderência as manifestações pretéritas exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Dado esse contexto, a Companhia efetuou consulta formal à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na data de 28 de novembro de 2013, questionando o adequado tratamento contábil e recebeu, por intermédio do Ofício 189/2016/CVM/SEP/GEA-5 da datado de 5 de setembro de 2016, na qual a CVM expressa a posição de que não haveria óbice em relação ao procedimento adotado pelas patrocinadoras de reconhecer o déficit atuarial de forma paritária.

Ainda, conforme conteúdo do Memorando nº 11/2016-CVM/SNC/GNC, de 19 de maio de 2016, a SNC/CVM já expôs que: *“Conclusão: Com base em todo exposto, esta SNC ratifica posicionamento favorável ao procedimento adotado pelas patrocinadoras de reconhecer o déficit atuarial de forma paritária, e que os fundamentos para tal entendimento, conforme já mencionado, são os mesmos devidamente esclarecidos no MEMO SNC/GNC/Nº 001/14. Quanto aos requisitos para o cálculo do déficit atuarial, reafirmamos que eles devem estar de acordo com o estabelecido nas disposições sobre Reconhecimento e Mensuração de Plano de Benefício Definido, contidas no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.”*

22.4. Provisão para Complementação Aposentadoria - Ex-Autárquicos - Lei Estadual nº 3.096/56 - EXA

Esta provisão, registrada conforme o cálculo atuarial refere-se ao compromisso da Companhia com empregados denominados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia por força da Lei Estadual nº 4.136/61.

Entre as vantagens adquiridas por esses servidores encontra-se o direito de reajuste dos proventos de aposentadoria na proporção de 70% do aumento que os servidores da ativa possuíam. Este percentual é denominado complementação. Adicionalmente, suplementa-se o que já fora revisado com mais 30% de modo a assegurar aos ex-autárquicos a integralidade dos proventos em relação ao que percebiam os ativos, por imposição da Lei Estadual Nº 3.096, de 31 de dezembro de 1956.

Assim, essa é uma obrigação não gerenciável pela Companhia, que se deriva da sua constituição originária, sendo um compromisso previdenciário pós-emprego de caráter vitalício e com benefícios definidos, sendo assumido pela Companhia o pagamento integral destes proventos.

No início do exercício de 2012, a Companhia obteve o direito de receber da União 1,2 bilhões pelo pagamento dessas obrigações, sendo que o recebimento desse direito comportou os exercícios de 1981 até fevereiro de 1993, nos termos do processo de liquidação judicial Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2 (Vide nota explicativa nº 10)

No final do exercício de 2014, considerando a completude e o esgotamento de todos os elementos referentes à 1ª ação de cobrança, a Companhia interpôs contra União e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, uma nova ação (Processo Judicial Nº 0002230-10.2015.4.01.3400), de natureza declaratória, cumulada com pedido indenizatório, requerendo a indenização dos valores despendidos após o exercício de 1993 até os dias atuais, a serem quantificados em liquidação de sentença.

Notas Explicativas

22.5. Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas atuariais e hipóteses econômicas adotadas são as requeridas pelos padrões do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e foram as seguintes:

PREMISSAS ATUARIAIS ADOTADAS	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD
Taxa para desconto da obrigação atuarial	5,91% a.a.	5,78% a.a.	5,88% a.a.	5,78% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - taxa real	5,91% a.a.	5,78% a.a.	5,88% a.a.	5,78% a.a.
Taxa crescimento salarial futuro - taxa real	2,01% a.a.	N/A	N/A	2,01% a.a.
Expectativa de Inflação	4,87% a.a.	4,87% a.a.	4,87% a.a.	4,87% a.a.
Fator de capacidade dos Salários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade dos Benefícios do Plano	96,71%	100,00%	100,00%	96,71%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-83 male	UP-94 male	UP-94 male	AT-2000 male
Tábua de Mortalidade dos Invalídios	AT-49 male	N/A	N/A	AT-83 male
Tábua de Entrada em Invalidez	Light-Média	N/A	N/A	Light-Média
Tábua de Rotatividade	N/A	N/A	N/A	N/A
Composição Familiar	Hx Fundação CEEE	N/A	N/A	Hx Fundação CEEE

Quanto às taxas de desconto, a Companhia observa os princípios estabelecidos na CVM 695/12. Assim, são consideradas as taxas de juros dos títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) que tenham vencimentos próximos dos prazos dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes ativos e assistidos da cada plano ou compromisso.

A taxa esperada do retorno dos ativos do plano foi considerada a mesma taxa de desconto atuarial, conforme as novas regras reconhecidas pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

22.6. Resultado da Avaliação Atuarial

A avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativa aos planos e compromissos da Companhia, foi realizada por consultoria atuarial, apresentando os seguintes resultados:

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL

	2016					2015				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(968.248)	(1.957)	(272.597)	(1.373.574)	(2.616.376)	(908.633)	(2.138)	(289.231)	(1.373.687)	(2.573.689)
Custo do serviço corrente	(545)	-	-	(6.036)	(6.580)	(729)	-	-	(8.812)	(9.541)
Custo de juros	(126.819)	(270)	(35.890)	(194.345)	(357.323)	(105.902)	(261)	(34.334)	(173.374)	(313.871)
Custo do serviço passado - efeito alteração ou redução do plano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho / (perda) atuarial	(144.297)	(267)	(18.314)	(254.115)	(416.993)	(53.152)	171	1.538	78.058	26.615
Benefícios pagos pelo plano	108.844	191	49.873	115.288	274.196	100.168	271	49.430	104.241	254.110
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(1.131.065)	(2.304)	(276.927)	(1.712.781)	(3.123.077)	(968.248)	(1.957)	(272.597)	(1.373.574)	(2.616.376)

ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DO PLANO

	2016					2015				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(868.641)	-	-	(1.214.916)	(2.083.557)	(755.336)	-	-	(1.091.024)	(1.846.360)
Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (déficit)	(262.424)	(2.304)	(276.927)	(497.865)	(1.039.519)	(212.912)	(1.957)	(272.597)	(282.550)	(770.016)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(1.131.065)	(2.304)	(276.927)	(1.712.781)	(3.123.076)	(968.248)	(1.957)	(272.597)	(1.373.574)	(2.616.376)
Estatuto do Plano	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto		Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS

	2016					2015				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	755.338	-	-	1.091.024	1.846.362	778.632	-	-	1.107.577	1.886.209
Retorno esperado dos ativos do plano	98.979	-	-	154.466	253.445	92.404	-	-	139.689	232.093
Ganhos / (perdas) atuariais	88.872	-	-	66.851	155.723	(38.252)	-	-	(75.502)	(113.754)
Contribuições do empregador	32.822	191	49.873	16.170	99.056	21.322	271	49.430	21.917	92.940
Contribuições de participantes do plano	1.476	-	-	1.693	3.169	1.400	-	-	1.584	2.984
Benefícios pagos pelo plano	(108.844)	(191)	(49.873)	(115.288)	(274.196)	(100.168)	(271)	(49.430)	(104.241)	(254.110)
Valor justos dos ativos do plano no final do exercício	868.641	-	-	1.214.916	2.083.559	755.338	-	-	1.091.024	1.846.362

Notas Explicativas

22.6. Resultado da Avaliação Atuarial (continuação)

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO	2016					2015				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (déficit)	262.424	2.304	276.927	497.865	1.039.519	212.912	1.957	272.597	282.550	770.016
Montante não reconhecido como ativo / (passivo)	(131.212)	-	-	-	(131.212)	(106.456)	-	-	-	(106.456)
Custo do serviço passado não contabilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho / (perda) atuarial não reconhecidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo / (Ativo) Atuarial líquido reconhecido no final do exercício	131.212	2.304	276.927	497.865	908.308	106.456	1.957	272.597	282.550	663.560
Ajuste do Passivo Atuarial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo reconhecido na patrocinadora	131.212	2.304	276.927	497.865	908.308	106.456	1.957	272.597	282.550	663.560

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO (ATIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO	2016					2015				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
(Passivo) Ativo reconhecido no início do exercício	(106.456)	(1.957)	(272.597)	(282.550)	(663.560)	(65.001)	(2.138)	(289.231)	(266.110)	(622.480)
Pagamentos para o plano líquido de administração	32.822	191	49.873	16.170	99.056	21.322	271	49.430	21.917	92.940
Total das remensurações, reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes	(44.862)	(267)	(18.314)	(187.264)	(250.706)	(57.064)	171	1.538	2.556	(52.799)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(12.716)	(270)	(35.890)	(44.221)	(93.096)	(5.713)	(261)	(34.334)	(40.913)	(81.221)
Passivo referente ao Benefício Definido	(131.212)	(2.304)	(276.927)	(497.865)	(908.308)	(106.456)	(1.957)	(272.597)	(282.550)	(663.560)
Parcela referente a Contribuição Definida	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.291)	(1.291)
(Passivo) Ativo reconhecido no final do exercício (BD + CD)	(131.212)	(2.304)	(276.927)	(497.865)	(908.309)	(106.456)	(1.957)	(272.597)	(283.841)	(664.851)

COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO	2016					2017 Estimado				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Custo do serviço corrente	272	-	-	6.036	6.308	215	-	-	6.268	6.483
Contribuições dos participantes	(1.476)	-	-	(1.693)	(3.169)	(1.264)	-	-	(1.693)	(2.957)
Custo de juros	63.410	270	35.890	194.344	293.913	56.449	241	27.645	180.955	265.290
Retorno esperado dos ativos do plano	(49.490)	-	-	(154.466)	(203.955)	(43.764)	-	-	(127.482)	(171.245)
Amortização de serviço passado (efeito de alteração do plano)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da despesa do exercício	12.716	270	35.890	44.221	93.096	11.636	241	27.645	58.048	97.570

AJUSTES EM RESULTADOS ABRANGENTES	2016					2015				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Ganho/(perda) acumulado até o exercício anterior	(217.479)	(1.270)	(46.922)	11.260	(254.411)	(160.415)	(1.441)	(48.460)	8.704	(201.612)
Ganho/(perda) do exercício atual de responsabilidade da patrocinadora	(44.862)	(267)	(18.314)	(187.264)	(250.706)	(57.064)	171	1.538	2.556	(52.799)
Ganho/(perda) total reconhecido ao final do exercício seguinte	(262.341)	(1.537)	(65.235)	(176.004)	(505.117)	(217.479)	(1.270)	(46.922)	11.260	(254.411)

Notas Explicativas

22.6. Resultado da Avaliação Atuarial (continuação)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PREMISSAS DO PLANO (Impacto nas obrigações)	2016							
	Plano Único		CTP		EXA		CEEEPREV BD	
Taxa de desconto								
Aumento de 0,5%	(44.066)	-3,90%	(91)	-3,95%	(5.788)	-2,09%	(77.909)	-4,55%
Redução de 0,5%	47.387	4,19%	98	4,25%	6.035	2,18%	84.727	4,95%
Expectativa de Vida								
Redução da Expectativa em 1 ano	(26.284)	-2,32%	(56)	-2,44%	(13.274)	-4,79%	(31.073)	-1,81%
Aumento da Expectativa em 1 ano	25.862	2,29%	55	2,40%	13.573	4,90%	30.338	1,77%
Crescimento Salarial								
Aumento de 0,5%	92	0,01%	N/A	N/A	N/A	N/A	3.318	0,19%
Redução de 0,5%	(91)	-0,01%	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.952)	-0,17%

ANÁLISE DA VARIAÇÃO EM PERDAS/(GANHOS) SOBRE AS OBRIGAÇÕES APURADA	2016			
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD
Alteração da Taxa de Desconto em relação ao ano anterior	116.710	261	15.097	227.431
Alteração da Taxa de Crescimento Real de Salários em relação ao ano anterior	-	-	-	-
Alteração da Composição Familiar em relação ao ano anterior	(14.844)	-	-	(34.668)
Experiência da população	42.432	7	3.216	-
Outras variáveis	-	-	-	61.352
Total das Perdas/(Ganhos)apuradas no exercício	144.297	267	18.314	254.115

CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO	2016	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Disponível	0,03%	0,02%
Realizável – Gestão Previdencial	8,33%	4,47%
Realizável – Gestão Administrativa	1,14%	3,51%
Títulos Públicos	56,46%	57,40%
Créditos Privados e Depósitos	7,88%	7,60%
Ações	11,91%	10,94%
Fundos de Investimentos	12,08%	12,86%
Investimentos Imobiliários	0,68%	0,63%
Empréstimos e Financiamentos	1,49%	2,57%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

23. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE				
Reserva Global de Reversão - RGR	-	847	-	847
Conta de Desenvolvimento Energético - Quota da CDE	3.104	5.169	3.104	5.169
Recursos P&D	39.392	35.329	39.392	35.329
Recursos FNDCT	426	400	426	400
Recursos MME	213	200	213	200
Total	43.136	41.945	43.136	41.945
NÃO CIRCULANTE				
Recursos P&D	5.194	5.033	5.194	5.033
Total	5.194	5.033	5.194	5.033

Notas Explicativas**23.1. Programa Pesquisa e Desenvolvimento**

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o P&D é um programa de investimento, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para as concessionárias de energia elétrica, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resulta na capacitação e desenvolvimento tecnológico.

Ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento, a Companhia destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida. A aplicação dos recursos, registrada no ativo circulante, perfaz o montante de R\$6.418 referente ao P&D (vide nota explicativa nº 9.1).

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME.

24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária que na avaliação da administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, atribuem riscos prováveis, possíveis e remotos. Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	30/09/2016				31/12/2015			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Riscos Prováveis	107.678	78.346	435	186.459	104.261	69.877	4.561	178.699
Riscos Possíveis	197.690	33.844	649	232.183	195.903	60.774	87.397	344.074
	305.368	112.190	1.084	418.642	300.164	130.651	91.958	522.773

24.1. Composição dos processos de riscos prováveis

A provisão e contas a pagar reconhecido sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	31/12/2016			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão	18.451	2.285	-	20.736
Passivo não circulante				
Saldo da provisão	87.610	57.617	4.695	149.923
Contas a pagar para contingências	-	21.080	-	21.080
Subtotal Riscos Prováveis	106.061	80.982	4.695	191.739
(-) Depósitos judiciais	(10.829)	(497)	(168)	(11.493)
Total não circulante	76.781	78.201	4.528	159.510
Total geral	95.232	80.486	4.528	180.246

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	31/12/2015			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão	20.006	1.105	-	21.111
Passivo não circulante				
Saldo da provisão	84.255	47.692	4.561	136.508
Contas a pagar para contingências	-	21.080	-	21.080
Subtotal Riscos Prováveis	104.261	69.877	4.561	178.699
(-) Depósitos judiciais	(12.238)	(99)	(138)	(12.475)
Total não circulante	72.017	68.673	4.423	145.113
Total geral	92.023	69.778	4.423	166.224

Notas Explicativas**24.2. Movimentação da provisão para contingências**

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	Movimentação da Provisão para Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2014	125.528	59.786	4.026	189.340
(+) Novos Ingressos	33.726	350	-	34.076
(-) Pagamentos	(49.441)	(429)	-	(49.870)
(-) Montantes Revertidos	(29.870)	(5.312)	-	(35.182)
(+) Atualização Monetária	18.596	10.980	-	29.576
(-) Montantes Depositados	6.720	(179)	-	6.541
(=) Saldo Final Dezembro/2015	92.023	69.778	4.423	166.224
(+) Novos Ingressos	24.729	5.582	14	30.325
(-) Pagamentos	(13.900)	(4.432)	(7)	(18.339)
(-) Montantes Revertidos	(23.833)	(5.657)	(31)	(29.521)
(+) Atualização Monetária	14.804	15.129	159	30.092
(+/-) Montantes Depositados	1.409	86	(31)	1.464
(=) Saldo Final Setembro/2016	95.232	80.486	4.527	180.245

24.3. Natureza das ações**24.3.1. Trabalhistas**

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise criteriosa das chances de êxito da Companhia envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e os efeitos financeiros das contingências foram determinados com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CEEE GT referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, correto enquadramento, prêmio assiduidade e outras.

24.3.2. Cíveis

A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável, pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação e revisão de contratos.

24.3.3 Tributárias

Do saldo provisionado de R\$4.285 refere-se à eventual insuficiência no recolhimento de contribuições previdenciárias relacionadas ao Auto de Lançamento nº 35.067.180-0. A Companhia busca defesa na esfera administrativa, classificando o processo, através de opinião legal, como perda provável.

Com relação aos contenciosos cujo entendimento legal opina por expectativa de perda possível, as principais questões são:

24.3.3.1. Contribuições Previdenciárias

Com relação à matéria previdenciária a CEEE-GT impugnou cobranças relativas à suposta insuficiência de recolhimento sobre os serviços contratados bem como a eventual inconsistência em obrigações acessórias que somam aproximados R\$4.111

24.3.3.2. Tributos Federais (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IRRF)

No tocante aos tributos federais a Companhia possui cerca de R\$82.870 em compensações que estão na fase de discussão de sua homologação junto ao ente fazendário, principalmente referentes a pagamentos indevidos de PIS e COFINS, face ao extinto art. 3º, parágrafo 1º da Lei nº 9.718/98, bem como em relação ao contido na Lei nº 10.833/03, artigo 10º, inciso XI.

Notas Explicativas**25. OUTROS PASSIVOS**

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE				
Compensação Financ para Utilização de Recursos Hídricos	2.701	2.862	2.701	2.862
Obrigações com Obras da Transmissão	12.140	12.177	12.140	12.177
Acordo Judicial Cível - ABB.....	-	4.811	-	4.811
Acordo Judicial Trabalhista.....	160	5.211	160	5.211
Parcelamentos ANEEL	-	923	-	923
Outros Credores	4.692	2.545	10.885	4.428
	<u>19.692</u>	<u>28.529</u>	<u>25.886</u>	<u>30.412</u>
NÃO CIRCULANTE				
Provisão Auto de Infração	878	1.776	878	1.776
Acordo Judicial Trabalhista.....	1.200	-	1.200	-
Comercialização de Energia na CCEE	44.197	41.232	44.197	41.232
TESB	-	16.925	-	16.925
Outros Credores	9.305	8.709	6.969	10.896
	<u>55.579</u>	<u>68.642</u>	<u>53.244</u>	<u>70.829</u>

25.1. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$44.197 (R\$41.232 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à provisão de energia comprada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (órgão sucessor do Mercado Atacadista de Energia – MAE) no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. A Companhia ajuizou ações no intuito de suspender o andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para novembro de 2002, remanescendo suspenso tais valores até a decisão final.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, por solicitação da Companhia, efetuou a mensuração dos valores devidos e, considerando a avaliação do órgão competente, a provisão foi ajustada aos valores calculados pela CCEE.

25.3. TESB

O valor de R\$16.925 em 31 de dezembro de 2015 refere-se quotas integralizadas do capital da TESB. A variação de R\$16.920 refere-se a quotas cedidas pela acionista Zheijiang que serão ressarcidas pela Companhia. Sobre este valor não estão previstas atualizações e o pagamento se dará de acordo com as condições estabelecidas em termo de compromisso a ser firmado entre as partes.

26. PROVISÃO PARA DIVIDENDOS

A Companhia deliberou sobre a distribuição de dividendos referente ao exercício de 2016 destinando o montante de R\$129.143 para provisão de dividendos no passivo circulante.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**26.1. Capital Social**

O Capital Social é representado por 9.680.746 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 9.516.732 ações ordinárias e 164.014 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Companhia no montante de R\$588.447, com a seguinte composição:

	CONTROLADORA						CONTROLADORA	
	31/12/2016						31/12/2015	
	Ordinárias		Preferenciais		Total		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-PAR	6.380.821	67,05	1.087	0,66	6.381.908	65,92	255.276.346	65,92
ELETOBRÁS	3.067.035	32,23	87.639	53,43	3.154.674	32,59	126.187.020	32,59
Municípios	34.564	0,36	53.446	32,69	88.010	0,91	3.525.210	0,91
Custódia BM&F Bovespa.....	33.808	0,35	20.622	12,32	54.430	0,56	2.165.428	0,56
Outros	504	0,01	1.220	0,90	1.724	0,02	75.824	0,02
	<u>9.516.732</u>	<u>100,00</u>	<u>164.014</u>	<u>100,00</u>	<u>9.680.746</u>	<u>100,00</u>	<u>387.229.828</u>	<u>100,00</u>

Ressalta-se que em 29 de abril de 2016, os acionistas aprovaram o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, nos termos do Art.12 da Lei nº 6.404/76, determinando que a totalidade das ações representativas do capital social da Companhia passa a ter a proporção de 40 (quarenta)

Notas Explicativas

ações para 1 (uma) ação da mesma espécie, tornando-se o capital com a representatividade das ações, demonstradas na tabela acima.

26.2. Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Companhia constituiu a Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6404/76, no valor de R\$1.153.687 correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado do exercício de 2009 e atualizada nos exercícios de 2010 em R\$10.728 e R\$44.889 em 01 de janeiro de 2012 perfazendo total de R\$ 1.209.304.

26.3. Reserva de Lucros

A reserva de lucros é composta da Reserva Legal, Reserva Estatutária, Reserva Especial de Lucros a Realizar e da Reserva de Dividendos não Distribuídos.

26.3.1. Reserva Legal

Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. Em 2016 a Companhia destinou R\$ 42.935 para Reserva Legal.

26.3.2. Reserva Estatutária

O estatuto da Companhia determina a destinação de 10% do lucro líquido com a finalidade de expansão das instalações, tendo por limite 10% do Capital Social. Em 2016 a Companhia destinou o montante de R\$ 84.790 para esta reserva.

26.3.4. Reserva Especial de Lucros a Realizar

A Companhia considerou que os valores de RBSE que causaram impacto no resultado, seguem a aplicação do ICPC01 (R1) e não compõem a parcela realizada do lucro líquido do exercício, destinando o resultado desta operação para reserva de lucros a realizar. A designação desta reserva acontece para demonstrar que a realização deste lucro só ocorrerá em exercícios futuros, e quando realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo para aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros, conforme proposta da administração. A reserva especial de lucros a realizar totaliza o montante de R\$ 273.610.

É considerada como realizada e destinada para Provisão de Dividendos, a parcela do resultado da RBSE prevista para recebimento no exercício seguinte, conforme preconiza o art.197, §1º, II da Lei 6.404/76, no montante de R\$ 129.143.

26.3.4. Dividendos Não Distribuídos

Em 31 de dezembro de 2016 a Concessionária constitui o montante de R\$317.963 registrados a título de Reserva Especial de Dividendos Remanescentes à Disposição da AGO.

Estes dividendos serão pagos conforme disponibilidade de caixa, de acordo com a Lei 6.404, artigo 202, §4º.

26.4 Destinação do Lucro Líquido do Exercício

Após as deduções e absorções dos prejuízos acumulados, conforme artigos 48 e 49 do Estatuto da Concessionária, o resultado do exercício tem a seguinte destinação:

Notas Explicativas

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado do exercício	923.782	84.947
Absorção dos prejuízos acumulados	(75.880)	(187.951)
Base de cálculo	847.901	(103.004)
Destinação do Lucro do Exercício:		
Constituição da Reserva Legal - 5%.....	42.395	-
Provisão para Dividendos	129.143	-
Reserva Especial de Lucros a Realizar	273.610	-
Constituição Reserva para Expansão - 10%.....	84.790	-
Dividendos Remanescentes	317.963	-
Total	847.901	-

26.5. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA	
	31/12/2016	31/12/2015
Variação do valor justo do ativo financeiro disponível para venda (líquido de tributos)	(5.358)	(27.098)
Custo atribuído dos Ativos de Geração.....	41.197	54.635
Perda Atuarial.....	(499.760)	(254.410)
	(463.920)	(226.873)

27. LUCRO POR AÇÃO

O numerador utilizado para cálculo do lucro básico e diluído foi o lucro líquido após os tributos.

Os saldos compõem-se de:

27.1. Básico

	31/12/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Período.....	908.131	15.651	923.782
Denominador Básico			
Média das Ações	9.516.732	164.014	9.680.746
Lucro Básico por Ação - R\$	95,42	95,42	95,42
	31/12/2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo do Período.....	83.508	1.439	84.947
Denominador Básico			
Média das Ações	380.669.270	6.560.558	387.229.828
Prejuízo Básico e Diluído por Ação - R\$	0,22	0,22	0,22

27.2. Diluído

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro/(Prejuízo) para as ações ordinárias.....	908.131	83.508
Lucro/(Prejuízo) para as ações preferenciais.....	15.651	1.439
	923.782	84.947
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias	9.516.732	380.669.270
Ações Preferenciais	164.014	6.560.558
	9.680.746	387.229.828
Lucro/(Prejuízo) Diluído por Ação - R\$	95,42	0,22

Notas Explicativas**28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita Bruta				
Suprimento de Energia Elétrica	330.786	309.071	337.026	309.071
Disponibilização do Sistema de Transmissão	374.890	333.007	374.890	333.007
Remuneração do Ativo Financeiro.....	1.281.752	18.016	1.295.219	25.330
Energia Elétrica de Curto Prazo	24.980	11.035	24.980	11.035
Receita de Construção	376	-	48.179	111.194
Outras Receitas.....	-	150	-	150
	<u>2.012.784</u>	<u>671.279</u>	<u>2.080.294</u>	<u>789.787</u>
Deduções da Receita				
ICMS/ISS	(407)	(400)	(407)	(400)
PIS/COFINS	(56.000)	(55.193)	(56.000)	(55.193)
Quota RGR	(5.079)	(5.099)	(5.079)	(5.099)
Outros Encargos	(18.221)	(12.542)	(18.221)	(12.542)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT	(6.040)	(5.432)	(6.040)	(5.432)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(21.051)	(17.915)	(21.051)	(17.915)
Compensação Financeira Pela Utiliz Rec Hidr -CFURH	(30.992)	(30.588)	(30.992)	(30.588)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica - TFSE.....	(1.847)	(1.364)	(1.847)	(1.364)
	<u>(139.637)</u>	<u>(128.533)</u>	<u>(139.637)</u>	<u>(128.533)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>1.873.147</u>	<u>542.746</u>	<u>1.940.657</u>	<u>661.254</u>

A Companhia passou a efetuar a apropriação das despesas referentes à Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSE e à Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH na rubrica de deduções da receita operacional, tendo em vista as instruções e orientações do órgão regulador.

28.1. Suprimento de Energia Elétrica

O valor de R\$330.786 (R\$309.071 em 31 de Dezembro de 2015) refere-se às receitas provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs, Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEALs e pela disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas.

28.2. Disponibilização do Sistema de Transmissão

O valor de R\$387.881 (R\$351.434 em 31 de Dezembro de 2015) refere-se às receitas derivadas da disponibilização do sistema de Conexão e do Sistema de Transmissão a terceiros.

28.3. Remuneração do Ativo Financeiro

O valor de R\$1.281.752 (R\$18.016 em 31 de Dezembro de 2015) é composto pela melhor estimativa realizada pela Companhia e reconhecida em 30 de junho de 2016 no montante de R\$ 918.913, relativa aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente - RBSE, conforme diretrizes da Portaria nº 120/2016 MME . O valor de R\$14.507 é referente à remuneração dos demais ativos.

29. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Energia Elétrica de Curto Prazo	815	11.574	815	11.574
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros	74.260	55.468	80.822	55.468
Encargo de Uso do Sistema	52.905	48.158	52.905	48.158
	<u>127.980</u>	<u>115.200</u>	<u>134.542</u>	<u>115.200</u>

Notas Explicativas**29.1. Energia Elétrica Comprada de Terceiros**

O valor de R\$74.260 (R\$55.468 em 31 de Dezembro de 2015) refere-se à aquisição de energia de terceiros, negociados no Ambiente de Contratação Livre.

28.2. Encargo de Uso do Sistema

O valor de R\$52.905 (R\$48.158 em 31 de Dezembro de 2015) refere-se a encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição de energia.

30. CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS**30. 1. Controladora**

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/12/2016	31/12/2015 Reclassificado	31/12/2016	31/12/2015 Reclassificado	31/12/2016	31/12/2015 Reclassificado	31/12/2016	31/12/2015 Reclassificado	31/12/2016	31/12/2015 Reclassificado
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	147.332	168.727	-	-	34.580	44.129	-	-	181.912	212.856
Cláusula 25 CTP	55	61	-	-	215	200	-	-	270	261
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	72.043	28.738	-	-	30.379	4.785	-	-	102.422	33.523
INSS - Empregador	32.561	40.779	-	-	6.102	13	-	-	38.663	40.792
Administradores	139	(2)	-	-	902	1.241	-	-	1.041	1.239
Subtotal Pessoal / Administradores	252.131	238.303	-	-	72.177	50.368	-	-	324.308	288.671
Empréstimo Fundação ELETROCEE	10.254	12.702	-	-	-	-	-	-	10.254	12.702
Total Pessoal e Administradores	262.385	251.005	-	-	72.177	50.368	-	-	334.562	301.373
Material	12.214	6.833	-	-	983	624	-	-	13.197	7.457
Serviço de Terceiros	36.115	29.727	-	-	11.433	8.645	-	-	47.547	38.372
Depreciação e Amortização	31.212	26.266	-	-	399	179	-	-	31.611	26.445
Custo de Construção	376	-	-	-	-	-	-	-	376	-
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	-	121	-	-	-	121
Arrendamento e Aluguéis	1.685	1.740	-	-	433	401	-	-	2.118	2.141
Seguros	560	598	-	-	32	32	-	-	591	630
Tributos	2.769	965	-	-	291	5.511	-	-	3.060	6.476
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	5.959	2.614	-	-	-	3.933	5.959	6.547
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	1.615	6.060	1.615	6.060
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	13.010	(342)	13.010	(342)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	15.891	33	15.891	33
Provisão de Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	3.020	757	3.020	757
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	-	-	-	-	-	113.482	-	113.482	-
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	1.454	45.576	1.454	45.576
Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	-	1.357	-	1.357
Outros	6.710	8.407	-	-	1.493	485	607	8.035	8.811	16.927
TOTAL	354.026	325.541	5.959	2.614	87.241	66.366	149.079	65.409	596.306	459.930

Notas Explicativas**30. 2. Consolidado**

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/12/2016	31/12/2015 Reclassificado	31/12/2016	31/12/2015 Reclassificado	31/12/2016	31/12/2015 Reclassificado	31/12/2016	31/12/2015 Reclassificado	31/12/2016	31/12/2015 Reclassificado
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	147.748	168.727	-	-	34.580	44.129	-	-	182.328	212.856
Cláusula 25 CTP	-	-	-	-	1.056	68	-	-	1.056	68
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	82.353	28.799	-	-	29.538	4.917	-	-	111.891	33.716
INSS - Empregador	32.561	40.779	-	-	6.102	13	-	-	38.663	40.792
Administradores	139	(2)	-	-	902	1.241	-	-	1.041	1.239
Subtotal Pessoal / Administradores	262.801	238.303	-	-	72.177	50.368	-	-	334.978	288.671
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	-	12.702	-	-	-	-	-	-	-	12.702
Total Pessoal e Administradores	262.801	251.005	-	-	72.177	50.368	-	-	334.978	301.373
Material	12.214	6.833	-	-	983	624	-	-	13.197	7.457
Serviço de Terceiros	36.390	29.727	-	-	11.433	8.645	-	-	47.822	38.372
Depreciação e Amortização	31.212	26.266	-	-	399	179	-	-	31.611	26.445
Custo de Construção	48.179	111.194	-	-	-	-	-	-	48.179	111.194
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	-	121	-	-	-	121
Arrendamento e Aluguéis	1.685	1.740	-	-	433	401	-	-	2.118	2.141
Seguros	587	598	-	-	32	32	-	-	618	630
Tributos	2.769	965	-	-	312	5.511	-	-	3.081	6.476
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	5.959	2.614	-	-	-	3.933	5.959	6.547
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	1.615	6.060	1.615	6.060
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	13.010	(342)	13.010	(342)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	15.891	33	15.891	33
Provisão de Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	3.020	757	3.020	757
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	-	-	-	-	-	113.482	-	113.482	-
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	1.454	45.576	1.454	45.576
Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	84.740	1.702	84.740	1.702
Outros	6.683	8.407	-	-	1.650	485	607	8.035	8.941	16.927
TOTAL	402.520	436.735	5.959	2.614	87.420	66.366	233.819	65.754	729.718	571.469

Notas Explicativas

31. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
OUTRAS RECEITAS				
Ganho nas Alienações e Outros Ganhos	2.430	1.061	2.430	1.061
Receita de Prestação de Serviços	5.790	9.970	5.790	9.970
Reclamações Cíveis, Trabalhistas e Administrativas.....	2.641	-	2.641	-
Contrato Etau.....	2.384	-	2.384	-
Outras	66.149	6.727	66.149	6.727
	<u>79.394</u>	<u>17.758</u>	<u>79.394</u>	<u>17.758</u>
OUTRAS DESPESAS				
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	(24.816)	(8.162)	(24.816)	(8.162)
Outras	(2.679)	(4.224)	(2.679)	(4.224)
	<u>(27.495)</u>	<u>(12.386)</u>	<u>(27.495)</u>	<u>(12.386)</u>

32. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicações Financeiras.....	47.911	38.002	47.986	38.251
Receitas Financeiras com Parcelamentos	600	101	600	101
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos	70.345	18.386	70.345	18.386
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais.....	5.951	9.329	5.951	9.329
Atualização das Quotas Subordinadas FIDC	2.549	187	2.549	187
Atualização das Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	23.406	99.993	23.406	99.993
Atualização Monetária da Indenização RBNI.....	-	70.166	-	70.166
Outras Receitas Financeiras	10.842	11.719	10.842	11.720
Total Receita Financeira	<u>161.604</u>	<u>247.883</u>	<u>161.679</u>	<u>248.133</u>
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Dívidas	(14.242)	(9.216)	(14.242)	(9.216)
Despesas Financeiras com P&D	(4.647)	(5.011)	(4.647)	(5.011)
Despesas Financeiras com Empreendimentos	(1.135)	(499)	(1.135)	(499)
Despesa Financeira com Tributos.....	(6.745)	(3.072)	(6.745)	(3.072)
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos	(35.740)	(85.660)	(35.740)	(85.660)
Atualização das Quotas Subordinadas FIDC	(1.430)	(77)	(1.430)	(77)
Atualização Monetária dos Autos de Infração e Notificações.....	(444)	(114)	(444)	(114)
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	(7.528)	(1.960)	(7.528)	(1.960)
Variação das Notas do Tesouro Nacional - NTN-B.....	(17.551)	(80.807)	(17.551)	(80.807)
Outras Despesas Financeiras	(8.369)	(8.967)	(9.415)	(10.766)
Total Despesa Financeira	<u>(97.830)</u>	<u>(195.383)</u>	<u>(98.876)</u>	<u>(197.182)</u>
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	<u>63.774</u>	<u>52.500</u>	<u>62.803</u>	<u>50.951</u>

Notas Explicativas

33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA			
	31/12/2016		31/12/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Líquido/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	1.219.247	1.219.247	66.419	66.419
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	128.021	76.813	6.974	4.184
IRPJ - Adicional de 10%	85.323	-	4.625	-
Imposto de renda e contribuição antes das Adições e Exclusões	213.344	76.813	11.599	4.184
Ajustes Decorrentes da Lei nº 12.973/2014	(225.515)	(81.185)	(18.864)	(6.791)
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício ...	14.321	5.156	25.509	9.184
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes.....	17.385	6.259	8.984	3.234
Receitas não tributáveis e outras exclusões permanentes.....	(18.185)	(6.549)	(13.608)	(4.899)
IRPJ e CS sobre Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações	1.350	494	13.620	4.912
Incentivo PAT = 4%.....	(33)	-	(327)	-
Contribuições FECA - CEDICA/RS	-	-	(82)	-
Salário Maternidade - Prorrogação.....	(102)	-	(104)	-
Total IRPJ e CSLL Corrente	1.215	494	13.107	4.912
Total IRPJ e CSLL Diferido - Diferenças Temporárias	218.312	78.593	(16.460)	(5.925)
Total IRPJ e CSLL Diferido - Ajustes IFRS	(2.315)	(834)	(10.413)	(3.749)
IR CS Diferidos	215.997	77.759	(26.873)	(9.674)
Total IRPJ e CSLL	217.212	78.253	(13.766)	(4.762)

As controladas Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB e Complexo Eólico Povo Novo apuram os referidos tributos através da metodologia de apuração do Lucro Presumido, totalizando a controlada TESB em 31 de março de 2016 a despesa de R\$225 milhões, referente ao Imposto de Renda e à Contribuição Social.

Notas Explicativas

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 22 apresentamos as Demonstrações Financeiras Intermediárias, em 31 de Dezembro de 2016 e 31 Dezembro de 2015 das Unidades de Negócio: Geração e Transmissão. A coluna eliminações refere-se a operações entre os segmentos Geração e Transmissão.

34.1. Balanço Patrimonial

34.1.1. Ativo

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO	992.772	2.951.082	3.109.422	3.693.878	(17.199)	(3.726.136)	4.084.994	2.918.824
CIRCULANTE	(181.930)	1.825.823	589.158	2.392.694	(17.199)	(3.726.136)	390.029	492.381
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.566	36.167	(1.721)	2.004	-	-	33.846	38.171
Investimentos em Títulos do Governo	32.141	41.090	94.677	108.873	-	-	126.818	149.963
Concessionárias e Permissionárias	49.678	86.789	44.335	43.647	-	(243)	94.013	130.193
Tributos a Recuperar	7.285	2.566	1.640	28.788	-	-	8.925	31.354
Estoques	2.609	944	5.483	6.494	-	-	8.092	7.438
Ativo Financeiro da Concessão	-	-	52.240	50.549	-	-	52.240	50.549
Pagamentos Antecipados	-	-	1.437	822	-	-	1.437	822
Outros Créditos a Receber	(309.209)	1.658.267	391.066	2.151.517	(17.199)	(3.725.893)	64.658	83.891
NÃO CIRCULANTE	1.174.701	1.125.259	2.520.264	1.301.184	-	-	3.694.965	2.426.443
Tributos a Recuperar	610	609	1	1	-	-	610	610
Aplicações Financeiras	9	(4.070)	-	12.401	-	-	9	8.331
Depósitos Judiciais	24.334	21.594	25.718	27.241	-	-	50.052	48.835
IR e Contribuição Social Diferidos	-	(9.361)	-	48.076	-	-	-	38.715
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	128.986	92.436	162.190	269.990	-	-	291.176	362.426
Ativo Financeiro da Concessão	86.180	-	226.896	103.276	-	-	313.076	103.276
RBSE	-	-	1.689.166	415.022	-	-	1.689.166	415.022
Bens e Direitos Destinados a Alienação e Bens de Renda	1.709	2.073	385	971	-	-	2.094	3.044
Outros Créditos a Receber	358.467	345.345	1.259	441	-	-	359.726	345.786
Investimentos	364.543	417.809	337.741	230.757	-	-	702.284	648.566
Imobilizado	208.465	257.810	75.457	189.316	-	-	283.922	447.126
Intangível	1.399	1.014	1.451	3.692	-	-	2.850	4.706

34.1.2. Passivo

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO	992.772	2.951.082	3.109.422	3.693.878	(17.199)	(3.726.136)	4.084.994	2.918.824
CIRCULANTE	108.595	2.124.320	178.301	1.929.944	(17.199)	(3.726.136)	269.696	328.128
Fornecedores	21.444	22.678	32.447	60.790	-	(243)	53.891	83.225
Obrigações Trabalhistas	13.858	11.810	18.809	18.816	-	-	32.667	30.626
Obrigações Fiscais	11.788	10.070	11.466	22.895	-	-	23.254	32.965
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	2.673	7.860	17.533	21.387	-	-	20.206	29.247
Provisão para Benefícios a Empregados	29.762	31.234	26.352	29.246	-	-	56.114	60.480
Obrigações da Concessão	15.785	14.895	27.351	27.050	-	-	43.136	41.945
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	8.770	11.828	11.966	9.283	-	-	20.736	21.111
Outros Passivos	4.515	2.013.945	32.376	1.740.477	(17.199)	(3.725.893)	19.692	28.529
NÃO CIRCULANTE	662.084	522.288	971.481	586.454	-	-	1.633.565	1.108.742
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	48.079	60.676	233.438	221.577	-	-	281.516	282.253
Obrigações Fiscais	8.082	3.330	8.082	0	-	-	16.164	3.330
Provisão para Benefícios a Empregados	453.950	323.917	400.375	280.454	-	-	854.325	604.371
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	92.266	84.970	67.244	60.143	-	-	159.510	145.113
Obrigações da Concessão	2.508	2.675	2.686	2.358	-	-	5.194	5.033
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.766	-	255.512	-	-	-	261.277	-
Outros Passivos	51.436	46.720	4.143	21.922	-	-	55.579	68.642
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	222.093	304.474	1.959.640	1.177.480	-	-	2.181.733	1.481.954
Capital Social	65.739	65.739	522.708	522.708	-	-	588.447	588.447
Reserva de Incentivos Fiscais	339.210	339.209	870.095	870.095	-	-	1.209.304	1.209.304
Outros Resultados Abrangentes	(111.150)	18.928	(352.770)	(245.801)	-	-	(463.920)	(226.873)
Lucros (Prejuízos) Acumulados	(71.706)	(119.402)	919.608	30.478	-	-	847.902	(88.924)

Participação dos Não Controladores

- - - - - - - -

Notas Explicativas

34.2. Demonstração do Resultado do Exercício

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL Consolidado	
	30/12/2016	30/12/2015	30/12/2016	30/12/2015	30/12/2016	30/12/2015	30/12/2016	30/12/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	295.086	261.599	1.578.061	283.305	-	(2.158)	1.873.147	542.746
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(239.125)	(208.965)	(242.880)	(180.540)	-	2.158	(482.006)	(387.347)
Custo com Energia Elétrica	(127.980)	(117.358)	-	-	-	2.158	(127.980)	(115.200)
Custo com Energia Elétrica	(75.075)	(67.042)	-	-	-	-	(75.075)	(67.042)
Encargo de Uso do Sistema	(52.905)	(50.316)	-	-	-	2.158	(52.905)	(48.158)
Custo de Operação	(111.145)	(91.607)	(242.880)	(180.540)	-	-	(354.026)	(272.147)
Pessoal e Administradores	(73.315)	(50.551)	(189.070)	(147.060)	-	-	(262.385)	(197.611)
Material	(1.524)	(1.565)	(10.690)	(5.268)	-	-	(12.214)	(6.833)
Serviço de Terceiros	(8.812)	(10.338)	(27.303)	(19.389)	-	-	(36.115)	(29.727)
Depreciação e Amortização	(23.286)	(24.913)	(7.926)	(1.353)	-	-	(31.212)	(26.266)
Custo de Construção	-	-	(376)	-	-	-	(376)	-
Outros	(4.209)	(4.240)	(7.514)	(7.470)	-	-	(11.724)	(11.710)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	55.961	52.634	1.335.181	102.765	-	-	1.391.141	155.399
Despesas Operacionais	(211.303)	(37.350)	(30.976)	(150.433)	-	-	(242.279)	(187.783)
Despesas com Vendas	(2.199)	(1.915)	(3.759)	(699)	-	-	(5.959)	(2.614)
Despesas Gerais e Administrativas	(87.241)	(12.820)	-	(44.015)	-	-	(87.241)	(56.835)
Outras Despesas Operacionais.....	(121.862)	(22.615)	(27.217)	(105.719)	-	-	(149.079)	(128.334)
Provisão para Redução ao Valor Recuperavel.....	(104.317)	-	(9.165)	-	-	-	(113.482)	-
Outras Despesas Operacionais.....	(17.545)	(22.615)	(18.052)	(105.719)	-	-	(35.597)	(128.334)
Outras Receitas.....	9.785	5.984	12.829	11.774	-	-	22.614	17.758
Outras Despesas.....	(11.995)	(2.024)	(15.501)	(10.362)	-	-	(27.495)	(12.386)
RESULTADO DO SERVIÇO	(157.552)	19.244	1.301.533	(46.256)	-	-	1.143.981	(27.012)
Resultado de Participações Societárias	75.259	49.810	(63.767)	(8.879)	-	-	11.492	40.931
Receita(Despesa) Financeira	43.600	11.395	20.174	41.105	-	-	63.774	52.500
RESULTADO ANTES DO IR E CS	(38.693)	80.449	1.257.940	(14.030)	-	-	1.219.247	66.419
Imposto de Renda Corrente	(1.215)	(2.076)	-	(11.031)	-	-	(1.215)	(13.107)
Imposto de Renda Diferido.....	1.533	2.853	(217.530)	24.020	-	-	(215.997)	26.873
Contribuição Social Corrente	(494)	(798)	-	(4.114)	-	-	(494)	(4.912)
Contribuição Social Diferido.....	552	1.027	(78.311)	8.647	-	-	(77.759)	9.674
PREJUÍZO DO PERÍODO	(38.316)	81.455	962.099	3.492	-	-	923.782	84.947
Lucro/Prejuízo Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$	(0,10)	0,21	2,48	0	-	-	2,39	0,22
Lucro/Prejuízo Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$	(0,10)	0,21	2,48	0	-	-	2,39	0,22

35. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos compõem-se de:

		CONTROLADORA					
		31/12/2016					
Nota Explicativa		Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas	Total
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	5	32.534	-	-	-	-	32.534
Concessionárias e Permissionárias	6	-	7.625	-	-	-	7.625
Cedência de funcionários	9	228	150	-	-	-	378
Conta Gráfica	9	-	9.318	-	-	-	9.318
Mútuo CEEE-D.....	9	-	355.276	-	-	-	355.276
		32.762	372.369	-	-	-	405.131
Passivo							
Fornecedores	17	-	157	-	-	-	157
Contribuição Patrocinadora	21	-	-	-	3.328	-	3.328
Empréstimo não circulante	20 e 21	-	-	-	74.815	-	74.815
		-	157	2.081	78.143	-	80.381
Resultado							
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	-	3.173	3.173
Suprimento de Energia Elétrica		-	2.434	-	-	-	2.434
Disponibilização do Sistema de Transmissão		-	54.769	-	-	-	54.769
Despesa operacional – Pessoal		-	-	-	(35.801)	-	(35.801)
Receita financeira		731	45.483	-	-	-	46.214
Despesa financeira		-	(21)	(85)	-	-	(106)
		731	102.665	(85)	(35.801)	3.173	70.683

Notas Explicativas

Nota Explicativa	31/12/2015					
	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas	Total
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	5	35.517	-	-	-	35.517
Concessionárias e Permissionárias	6	-	5.942	-	-	5.942
Cedência de funcionários	9	352	997	234	-	1.583
Conta Gráfica	9	-	15.132	-	-	15.132
Mútuo CEEE-D	9	-	342.448	-	-	342.448
		35.869	364.519	234	-	400.622
Passivo						
Fornecedores	17	-	9.811	-	-	9.811
Contribuição Patrocinadora	21	-	-	15.883	-	15.883
Empréstimo circulante	20	-	-	4.161	-	4.161
Empréstimo não circulante	20 e 21	-	-	74.815	-	74.815
		-	9.811	4.161	-	104.670
Resultado						
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	3.411	3.411
Suprimento de Energia Elétrica		-	355	-	-	355
Disponibilização do Sistema de Transmissão		-	52.301	-	-	52.301
Despesa operacional – Pessoal		-	-	(38.559)	-	(38.559)
Receita financeira		2.411	34.865	-	-	37.276
Despesa financeira		-	-	(607)	-	(607)
		2.411	87.521	(607)	3.411	54.177

35.1. Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia considera como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em 31 de Dezembro de 2016 foi de R\$2.063 (R\$1.613 em 31 de Dezembro de 2015), contando com diretores empregados e não-empregados.

A remuneração dos Diretores empregados é composta por salário ou honorários mais a verba de representação, sendo que os custos dos Diretores estão contabilizados na rubrica de Pessoal.

A remuneração dos Diretores não-empregados com vínculo empregatício em outro órgão é composta do seu salário integral (reembolsado pela Companhia ao órgão de origem) mais a verba de representação. A remuneração dos Diretores não-empregados sem vínculo empregatício em outro órgão é composta de honorários mais a verba de representação.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
REMUNERAÇÃO / BENEFÍCIOS / ENCARGOS				
Conselho de Administração	313	330	313	330
Conselho Fiscal	159	135	159	135
Verba de Representação	130	187	130	187
Honorário Diretor não Empregado	142	187	142	187
Encargos	263	400	263	400
Subtotal	1.007	1.239	1.007	1.239
Diretores Empregados	1.056	917	1.056	917
Total	2.063	2.156	2.063	2.156

36. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e para os demais, os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização, como segue:

Notas Explicativas

Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos Financeiros				
Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado				
Caixa e Equivalentes de Caixa	5			
Numerário Disponível		879	2.467	4.687
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - CDB Especial		-	187	-
SIAC/BANRISUL		32.534	35.517	32.534
Aplicações Financeiras				
Quotas Subordinadas - FIDC	5	-	8.331	-
Empréstimos e Recebíveis				
Concessionárias e Permissionárias	6	94.013	130.193	94.099
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	13.5	1.689.166	415.022	-
Ativo Financeiro da Concessão	13	365.316	245.797	604.566
Disponível para Venda				
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar-CRC	10	126.818	149.963	126.818
		<u>2.308.726</u>	<u>987.477</u>	<u>862.704</u>
Passivos Financeiros				
Mensurados ao Custo Amortizado por Meio do Resultado				
Fornecedores	18	53.891	83.225	116.148
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	21	301.195	311.500	301.195
TOTAL		<u>355.086</u>	<u>394.725</u>	<u>417.343</u>

36.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos obtidos em moeda nacional junto a instituições financeiras estão compatíveis com o valor de tais operações.

As contas a receber de Concessionárias, Permissionárias e Consumidores Livres referem-se a suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede e vendas de energia na CCEE, e estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$94.013.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são os seguintes:

36.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das Demonstrações Financeiras Intermediárias foi:

Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	33.413	38.171	37.221
Aplicações Financeiras - Quotas Subordinadas FIDC	5	-	8.331	-
Concessionárias e Permissionárias	6	94.013	130.193	94.099
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	13.5	1.689.166	415.022	1.689.166
Ativo Financeiro da Concessão	13	365.316	245.797	604.566
Investimento em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	126.818	149.963	126.818
TOTAL		<u>2.308.726</u>	<u>572.455</u>	<u>2.551.870</u>

Os saldos apresentados em Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras de Longo Prazo referem-se respectivamente a recursos depositados em instituições bancárias e a montantes aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC/BANRISUL bem como as quotas subordinadas do FIDC.

O risco inerente às aplicações e investimentos que a Companhia possui é considerado baixo uma vez que são oriundos, conforme legislação vigente, de aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul e de investimentos em Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN – B.

Notas Explicativas

O segmento de Geração da companhia CEEE-GT possui Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e no Ambiente Livre - CCEALs. As receitas atreladas a estes contratos possuem, como forma de mitigação dos riscos de crédito, mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes, Cartas de Fiança Bancária, Cartas de Fiança Corporativa ou Certificados de Depósito Bancário – CDBs.

A receita proveniente de usinas prorrogadas e que disponibilizam energia na forma de Cotas de Garantia Física de Energia e Potência tem como garantia de pagamento os Contratos de Constituição de Garantia (CCGs) celebrados entre distribuidora e órgãos reguladores.

No geral a Administração entende que o risco de crédito no qual a Companhia está exposta é baixo, devido às características das contrapartes, as garantias financeiras apresentadas e a diversificação de clientes.

I. Perdas por redução no valor recuperável – (Impairment)

A Companhia mensura pelo custo histórico de aquisição ou construção o seu imobilizado e intangível, deduzido de depreciação e amortização acumulada, respectivamente, e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

II. Garantias

A Companhia concedeu garantia quando da captação de recursos através do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, sendo que parte do contas a receber é repassada ao Fundo no momento do faturamento, até o limite da parcela mensal.

III. Derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

36.1.2. Risco de Preço

O segmento de Geração tem uma remuneração chamada de Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, referente à disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas. Esta variável é reajustada anualmente pela variação do IPCA e revisada a cada cinco anos, sendo uma das componentes da Receita Anual de Geração – RAG, a qual deve permitir, de acordo com o contrato de concessão, a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

Outra parcela da remuneração, proveniente dos CCEARs e CCEALs, tem seus preços definidos a partir de leilões regulados ou chamadas/ofertas públicas, cujos contratos apresentam cláusulas de reajuste por índices de inflação como IPCA e IGPM.

A energia não comercializada fica sujeita às variações do preço de mercado, e aquela não vendida em contrato é liquidada ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, valor calculado e divulgado semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, cujos limites máximos e mínimos são estabelecidos anualmente pela ANEEL.

O segmento de Transmissão tem sua remuneração definida pela ANEEL através da receita permitida e reajustada, conforme cláusulas contratuais ou pelo IGP-M ou pelo IPCA. As receitas, de acordo com o contrato de concessão, devem permitir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

36.1.3. Risco de Mercado

No Ambiente de Contratação Regulada - ACR o risco de mercado é baixo por envolver agentes de distribuição que compram sua energia em leilões promovidos pelos órgãos reguladores do Setor Elétrico. Essas empresas têm contratos de concessão de longo prazo, portanto mais estáveis.

No Ambiente de Contratação Livre - ACL os agentes negociam a compra e venda em condições livremente acordadas entre as partes, à exceção de empresas estatais, cujos contratos são resultado de ofertas e chamadas públicas. Os contratos no ACL normalmente possuem menor duração se comparados com o ACR, sendo um mercado mais dinâmico, o que pode trazer inconsistências econômicas e contratuais provenientes da concorrência entre as empresas, tornando os agentes, no geral, mais instáveis.

Notas Explicativas

As Cotas de Garantia Física de Energia e Potência são alocadas, através de procedimentos estabelecidos pela ANEEL, às distribuidoras do país, apresentando baixo risco de mercado.

36.1.4. Risco da Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de perda por conta da variação cambial. O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator do risco cambial em virtude do seu endividamento atrelado à moeda estrangeira.

O risco cambial está atrelado aos contratos de Empréstimos e Financiamentos, vinculados ao Dólar Americano e que não possuem dispositivos de proteção contra alterações na taxa de câmbio.

I. Análise de sensibilidade

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/12/2016 cuja cotação do dólar corresponde a R\$3,26 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio prevista na mediana das expectativas de mercado do Bacen para 31/03/2017, correspondente ao dólar a R\$3,10. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Itens	Cenário Base em 31/12/2016	Provável	25%	50%
Exposição US\$				
Empréstimos e Financiamentos	238.340	200.420	250.525	300.630
Passivo Líquido Exposto	238.340	200.420	250.525	300.630
Efeito Líquido da Variação Cambial			50.105	100.210

36.1.5. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A CEEE-GT se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando à necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

A tabela demonstra os valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo.

	Nota Explicativa	CONTROLADORA				
		Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	33.413	33.413	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias	6	94.013	94.013	-	-	-
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	13.5	1.689.166	105.573	211.146	633.437	739.010
Ativo Financeiro da Concessão	13	365.316	52.240	-	-	313.076
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC ..	10	126.818	126.818	-	-	-
		2.308.726	412.057	211.146	633.437	1.052.086
Passivos Financeiros						
Fornecedores	18	53.891	53.891	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	21	483.218	35.087	33.835	96.022	318.274
		537.109	88.978	33.835	96.022	318.274
	Nota Explicativa	CONSOLIDADO				
		Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	37.221	37.221	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias	6	94.099	94.099	-	-	-
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	13.5	1.689.166	105.573	211.146	633.437	739.010
Ativo Financeiro da Concessão	13	604.566	65.065	-	-	539.501
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC ..	10	126.818	126.818	-	-	-
		2.551.870	428.776	211.146	633.437	1.278.511
Passivos Financeiros						
Fornecedores	18	116.148	116.148	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	21	483.218	35.087	33.835	96.022	318.274
		599.366	151.235	33.835	96.022	318.274

Notas Explicativas

36.1.6. Gestão de Capital

A Companhia visa uma estrutura de capital que seja coerente com o cenário macroeconômico e setorial e que também seja capaz de salvaguardar sua capacidade de continuidade a fim de que se mantenha a confiança do investidor e que seja possível a captação de novos financiamentos para garantir a execução de seus investimentos.

Por meio de uma estrutura de capital saudável é possível equilibrar o saldo de dívidas e de patrimônio e para manter ou ajustar a sua estrutura de capital, a Companhia tem a possibilidade de revisar a sua prática de pagamento de dividendos, de alongar o perfil de sua dívida bem como de alienar os ativos alheios à concessão.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora a sua estrutura de capital por meio do endividamento do patrimônio líquido. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital próprio. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e de investimentos em títulos do governo. O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido.

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Endividamento					
Empréstimos e Financiamentos	21	301.195	311.500	301.195	311.500
Caixa e equivalentes de caixa	5	(33.413)	(38.171)	(37.221)	(40.332)
Investimento em Títulos do Governo	10	(126.818)	(149.963)	(126.818)	(149.963)
Dívida Líquida		<u>140.964</u>	<u>123.366</u>	<u>137.156</u>	<u>121.205</u>
Patrimônio Líquido		<u>2.104.693</u>	<u>1.481.954</u>	<u>2.285.323</u>	<u>1.487.850</u>
Endividamento do Patrimônio Líquido		<u>0,07</u>	<u>0,08</u>	<u>0,06</u>	<u>0,08</u>

36.1.7. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados a inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado da Companhia.

I. Análise de sensibilidade

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por CDI e IPCA. A CEEE-GT desenvolveu a análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto das taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre os seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/12/2016 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores - CDI/Selic previstos na mediana das expectativas do Relatório Focus, do Bacen, de 31/03/2017. Para os cenários possível e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Notas Explicativas

		Índices	CONTROLADORA			
	Nota Explicativa		Cenário Base em 31/12/2016	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos BNDES	21	TJLP	63.382	73.237	100.081	115.130
Exposição Líquida			<u>(63.382)</u>	<u>(73.237)</u>	<u>(100.081)</u>	<u>(115.130)</u>
Efeito esperado no Resultado				<u>(9.855)</u>	<u>(26.844)</u>	<u>(15.049)</u>
CONSOLIDADO						
	Nota Explicativa	Índices	Cenário Base em 31/12/2016	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos BNDES	21	TJLP	63.382	73.237	100.081	115.130
Exposição Líquida			<u>(63.382)</u>	<u>(73.237)</u>	<u>(100.081)</u>	<u>(115.130)</u>
Efeito esperado no Resultado				<u>(9.855)</u>	<u>(26.844)</u>	<u>(15.049)</u>

Além da análise de sensibilidade em atendimento à Instrução CVM nº475/08, a Companhia avaliou os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido de seus instrumentos financeiros tendo em vista os riscos avaliados na data das Demonstrações Financeiras conforme sugerido no CPC 40 e IFRS 7.

Sendo assim, a administração de uma maneira geral, entende que os possíveis efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna do cenário projetado provável da tabela acima.

36.1.8. Valor Justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

		Nota Explicativa	CONTROLADORA	
			Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5		33.413	33.413
Concessionárias e Permissionárias.....	6		94.013	94.013
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE.....	13.5		1.689.166	1.689.166
Investimento em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	10		126.818	126.818
Ativo Financeiro da Concessão	13		365.316	365.316
Total			<u>2.308.726</u>	<u>2.308.726</u>
Passivos Financeiros				
Fornecedores.....	18		53.891	53.891
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	21		483.218	483.218
Total			<u>537.109</u>	<u>537.109</u>
CONSOLIDADO				
		Nota Explicativa	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5		37.221	37.221
Concessionárias e Permissionárias.....	6		94.099	94.099
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE.....	13.5		1.689.166	1.689.166
Investimento em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	10		126.818	126.818
Ativo Financeiro da Concessão	13		604.566	604.566
Total			<u>2.551.870</u>	<u>2.551.870</u>

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Companhia possui, exceto na rubrica Empréstimos e Financiamentos, estão registrados com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado, em razão da sua natureza e prazo de realização.

Notas Explicativas

36.1.9. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

CONTROLADORA				
	Valor contábil 31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
SIAC/BANRISUL.....	32.534	-	32.534	-
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE.....	1.689.166	-	1.689.166	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Comp	126.818	126.818	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	365.316	-	-	365.316
	<u>2.213.834</u>	<u>126.818</u>	<u>1.721.700</u>	<u>365.316</u>
CONSOLIDADO				
	Valor contábil 31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
SIAC/BANRISUL.....	32.534	-	32.534	-
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE.....	1.689.166	-	1.689.166	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Comp	126.818	126.818	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	604.566	-	-	604.566
	<u>2.453.084</u>	<u>126.818</u>	<u>1.721.700</u>	<u>604.566</u>

36.1.10. Apuração do Valor Justo

Nível 1 – O valor justo dos Investimentos em Títulos do Governo foi apurado e registrado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitaram tal cálculo.

Nível 2 – O valor justo da aplicação SIAC/BANRISUL e da Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI, uma vez que não possui mercado ativo, é avaliado utilizando metodologia de avaliação/apreçamento.

Nível 3 – O valor justo do Ativo Financeiro da Concessão foi apurado por meio de técnicas que usam variáveis que tenham efeito significativo no valor justo registrado, mas que não são baseadas em dados observáveis no mercado.

36.2. Gerenciamento de Riscos Relacionados à Companhia e suas Operações

36.2.1. Riscos Hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional - SIN é realizado, na sua maior parte, a partir de usinas hidrelétricas, as quais estão sujeitas ao risco de escassez de água ao longo do tempo. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na sua região geográfica como em outras regiões do país.

O arranjo institucional estabelecido pelo Poder Concedente procura reduzir o risco hidrológico destes empreendimentos através da definição de uma garantia física e da instituição do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Este mecanismo é um instrumento financeiro de compartilhamento do risco hidrológico entre todos os agentes de geração hidrelétricos, sendo compulsório para todas as usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS.

Notas Explicativas

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da Garantia Física, poderá resultar em exposições no Mercado de Curto Prazo – MCP, podendo impactar negativamente a Companhia, apesar dos mecanismos de mitigação de risco existentes.

O risco hidrológico associado às usinas que foram prorrogadas no âmbito da Lei nº 12.783/2013, o que no caso da CEEE-GT representa cerca de 47% de sua garantia física, são de responsabilidade das empresas Distribuidoras que recebem as Cotas de Garantia Física de Energia e Potência.

36.2.2. Riscos Ambientais

O Brasil possui uma das legislações ambientais mais severas do mundo. A legislação brasileira impõe sanções que responsabilizam e exigem um grande esforço das empresas nacionais para o seu atendimento. Os processos de produção envolvidos no setor de geração e transmissão de energia produzem impactos ambientais, muitas vezes significativos, que precisam ser prevenidos e minimizados, sob pena de acarretarem grandes prejuízos ao meio ambiente e conseqüentemente ao agente responsável, independentemente da ação ter sido realizada inadvertidamente. Desta forma, além dos recursos financeiros necessários para a recuperação da área atingida pela degradação ambiental, a empresa responsável poderá ter seus dirigentes envolvidos em processos civis, administrativos e penais.

A recuperação de áreas afetadas ambientalmente normalmente exige recursos expressivos que poderiam ser destinados a novos investimentos voltados exclusivamente para a atividade fim da Companhia.

A questão da sustentabilidade, envolvendo as áreas ambiental, social e financeira, tem levado as empresas a buscarem ferramentas que possibilitem desenvolver suas atividades respeitando estes aspectos e potencializando diretrizes e políticas que viabilizem a integração de seus processos produtivos de forma a atender os interesses da sociedade, respeitando o meio ambiente e propiciando uma constante expansão e crescimento do seu negócio.

37. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são consideradas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros.

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram aqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará na possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço. O seguro patrimonial contratado tem vigência de 11/04/2016 até 11/04/2017. O valor do ativo segurado no segmento Geração é de R\$68.851 e o prêmio é R\$110 e no de Transmissão é de R\$263.256 e o prêmio é R\$409.

38. INFORMAÇÕES REGULATÓRIAS

38.1 Investimentos

A Companhia aplicou o montante de R\$126.293 em investimentos no exercício de 2016. Entende-se por investimento o somatório das adições no ativo imobilizado, desconsiderando as obrigações especiais.

Notas Explicativas

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Outros	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Geração											
Terrenos	20.712	-	-	-	-	-	20.712	-	-	20.712	20.712
Reservatório, barragens e adutoras	458.808	-	-	3	-	-	458.811	3	(393.728)	65.083	71.835
Edificações, obras civis e benfeitorias	51.647	-	(13)	51	-	-	51.685	38	(46.651)	5.034	5.776
Máquinas e Equipamentos	378.502	-	(5.259)	5.498	-	(173)	378.568	239	(295.894)	82.674	85.770
Veículos	2.928	-	(87)	-	-	(117)	2.724	(87)	(2.670)	54	68
Móveis e Utensílios	1.104	-	(147)	14	-	(9)	962	(133)	(833)	129	144
Transmissão											
Terrenos	10.294	-	-	73	18.293	-	28.660	18.366	-	28.660	10.294
Edificações, obras civis e benfeitorias	49.203	-	(165)	3.307	86.038	-	138.383	89.180	(116.830)	21.554	15.181
Máquinas e Equipamentos	2.010.929	-	(51.494)	187.661	1.857.893	7.583	4.012.572	1.994.060	(2.647.694)	1.364.877	859.615
Veículos	8.784	-	(57)	-	-	(966)	7.761	(57)	(7.448)	314	382
Móveis e Utensílios	2.275	-	(167)	33	-	-	2.141	(134)	(1.772)	369	379
Administração											
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	216	-	-	1.612	-	-	1.828	1.612	(234)	1.594	-
Máquinas e Equipamentos	1.587	-	(42)	1.581	-	(59)	3.067	1.539	(1.321)	1.746	391
Veículos	2.006	-	-	278	-	1.086	3.370	278	(2.296)	1.074	945
Móveis e Utensílios	1.072	-	(30)	174	-	10	1.226	144	(964)	261	107
Não Vinculados											
Terrenos	1	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1
Edificações	12.811	-	-	428	-	-	13.239	428	(12.809)	430	7
Máquinas	2.635	-	-	33	-	(13)	2.655	33	(2.110)	545	643
Veículos	112	-	-	-	-	-	112	-	(112)	-	-
Móveis e Utensílios	3.569	-	-	85	-	-	3.654	85	(3.557)	97	17
Doações e subvenções destinadas a invest no	(4.115)	-	-	(25.750)	(596)	-	30.461	-	-	(30.461)	(4.115)
Pesquisa e desenvolvimento	(152)	-	-	(42)	-	-	194	-	-	(194)	152
(-)Prov p/ajuste ao valor de recup de ativos	(349.739)	-	-	-	-	13.788	335.951	-	-	(335.951)	(349.739)
Subtotal	2.665.190	-	57.461	175.039	1.961.628	21.130	4.765.525	2.105.594	3.536.925	1.228.601	718.262
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Outros	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Geração											
Máquinas e Equipamentos	16.264	1.054	-	(5.498)	-	(1.711)	10.109	(4.444)	-	10.109	19.749
Outros	3.746	1.097	-	(68)	-	4	4.779	1.029	-	4.779	1.606
Transmissão											
Máquinas e Equipamentos	249.671	80.670	-	(143.803)	-	(9.226)	177.312	(63.133)	-	177.312	249.671
Outros	98.565	55.153	-	(47.081)	-	(27.097)	79.540	8.072	-	79.540	98.565
Administração											
Máquinas e Equipamentos	2.362	505	-	(1.776)	-	(348)	743	(1.271)	-	743	2.254
Outros	3.243	-	-	(2.563)	-	(96)	584	(2.563)	-	584	3.089
Doações e subvenções destinadas a invest no	(13.748)	(12.186)	-	25.750	-	-	184	-	-	184	(13.748)
(-)Prov p/ajuste ao valor de recup de ativos	-	-	-	-	-	-	213.726	-	-	213.726	-
Total do Ativo Imobilizado em Curso	360.103	126.293	-	(175.039)	-	(38.474)	272.883	(62.310)	-	486.609	361.186
Total do Ativo Imobilizado	3.025.294	126.293	(57.461)	-	1.961.628	17.344	5.038.409	2.043.284	(3.536.925)	1.715.210	1.079.447

(*) informações não auditadas.

PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO

Diretor Presidente

ROBERTO BALAU CALAZANS

Diretor

JULIO ELOI HOFER

Diretor

JORGE PAGLIOLI JOBIM

Diretor

LEONARDO HOFF

Diretor

LUIZ CARLOS SACILOTO TADIELLO

Diretor

CÉSAR LUIS BAUMGRATZ

Diretor

ELISANGELA MOURA RODRIGUES

Contadora CRCRS 62384

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Ativo financeiro de concessão – Nota 13

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuem registrado ativo financeiro de concessão nos ativos circulante e não circulante, nos montantes de R\$ 62.005 mil e R\$ 542.561 mil, respectivamente. Esses ativos são recuperados com base na RAP – Receita Anual Permitida e através da indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão.

Consideramos esse tema como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos valores e do julgamento da administração quanto aos gastos com infraestrutura elegíveis a classificação como ativo financeiro, sujeito a homologação ou glosas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia para o registro das adições, baixas e atualizações monetárias no período; inspeção de uma seleção de documentos que suportam as transações de adições e baixas ocorridas no período; discussão dos critérios de elegibilidade dos ativos e recálculo da atualização monetária dos valores envolvidos.

Consideramos que os julgamentos e as estimativas da administração quanto ao reconhecimento dos ativos financeiros da concessão são razoáveis e estão consistentes com a documentação e os controles internos da Companhia, bem como, que as divulgações efetuadas em notas explicativas refletem as informações observadas.

Porque é um PAA

Provisão para déficit atuarial em plano de previdência – Nota 22.3

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu provisão para déficit atuarial no montante de R\$ 131.212 mil, tendo a obrigação de benefício definido

sido estimada pela administração com o auxílio de atuário independente. A provisão para déficit atuarial foi uma área de foco de auditoria em função da relevância dos valores envolvidos e por envolver estimativas baseadas em premissas complexas e subjetivas por parte da administração, tais como tábuas biométricas, projeções de aumento salarial e taxas de desconto. Variações nessas premissas podem trazer impactos relevantes no que diz respeito ao montante da provisão para déficit atuarial.

Adicionalmente, a provisão para déficit atuarial foi reconhecida de forma proporcional à razão do percentual de responsabilidade da patrocinadora conforme estabelecido no Regulamento do Plano, respeitando a proporção de 50% de responsabilidade por parte da patrocinadora e 50% por parte dos participantes do plano. A patrocinadora, em conjunto com a gestora do Plano Único, a Fundação ELETROCEE, vem buscando o equacionamento do déficit atuarial acumulado conforme estabelecido pelas normas da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, considerando o regime de paridade estabelecido no regulamento do plano.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com o auxílio dos nossos especialistas atuariais, avaliamos a metodologia utilizada pelos atuários independentes contratados pela Fundação ELETROCEE; avaliamos a razoabilidade das principais premissas, tais como taxas de desconto, projeções de crescimento salarial e tábuas biométricas (mortalidade, entrada em invalidez e mortalidade de inválidos) utilizadas nos cálculos atuariais; e efetuamos comparações dessas premissas com benchmarks de mercado, bem como efetuamos recálculo das provisões matemáticas do plano.

Também efetuamos a leitura do regulamento do plano para confirmar o percentual de responsabilidade da patrocinadora e obtivemos acesso às evidências que demonstram que as ações de equacionamento do déficit atuarial, definidas em plano, vem respeitando o regime de responsabilidade paritária entre a patrocinadora e os participantes.

Consideramos que as premissas utilizadas na determinação da provisão para déficit atuarial são razoáveis, considerando nossas expectativas, e que as informações divulgadas nas notas explicativas estão consistentes com a documentação fornecida pela administração.

Porque é um PAA

Rede Básica do Sistema Existente – Nota 14

Os ativos de transmissão não depreciados e existentes em 31 de maio de 2000, pertencentes à Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, são passíveis de indenização de acordo com a Lei No. 12.783, de 11 de janeiro de 2013. Em junho de 2016, a ANEEL homologou o montante passível de indenização da Companhia, cujo valor a receber em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.689.166 mil e resultou em um ganho de R\$ 964.871 mil, líquido dos efeitos tributários.

O ativo, e consequentemente o ganho, estão relacionados aos valores homologados pela ANEEL, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 2016. A relevância dos valores envolvidos e a utilização de premissas de atualização pela administração tornaram esse um assunto relevante para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, o confronto dos valores contabilizados com os documentos de homologação da ANEEL, discussões com a administração sobre os critérios de atualização monetária e execução de correspondentes testes dessa atualização e seus reflexos nas demonstrações financeiras.

Consideramos que o saldo apresentado e as informações divulgadas na nota explicativa estão consistentes com o julgamento da administração e com os documentos de homologação do valor a receber.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no

trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o

assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 27 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7 "S" RS

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo analisado no decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a gestão econômico-financeira da Empresa, bem como examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício, opinam no sentido de que os documentos referidos representam a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação dos acionistas.

Porto Alegre, 27 de março de 2017.

Adriana Furlanetto
Presidente do Conselho Fiscal

Pedro Paulo da Cunha
Conselheiro

Melissa Guagnini Hoffmann Custódio
Conselheiro

Cristiane Zinelle Ferreira Lohmann
Conselheira

Vilson Haussen Jacques Filho
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao Exercício de 2016, encerrado em 31 de dezembro de 2016, documentos esses assinados pelos administradores responsáveis pela Empresa, considerando os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, manifesta-se por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos e submete a matéria à apreciação dos Acionistas.

Porto Alegre, 27 de março de 2017.

Artur José de Lemos Júnior,
Presidente do Conselho de Administração.

Paulo de Tarso Gaspar Pinheiro Machado
Ademir Baretta
Vera Inêz Salgueiro Lermen
Vicente Paulo Mattos de Britto Pereira
Daniel Vargas de Farias
Vicente José Rauber
Egídio Schoenberger

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em atendimento a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da CEEE-GT relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Porto Alegre, 27 de março de 2017.

PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO
Diretor Presidente

ROBERTO BALAU CALAZANS
Diretor

CÉSAR LUIS BAUMGRATZ
Diretor

LEONARDO HOFF
Diretor

LUIS CARLOS SACILOTO TADIELLO
Diretor

JÚLIO ELÓI HOFER
Diretor

JORGE PAGLIOLI JOBIM
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento A Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes relativamente às Demonstrações Financeiras da CEEE-GT referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Porto Alegre, 27 de março de 2017.

PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO
Diretor Presidente

ROBERTO BALAU CALAZANS
Diretor

CÉSAR LUIS BAUMGRATZ
Diretor

LEONARDO HOFF
Diretor

LUIS CARLOS SACILOTO TADIELLO
Diretor

JÚLIO ELÓI HOFER
Diretor

JORGE PAGLIOLI JOBIM
Diretor